CRESS-PR CMOVIMENTO



Gestão: Tempo de resistir: nenhum direito a menos! CRESS-PR 2017-2020

SETEMBRO 2018 A SETEMBRO DE 2019



O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPO DE RETROCESSOS: DEFESA DE DIREITOS E LUTAS EMANCIPATÓRIAS

www.cpas.cresspr.org.br



"TEMPO DE RESISTIR, NENHUM DIREITO A MENOS"

Avanços e Desafios na Agenda de Defesa Profissão e dos Direitos no Paraná

O Conselho Regional de Serviço Social – CRESS Paraná – 11ª Região é o órgão de representação da categoria das/os Assistentes Sociais do Paraná e tem por função precípua fiscalizar, defender, orientar e disciplinar o exercício profissional em prol da qualidade dos serviços prestados aos usuários e usuárias dos serviços sociais.

As ações desenvolvidas a partir dos compromissos de gestão, da Agenda de Lutas e das Deliberações do conjunto CFESS/CRESS, possibilitaram a qualificação de processos de gestão, maior aproximação do Conselho da categoria, a construção de novas estratégias que fortaleçam o projeto ético-político profissional, especialmente no contexto de aprofundamento da desigualdade; de profunda precarização das condições de vida e das condições de trabalho; de fragilização da democracia participativa e dos espaços de controle social; de desmonte dos sistemas estatais e dos direitos.

A agenda regressiva em direitos, o que atinge a população usuária, assistentes sociais e demais trabalhadoras/es, é acompanhada e sustentada pelo conservadorismo com implicações morais, políticas, culturais, econômicas, de modo a influenciar a relação entre Estado e sociedade. Tal realidade desafia organizações de trabalhadoras/es e de defesa dos direitos, como é o caso do CRESS-PR, a fortalecer ações conjuntas e novas estratégias, orientadas por princípios democráticos e emancipatórios.

Esta Revista é publicada semestralmente e reúne as principais ações e conteúdos publicados pelo CRESS-PR. Mas é importante realizar um breve registro das principais realizações da gestão "Tempo de Resistir, Nenhum Direito a Menos".

Algumas ações de impacto podem ser destacadas:

- Instalação da Seccional do CRESS-PR de Cascavel para fortalecer a profissão na região, e atender uma reivindicação histórica da categoria;
- Ato na Assembleia Legislativa do Paraná "Direitos Humanos, Políticas Públicas e Serviço Social: Agenda de lutas e protagonismo das/os Assistentes Sociais" e "75 anos de Serviço Social no Paraná, com lançamento da cooperação institucional com Ministério Público do Paraná, para a integração de fiscalizações de serviços sociais e defesa de direitos, e apresentação de demandas como implantação do Serviço Social na Educação;
- Audiência com Presidente do Tribunal de Justiça, visando a convocação de Assistentes Sociais concursados, produção de orientações e demais ações conjuntas, para redução de demandas indevidas e demais dificuldades na atuação do sistema de justiça;
- Entre 2017 e agosto de 2019 foram realizados 77 eventos em todo o Paraná, com ampla participação da categoria, sobre diversos temas relativos ao Exercício Profissional, Direitos Humanos e Políticas Socais; Serviço Social, políticas sociais, com destaque para, conservadorismo; contrarreformas e redução de direitos; desigualdade e combate ao racismo; Seguridade Social; Previdência, SUAS e SUS; instrumentalidade e projeto ético-político profissional; sigilo profissional e produção de material técnico

CRESS EM MOVIMENTO:

posicionamentos e exercício profissional em defesa dos direitos

Uma das novas estratégias da política de comunicação do CRESS é o "CRESS em Movimento".

O objetivo é difundir posicionamentos políticos e institucionais que fortaleçam a cultura de direitos e as lutas sociais.

O CRESSPR procura formular conteúdos com contribuição da categoria, relacionando com o exercício profissional nos diversos temas, para, juntamente dar visibilidade à materialização do projeto ético-político profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais, assim como incidência política e alianças estratégicas com sujeitos de direitos e sujeitos coletivos.

POSICIONAMENTOS EM 2017

- Assistentes Sociais no Combate ao Trabalho.
- Assistentes Sociais contra a violência e em defesa dos direitos da Pessoa Idosa
- Serviço Social em Defesa dos Direitos da População LGBTI
- Direitos das crianças e adolescentes estão ameaçados, e nós precisamos defendê-los
- É preciso fortalecer a defesa da saúde pública, universal e de qualidade
- Lei Maria da Penha faz 11 anos: A violência permanece e a luta continua
- 25 de Julho: Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua
- 25 de Julio. Dia Nacional de Luta da l'opulação em Situação de Nua
- 19 de agosto Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua
- Democracia vence na 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres
- Assistentes sociais na defesa da Política Urbana e na Luta pelo Direito à Cidade
- Querem acabar com a Previdência Social! É preciso resistir!
- Delegação paranaense nos Encontros Regional e Nacional do conjunto CFESS/CRESS: O que defendemos
- Dia da Consciência Negra
- Dia de luta da Pessoa com Deficiência
- Querem acabar com a Previdência Social!
- Serviço Social e a luta das Mulheres Negras
- Serviço Social no enfrentamento ao Trabalho Infantil

POSICIONAMENTOS EM 2018

- 1º de maio: Dia de luta da classe trabalhadora, um compromisso ético-político da/do assistente social
- Paul Singer Vida em Movimento. Confira Homenagem do CRESS-PR
- Contra a reforma da Previdência e fortaleça a luta coletiva!
- Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial
- Agosto é o mês da visibilidade lésbica e o Serviço Social soma-se a esta luta
- A reforma da Previdência é um crime contra a população
- Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 70 anos
- CRESS em Movimento Mês da Consciência Negra
- Carta de Curitiba: Nossa Escolha é a Resistência! Assistentes Sociais em Defesa da Democracia!
- Assistentes Sociais e o 8 de março: Dia Internacional de luta das mulheres
- 8 de março A Resistência nos une, a Luta nos liberta





POSICIONAMENTOS EM 2019

- O SUS pertence ao povo! Assistentes Sociais em defesa do direito à saúde pública e universal!
- 29 anos do estatuto da criança e do adolescente e a contribuição de assistentes sociais: Direitos de Crianças e Adolescentes em Tempo de Retrocessos
- Assistentes Sociais pelo fortalecimento das lutas, dos Direitos e da Diversidade dos Povos Indígenas
- 7 de fevereiro Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas
- 29 de Janeiro Dia da Visibilidade Trans Visibilidade Trans: (trans) forme, (RE) Exista!

NOTAS E MANIFESTAÇÕES

em Defesa dos Direitos e das Políticas Públicas



MANIFESTAÇÕES EM 2017

- Pela garantia dos direitos das mulheres: Não à PEC 181/15!
- Não à redução da maioridade penal!
- Manifesto contra o golpe que inviabiliza o SUAS
- Manifesto contra o Golpe do Governo Federal ao SUAS
- Nota de repúdio à ação higienista da Prefeitura de Curitiba junto a pessoas em situação de rua
- Manifesto do CRESS-PR em defesa do SUAS
- Apoio à luta das/dos servidoras/es de Curitiba
- Por que o Serviço Social precisa exigir 'Diretas Já'?
- Conselho repudia ataque de natureza homofóbica em Curitiba CRESSPR repudia ação higienista promovida pela Prefeitura de São Paulo



MANIFESTAÇÃO EM 2018

CRESS-PR se posiciona contra a chamada "Escola sem partido"

MANIFESTAÇÕES EM 2019

- Nota de repúdio do CRESS-PR sobre a Nota Técnica do Ministério da Saúde
- Nota de pesar pelo rompimento de barragem em Brumadinho-MG
- CRESS-PR se solidariza com o deputado Jean Wyllys e sua família
- CRESS-PR afirma: ampliação da posse de armas tende a aumentar a violência
- Nota de solidariedade as vítimas e familiares da tragédia ocorrida no Colégio Raúl Brasil, em Suzano (SP)
- Assistentes Sociais pela Democracia e pelo Direito à Memória, Verdade e Justiça
- Nota sobre a realização da XII Conferência Nacional de Assistência Social em 2019
- CRESS-PR se solidariza com assistente social processada injustamente em Sergipe
- 24 de março: Dia Internacional para o Direito à Verdade sobre Violações Graves de Direitos Humanos e para a Dignidade das Vítimas
- 1º de Maio: Primeiro de Maio em defesa da Aposentadoria, do Emprego e da Democracia

- Nota: Em respeito à dignidade humana Supremo garante que a Psicologia não pode atuar pela reversão sexual.
- 15 de maio Assistentes Sociais defendem Educação Pública e a Previdência Social. No dia 15 de maio participe da mobilização nacional!
- 17 de maio Assistentes Sociais combatem LGBTIfobia e defendem direitos humanos
- 18 de maio Assistentes Sociais defendem Direitos Humanos, a Reforma Sanitária e a Luta Antimanicomial
- 18 de maio Assistentes Sociais atuam na proteção, atenção e defesa de Crianças e Adolescentes
- Nota: LGBTFOBIA É CRIME NO BRASIL!
- 12 de junho Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil! Assistentes Sociais pelos direitos humanos de Crianças e Adolescentes!
- 20 de junho Dia Mundial do/da Refugiado/da Assistentes Sociais pelos Direitos Humanos e Hospitalidade de Refugiadas/os
- 26 de junho Dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura Assistentes Sociais pela defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo!
- Nota: A contrarreforma da Previdência que destrói o sistema público é aprovada na Câmara
- 03 de julho Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial Assistentes Sociais no combate à Discriminação Racial
- 28 de junho Dia Internacional do Orgulho LGBTI Assistentes Sociais defendem direitos de pessoas LGBTI no cotidiano de trabalho e nas lutas sociais!
- 25 de julho O Serviço Social no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha
- Nota de repúdio ao Decreto do governo que retira a participação da Sociedade Civil no Conad
- Assistentes Sociais atuam na defesa dos direitos à Saúde Pública e Universal
- 🌒 19 de agosto Assistentes Sociais na luta pelos direitos da População em Situação de Rua
- 19 de Agosto: Dia Nacional do Orgulho Lésbico

CRESS ORIENTA:

para fortalecer e qualificar o exercício profissional

O CRESSPR tem aprimorado os mecanismos de orientação e defesa da profissão. O objetivo é disseminar posicionamentos acumulados e com efeitos positivos em sua aplicação, e produzir orientações requisitadas pela profissão e pelo processo de implementação de legislações sociais e demais dispositivos que regulam a implementação das políticas sociais, tendo em vista, por exemplo, a inserção significativa de assistentes sociais. Está no planejamento da atual gestão a finalização das orientações sobre a relação entre o sistema de justiça e as políticas sociais, visando, especialmente, enfrentar demandas indevidas e qualificar demandas devidas, especialmente no âmbito dos sistemas em direitos humanos.

ORIENTAÇÕES EM 2017

- O que os/as assistentes sociais precisam saber sobre as 30 horas
- O que os/as assistentes sociais precisam saber sobre Ética e Sigilo Profissional
 - O que os/as assistentes sociais precisam saber sobre "Estudo Socioeconômico" e "Atestado de Pobreza"





SER ASSISTENTE SOCIAL:

para fortalecer e valorizar a profissão

O projeto "Ser Assistente Social" visa disseminar práxis em Serviço Social, em espaços históricos e emergentes. São muitas as atuações profissionais em sintonia com os princípios ético-políticos e que reforçam a relevância pública da profissão. Daí a importância deste projeto, para fortalecer a imagem e valorizar a profissão.



SER ASSISTENTE SOCIAL EM 2018

 Ser Assistente Social é lutar contra preconceito e por políticas inclusivas (entrevista sobre garantia de direitos das pessoas com Síndrome de Down e outras síndromes)

SER ASSISTENTE SOCIAL EM 2019

Ser Assistente Social é atuar em defesa dos direitos humanos, no combate a toda forma de opressão por direitos e democracia!

MAIOR ENGAJAMENTO E INTERAÇÃO

na Comunicação

O CRESS-PR investiu em novas ferramentas, com gestão e planejamento de mídia social, tendo ampliado, de modo significativo, o alcance e o engajamento de assistentes sociais e demais interessados.

O conteúdo produzido e disseminado está alinhado à Política Nacional de Comunicação e procura fortalecer a conectividade com a categoria, na perspectiva da comunicação como direito humano e contra hegemônica.

O monitoramento entre janeiro de 2018 a abril de 2019 revelam alto impacto e repercussão por meio das mídias sociais. A Fanpage no Facebook atingiu **9.615 curtidas**, sendo que em 2017 eram aproximadamente 4 mil. O maior alcance e engajamento atingiu **98,2 mil pessoas**, sendo que a maior repercussão foi com a publicação "Ser Assistente Social é Votar com base nos Princípios do Código de Ética", com mais de 970 compartilhamentos.

O perfil no Instagram foi criado em fevereiro de 2019 e atualmente conta com **1.798 seguidores** (atualizado em 23/09/2019).

Com o objetivo de ampliar canais de comunicação o CRESS lançou vídeos sobre temas como o Corte no Orçamento da Política de Assistência Social; combate ao racismo e Igbtfobia; políticas para as mulheres; 15 de Maio, em homenagem ao dia Da/o Assistente Social. Nas homenagens ao dia Da/o Assistente Social, procuramos divulgar a relevância da profissão, profissionais e práticas invisibilizadas historicamente, como assistentes sociais que receberam o Prêmio Nobel da Paz; contribuição de Ivone Lara na Reforma Psiquiátrica; competências a atribuições profissionais.

Outra estratégia importante de comunicação, visando transparência e participação ampliada, é a transmissão simultânea de Seminários e Assembleias. Uma inovação importante para aprimorar a interação do CRESS-PR com a categoria.

Como forma de reduzir custos e garantir participação, as reuniões por Skype também passaram a serem utilizadas na rotina do Conselho.

DENÚNCIAS ÉTICAS, DESAGRAVO PÚBLICO E CURSO ÉTICA EM MOVIMENTO

O Conselho, ao recepcionar denúncia ética, encaminha para apreciação da Comissão Permanente de Ética – CPE, que é a Comissão responsável por emitir parecer referente a suposta violação do Código de Ética profissional. Este parecer é apreciado pelo Conselho Pleno do CRESS-PR, que delibera se a denúncia é procedente ou não. Sendo considerada procedente, é aberto um Processo Disciplinar Ético, passando a ser instruído por uma Comissão de Instrução, com acompanhamento da coordenação técnica e orientação da assessoria jurídica do CRESS.

Atualmente, há **43 processos éticos em andamento**, os quais referem-se a denúncias realizadas de 2015 a 2019. De 2017 ao primeiro semestre de 2019, a Gestão Tempo de Resistir: Nenhum Direito a Menos realizou **11 julgamentos**, sendo aplicadas as seguintes penalidades: 7 julgados improcedentes (arquivados) — sendo um passível de recurso; 3 advertências reservadas — sendo uma passível de recurso; 1 advertência pública.

É prerrogativa do Conselho, também, realizar desagravo público quando a categoria profissional é ofendida em sua honra profissional. Toda/o assistente social que for ofendida/o, atingida/o em sua honra profissional ou desrespeitada/o em seus direitos e prerrogativas definidas no Código de Ética Profissional (art. 2º) poderá representar junto ao CRESS para apuração dos fatos contra quem deu causa à violação de seus direitos e prerrogativas. O Conselho Pleno realiza ato de designação de conselheira/o relatora/or, que tem o papel de apuração dos fatos noticiados e da realização do ato político público, divulgado à categoria e à sociedade, no sentido de restabelecer a imagem da profissão. Em 2018 foi realizado um ato de Desagravo, e atualmente tramitam **7 processos de desagravo público**.

O **Curso Ética em Movimento**, realizado pela Comissão Permanente de Ética, proporciona às/aos assistentes sociais atualização profissional e reflexão ética sobre o exercício profissional. De 2017 a 2019, este curso **foi realizado em 8 NUCRESS e região**: Toledo, Foz do Iguaçu, Cornélio Procópio, Ponta Grossa, Curitiba, Guarapuava, Jacarezinho e Paranavaí.

INSCRIÇÃO E CADASTRO

Contamos com mais de 13 mil assistentes sociais inscritas/os e 8 mil ativas/os, com atuação em diversos espaços sócio-ocupacionais, especialmente nas políticas socais na esfera municipal e em organizações da sociedade civil. Aproximadamente 500 novas inscrições são realizadas anualmente, com números aproximados de transferências.

INSCRIÇÕES:	TRANSFERÊNCIAS PARA 11ªREGIÃO/PR:	TRANSFERÊNCIAS PARA OUTROS CRESS:
2017 - 512	2017 - 30	2017 - 30
2018 - 479	2018 - 36	2018 - 35
2019 - 370	2019 - 30	2019 - 16

ORIENTAÇÕES E AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

do Exercício Profissional



136 processos em andamento

76 processos abertos

70 processos encerrados

134 visitas de orientação e fiscalização

150 assistentes sociais visitadas/os:

1314 orientações realizadas

157 municípios demandaram atendimentos/orientações da Comissão de Orientação e Fiscalização (40% do total de 399 municípios do Paraná):

Sede: Curitiba, Guarapuava, Irati, Pinhais, Campina Grande do Sul, Rio Branco do Sul, Cerro Azul, Tunas do Paraná, Imbituva, Inácio Martins, Condói, Ampere, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Verê, Nova Prata do Iguaçu, Paranaguá, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa, Santa Helena, Entre Rios do Oeste. Palotina, Piraquara, Céu Azul, Cascavel, Pato Branco, Chopinzinho, Jacarezinho, Ibaiti, Wenceslau Braz, Cornélio Procópio, Rio Negro, São José dos Pinhais, Campo Largo, Dois Vizinhos, Mandirituba, Ortigueira, Cambará, Uraí, Carambeí, Ponta Grossa, Nova Aurora, Santa Mariana, Andirá, Reserva, Telêmaco Borba, Boa Vista da Aparecida, São João, São Jorge do Oeste, Sengés, Inácio Beltrão, Laranjeiras do Sul, Santa Amélia, Sertaneja, Umuarama, Tijucas do Sul, Matinhos, Antonina, Assis Chauteambrian, Foz do Iguaçu, Fazenda Rio Grande, Flor da Serra, Maria Helena, Guaíra, Renascença, Quatro Barras, Canta Galo, Castro, Almirante Tamandaré, Jundiaí, Faxinal, Joinville, Foz do Jordão, Mandaguaçu, Pontal, Santo Antônio do Sudoeste, São José da Boa Vista, Catanduva, Campo Mourão, Maringá, Clevelândia, Dois Vizinhos, Ibema, Indianópolis, Xambrê, Alto Paraíso, Balsa Nova, Santa Terezinha do Itaipu, Araucária, Nova Tebas, Colombo, Jussara.

Seccional Londrina: Londrina, Apucarana, Maringá, Lunardelli, Lidianópolis, Carlópolis, Inajá, Tamarana, Arapongas, Loanda, Mandaguari, Terra Rica, Cambé, Paranavaí, Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso, Umuarama, Mandaguaçu, Rolândia, Cianorte, Ortigueira, Bandeirantes, Guarapima, Califórnia, Rio Banco do Ivaí, Sarandi, Ibiporã, Sertanópolis, Ivaiporã, Sertaneja, Brasilândia do Sul, Terra Boa, Faxinal, Jacarezinho, Paraíso do Norte, Jardim Olinda, Nossa Senhora das Graças, Bom Sucesso, Uraí, Astorga, Juranda, Jardim Alegre, Pinhalão, Tapira, Xambrê, Congonhinhas, Nova Tebas, Ariranha do Ivaí, Santa Isabel do Ivaí, Mauá da Serra, Marialva, Iguaraçu, Sabáudia, Alto Piquiri, Campina da Lagoa, Nova Cantu, Grandes Rios, Porecatu, Tamboara, Foz do Iguaçu, Itaguajé, Mandaguaçu, Alto Paraíso, Arapongas, Campo Mourão.

ORIENTAÇÕES E FISCALIZAÇÃO EM 2018

Fiscalização de cerca de **30** concursos públicos; **296** profissionais fiscalizados em visitas

444 documentos de orientação e fiscalização produzidos

904 orientações realizadas

1270 profissionais alcançados nas atividades







214 visitas de orientação e fiscalização profissional nos seguintes municípios:

Apucarana, Londrina, Bela Vista do Paraíso, Paranavaí, Nova Esperança, Ibiporã, Cambé, Rolândia, Maringá, Mandaguari, Iguaraçu, Mandaguari, Toledo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Santa Helena, Cascavel, Iguatu, Céu Azul, Ibema, Guarapuava, Foz do Jordão, Ponta Grossa, Ivaí e Ipiranga, Irati, Inácio Martins, Rio Azul, Teixeira Soares, Matelândia, Santa Tereza do Oeste, Campo Largo, Campo Mourão, Goioerê, Ibaiti, Morretes e Guaraqueçaba, Palmas, Clevelândia e São João do Triunfo



ORIENTAÇÕES E FISCALIZAÇÃO EM 2019

76 instituições visitadas
90 assistentes sociais alcançados
780 orientações
153 Processos em andamentos
55 Processos instaurados
48 Processos encerrados

106 Expedientes em andamento

FORTALECER O CRESS-PR

é fortalecer a Profissão



O CRESS-PR, composto também pelas Seccionais de Londrina e Cascavel, pelos NUCRESS, que são instâncias políticas descentralizadas, assim como as Câmaras Temáticas e Comissões Permanentes, é parte fundamental da base organizativa da profissão. Assim, ampliar a participação e visibilidade da organização profissional, de modo a coletivizar demandas, requisições e ações estratégicas, é fundamental para fortalecer a profissão e o projeto ético-político profissional.

O 7º Congresso Paranaense de Assistentes Sociais é o maior evento da categoria. Sua realização em Ponta Grossa atende ao compromisso de gestão de descentralizar ações e participação, valorizar o Serviço Social em cada região do estado, ampliar engajamento profissional.

Participe das ações do CRESSPR, apresente demandas de seu espaço de atuação e de rua região. Interaja nos canais de comunicação e nos eventos da categoria. Fortaleça nossa profissão, a defesa dos direitos, da democracia, por uma sociedade humanamente livre, que respeite e valorize a diversidade humana, e socialmente justa e igualitária!

"Gestão Tempo de Resistir, Nenhum Direito a Menos"



SUMÁRIO

AGOSTO E O MES DA VISIBILIDADE LESBICA E O SERVIÇO SOCIAL SOMA-SE A ESSA LUTA	13
DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA REFORÇA LUTA CONTRA RETROCESSOS	17
70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS 10 DE DEZEMBRO DE 1968 - 2018	21
DIA DA VISIBILIDADE TRANS 29 DE JANEIRO ASSITENTES SOCIAIS CONTRA A TRANSFOBIA E PELA DIGNIDADE DAS PESSOAS TRANS!	24
DIA NACIONAL DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS 7 DE FEVEREIRO	31
SANGUE INDÍGENA NENHUMA GOTA A MAIS	37
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E UM CRIME CONTRA A POPULAÇÃO	40
A RESISTÊNCIA NOS UNE, A LUTA NOS LIBERTA 8 DE MARÇO DIA INTERNACIONAL DA MULHER	51
ASSISTENTES SOCIAIS MOBILIZADAS/DOS PELA IGUALDADE RACIAL	63
19 DE ABRIL: DIA DA RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS ASSISTENTES SOCIAIS PELO FORTALECIMENTO DAS LUTAS, DOS DIREITOS E DA DIVERSIDADE DOS POVOS INDÍGENAS	67
O SUS PERTENCE AO POVO! ASSISTENTES SOCIAIS EM DEFESA DO DIREITO À SAÚDE PÚBLICA E UNIVERSAL!	74
EFESA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TEMPOS DE RETROCESSOS	75
POSTANDO NAS REDES SOCIAIS	87

Gestão "Tempo de resistir: Nenhum direito a menos" - 2017 - 2020

EXPEDIENTE

O informativo CRESS-PR EM MOVIMENTO é uma publicação do Conselho Regional de Serviço Social da 11ª Região (CRESS-PR)

Rua Monsenhor Celso, 154, 13° andar - Centro, Curitiba - PR CEP 80010-150 Tel: (41) 3232-4725 www.cresspr.org.br contato@cresspr.org.br facebook/cresspr

Projeto gráfico e diagramação: Agência Três Criativos Jornalista responsável: Sara Carvalho - Mtb 987 Agosto de 2019 3ª Edição

Presidenta: Joziane Ferreira de Cirilo **Vice-Presidenta:** Elza Maria Campos 1" Secretária: Marcia Terezinha de Oliveira
2" Secretária: Tamíres Caroline de Oliveira
1" Tesoureira: Neiva Luz dos Santos Silva Munhoz
2" Tesoureira: Jucimeri Isolda Silveira

Conselho Fiscal:

Fernando Aparecido Camara Cleison Ribeiro Ayres Alexandre Fernandes Macedo

Suplentes:

Viviane Aparecida Ferreira de Lara Matos Elias de Sousa Oliveira Inês Barbosa Viviane Aparecida Pereira Peres Hemerson Weslley Maziero Marly Correia Faria Bavia Tatiana de Fatima Santos Ana Cristina Moreira

Comissão de Comunicação: Jucimeri Isolda Silveira

Tamíres Caroline de Oliveira Joziane Ferreira de Cirilo Elza Maria Campos

SECCIONAL DE LONDRINA

Coordenador: Marcelo Nascimento de Oliveira Tesoureiro: Rosângela Aparecida de Souza Costa Andrean Secretário: Daniel Soares da Silva

Seccional de Cascavel

Coordenadora: Tatiane Martins Tesoureira: Ereni De Jesus Galvão Secretário: Vantuir Trevisol





O mês de agosto ficou marcado como o mês da visibilidade lésbica. O dia 29, dia da Visibilidade Lésbica, foi criado por militantes lésbicas brasileiras, após o lo Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais (Senale), em 1996. A primeira edição foi organizada pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ) e teve enfoque no debate sobre sexualidade e prevenção de DSTs. O evento teve outras edições, nos anos seguintes, em diversas cidades do país.

O objetivo da data é demarcar o enfrentamento à lesbofobia, ao machismo, ao racismo e todas as outras formas de violações de direitos das mulheres lésbicas e bissexuais, nos âmbitos público e privado. Mas a data também marca a resistência, configurada nas iniciativas afirmativas, experiências positivas e, sobretudo, de emancipação.

Questões sobre a sexualidade, respeito ao próprio corpo e ao da/o outra/o, relações afetivas, direitos reprodutivos e da família e tantos outros temas, ganham espaço e são tratados de forma mais qualificada, a partir da agenda suscitada pela data. Especialmente para as lésbicas e bissexuais há um discurso reducionista que as representam, quase que exclusivamente, pelo viés sexual fetichizado - desde que atendam aos padrões de beleza socialmente construídos. Tais oportunidades de debate evidenciam a complexidade do tema e da visibilidade, para além das representações sexuais.

De acordo com *Tamires Oliveira*, conselheira do CRESS-PR, a conjuntura de acirramento do conservadorismo, estruturado no capitalismo-patriarcal, se expressa em diversas formas de

violência contra as mulheres, mas especialmente contra as mulheres negras e lésbicas. "Ocorrem estupros corretivos como forma de 'reorientação sexual' das mulheres lésbicas e bissexuais, num contexto em que a violência é perpetrada em virtude das expressões de gênero não correspondentes com os papéis sociais atribuídos às mulheres", defende.

A importância da data pauta-se ainda na necessidade de desvelar o machismo em uma de suas formas mais cruéis de manifestação: a lesbofobia e lesbocídio. O lesbocídio ancora-se em preconceitos como o machismo, o racismo e, principalmente, a lesbofobia - um sentimento de medo exagerado ou aversão às mulheres que manifestam relações sexuais e/ou afetivas com outras mulheres.

"A pauta da visibilidade lésbica é transversal e ampla. No campo da saúde, por exemplo, nega-se a mulher que faz sexo com mulheres. As campanhas, programas e métodos preventivos às DSTs são voltados apenas para relacionamentos com homens, colocando em risco a saúde e vida dessas mulheres", explica a conselheira do CRESS-PR.

De acordo com *Daniela Möller*, conselheira do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), ainda não há legalização do registro da Igbtfobia como causa de morte, mas os dados identificados até agora são fruto de um padrão heteronormativo.

"No caso das mulheres, se soma à discriminação referente a sua orientação sexual, o lugar que é atribuído à mulher na nossa sociedade e, por isso, outro tipo de violência a que estão submetidas é o abuso sexual, chamado de corretivo. Porque a relação sexual entre mulheres, ou é tratada como um fetiche, da qual os homens acham que têm direito de participar, ou que aquelas mulheres têm que aprender que existe um único padrão sexual,

que é o heteronormativo, e vão aprender isso pela violência", explica a conselheira. Ainda que tenhamos percebido um aumento nas estratégias e espaços que a população lésbica e bissexual tem alcançado, ainda há muito o que galgar.

O aumento da visibilidade nos espaços públicos nos faz enxergar outros lugares de exclusão e o espaço reduzido para as especificidades dessas mulheres, como explica a Conselheira *Tamires* do CRESS PR: "Se for observar, por exemplo, no âmbito da mídia, a mulher lésbica e bissexual não se vê representada a não ser de forma estereotipada, com reproduções de padrões que reforçam uma cultura heteronormativa e machista".

A (IN)VISIBILIDADE LÉSBICA NAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS

Imprecisão é o que marca o mapa das violações, violências e preconceitos sofridos por mulheres lésbicas e bissexuais. A escassez de pesquisas e estatísticas que demonstrem a extensão e profundidade dos problemas que afetam diretamente essa população, inviabiliza uma realidade histórica e reflete a negação do Estado frente às demandas de formulação e implementação de políticas públicas para mulheres lésbicas.

Nesse cenário, em abril de 2018, o Núcleo de Inclusão Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) divulgou o primeiro Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil. O documento aponta um crescimento acelerado dos assassinatos de mulheres lésbicas, a partir de dados coletados de 2000 a 2017.

No período, foram registrados 180 homicídios, dos quais, 126 aconteceram entre 2014 e 2017. O dossiê foi produzido com informações coletadas em redes sociais e veículos de mídia o que indica que este universo tende a ser mais numeroso.

De 2014 para 2017 foi registrado um aumento de 150% de lesbocídios, chegando a 54 ocorrências no ano passado. Só nos dois primeiros meses de 2018, 26 homicídios de mulheres lésbicas foram registrados. O aumento revela, também, o ganho de espaço midiático para denúncias dessa natureza, difusão e denúncia por meio das redes sociais, além do reconhecimento social do crime motivado pela vítima ser lésbica, semelhante aos casos de feminicídios.

2000 a 2017

180 homicídios

2017

54.
homicídios

jan/fev 2018

26
homicídios

Faca o download do Dossiê:

http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossiê-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf



ALGUMAS VITÓRIAS...

Após árduas lutas e resistência da comunidade LGBT, alguns direitos foram reconhecidos, tais como:

Casamento civil igualitário: o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo está assegurado por decisão do Superior Tribunal Federal (STF), e pela Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, do Conselho Nacional de Justiça conferindo os mesmos direitos da união de homens e mulheres aos casais do mesmo sexo e obrigando os cartórios a realizarem a cerimônia.

Reconhecimento da paternidade ou maternidade homoafetivas: possibilidade de registro de crianças geradas por técnicas de reprodução assistida, a partir do provimento n° 52, de 14 de março de 2016.

Adoção: Em 27 de abril de 2010 o Superior Tribunal de Justi-

ça (STJ), em uma decisão judicial, reconheceu o direito de adoção por casais homoafetivos.

Retificação de nome e gênero: em 01 de março de 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que pessoas transexuais podem retificar nome e gênero diretamente no cartório. Documentos como RG, Título de eleitor e Passaporte, podem ser solicitados sem burocracia, sem laudo médico e sem intervenção do poder judiciário; isso significa a possibilidade de incluir seu nome social e gênero autodeterminado diretamente nos cartórios.

Processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS): cirúrgias de transgenitalização; de mastectomia (retirada de mama); plástica mamária reconstrutiva (incluindo próteses de silicone); e cirurgia de tireoplastia (troca de timbre de voz) são realizadas pelo SUS.

Estatuto da Família: No entanto, ainda há muita dificuldade para garantir esses direitos, inclusive com o avanço de pautas conservadoras e preconceituosas como o Projeto de Lei (PL) 6583/13, conhecido como o "Estatuto da Família", aprovado em 2015, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Nele, a família é reconhecida como "entidade familiar formada a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos". A definição reducionista do que é família, se avançar, vai contra a decisão do STF sobre o casamento civil igualitário e ameaça o acesso das famílias homoafetivas aos seus direitos sociais, como pensão e licença.

O PRECONCEITO QUE ATINGE A POPULAÇÃO USUÁRIA E AS ASSISTENTES SOCIAIS

Tanto a população usuária, quanto as trabalhadoras, vivenciam inúmeros desafios cotidianos quando se trata da sua orientação sexual e a família que constituiu. Para a conselheira do CRESS-PR, é necessário realizar uma análise sócio-histórica da questão de classe, raça/etnia e gênero: "Precisamos compreender que a condição sóciohistórica da mulher na estrutura da sociedade patriarcal-capitalista é de mera reprodutora da espécie. O que significa que as relações sexuais e afetivas que não tenham esse fim, serão inviabilizadas, negadas e, não raras as vezes, violentadas", explica *Tamíres*.

Para a conselheira do CFESS, o trabalho com mulheres lésbicas e bissexuais torna-se mais complexo na medida em que o preconceito perpassa todos os âmbitos da vida social: "É importante compreender o contexto de discriminação na própria família, na comunidade, e nos serviços buscados. Nosso desafio é elaborar, articular e implementar políticas que atendam às necessidades desse público, mas também alterar o pensamento vigente que incide sobre a vida delas".

Nesse cenário, o CRESS-PR chama a atenção para o compromisso ético-político profissional. "Em nosso cotidiano profissional, sentimos os reflexos dessa conjunta perversa na população usuária, mas especialmente quando se trata de mulheres, negras e lésbicas, as expressões da questão social se acirram mais. Temos o compromisso de reconhecer, dar visibilidade, mas principalmente descontruir padrões heteronormativos e de reprodução do machismo", defende.

Esse quadro também se expressa no âmbito das trabalhadoras assistentes sociais lésbicas e bissexuais, que lidam, também, com as relações hierárquicas de trabalho. "Elas podem vir a enfrentar discriminação no trabalho, seja por chefes, pela equipe e usuários/as, que podem não aceitar a intervenção feita por elas. Parte da população acha que, se seus filhos tiverem contato com pessoas LGBT, podem vir a se tornar LGBT", relata Daniela Möller sobre como preconceitos podem interferir no atendimento realizado.

A preocupação com o respeito a lésbicas e bissexuais dentro do espaço de trabalho vem desde a formação. Amanda Ferreira Marcelino, estudante do 3º período de Serviço Social da Fatec é lésbica e defende que a visibilidade é o caminho para desconstruir mecanismos que desconsideram sua existência.

"Se orgulhar da própria sexualidade não é sinônimo de tranquilidade, pelo contrário. Dizer 'sou lésbica' é assumir o risco de, todos os dias, temer por minha vida e pela vida de quem se ama, além de ser estereotipada por não performar feminilidade. Se assumir é lutar diariamente contra o patriarcado, é romper com correntes tradicionalistas e conservadoras, é demonstrar que

sexualidade não muda o caráter. Percebo, também, que se assumir lésbica é resistir a tudo que nos inviabiliza, que nos coloca à margem", defende.

Para a estudante, um dos principais reflexos de assumir-se é justamente fortalecer outras lésbicas e empoderar-se.

Daniela Möller também é lésbica e relata já ter passado por situações de discriminação: "É importante, nestes casos, que nos posicionemos e que possamos incidir sobre a cultura vigente". A assistente social lembra ainda que dentre os princípios do Código de Ética Profissional, está a "defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo" e o "empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças". Para Daniela Möller, os caminhos alternativos estão em "se fortalecer coletivamente junto de sujeitos sociais e políticos que protagonizam esse debate".

A partir desse senso coletivo, o CFESS preocupa-se também com o protagonismo de lésbicas e bissexuais em espaços políticos. "A organização do movimento de lésbicas e bissexuais agrega a condição de gênero nas disputas de espaços de poder, que é a condição de quem vive em uma sociedade machista. E a união entre a discriminação pela orientação sexual e do machismo é uma particularidade que assistentes sociais precisam compreender para atendê-las de forma qualificada", explica.

Tamíres é bissexual e defende que "é preciso mostrar que o amor entre mulheres existe e resiste às investidas conservadoras de uma sociedade que ensina as mulheres desde pequenas a competir com outras mulheres".

A assistente social reitera o compromisso ético-político profissional em respeitar todas as formas de família e a romper com qualquer prática que restrinja o conceito de família à consanguinidade, conjugalidade e heteronormatividade. "Lutar por uma sociedade sem preconceitos exige de nós, assistentes sociais, romper com os padrões impostos e descontruir os papéis sociais construídos que oprimem as mulheres, desvelando as formas de manifestação do machismo na sociedade e construindo coletivamente estratégias de resistência e enfrentamento a essas expressões da questão social".

AS DEFESAS DO CONJUNTO CFESS/CRESS

Historicamente, o Conjunto CFESS-CRESS posiciona-se com relação à defesa dos direitos da população LGBT, à livre orientação sexual e identidade de gênero, atuando junto aos movimentos sociais e organizações da área, respeitando o protagonismo e autonomia desses sujeitos. "Ocupamos espaços de controle social, como os conselhos e as conferências, e promovemos campanhas e orientações referentes ao exercício profissional, no sentido de qualificar o atendimento a essa parcela da população que passa por inúmeras discriminações, situações de violência e ausência de acesso a atendimento no âmbito das políticas públicas", explicou Daniela Möller,

líticas públicas", explicou Daniela Mo conselheira do CFESS.

Além disso, em nossas Bandeiras de Luta do conjunto, aprovadas no 44° Encontro Nacional CFESS-CRESS, reafirmam o compromisso de nos posicionarmos contrariamente A todas as formas de exploração e discriminação de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física e de defender os princípios de Yogyakarta, o Plano Nacional

Cidadonio e Direitos Humonos LGBT e o Plono Nacionol de Saúde do População LGBT.

Já no 46º Encontro Nacional, foram acrescentadas às Bandeiras de Lutas reforçar as lutas pelas diretrizes contidas na versão original do PLI 22/06, que prapõe a criminalização da homofobia e defender que as violações de direitos humanos em razão da orientação sexual e identidade de gênero sejam passíveis de responsabilização a partir de legislações específicas.

Em setembro de 2018, o 47º Encontro Nacional CFESS-CRESS, aprovou a atualização das Bandeiras de Lutas do conjunto CFESS/CRESS e incluiu, dentre outros temas, a Defesa dos direitos da papulação LGBT, da livre orientação sexual e identidade de gênero; Defesa da criminalização da LGBTfobia (lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia); Repúdia aa feminicídio e a todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, que atingem majoritariamente as mulheres negras; Defesa da responsabilização dos

autores de crimes de violência contra mulher e de racismo; Defesa do conceito de família que ultrapasse os critérios de consanguinidade, heteronormatividade e de conjugalidade e expressando as formas plurais de pertencimento e convivência socioafetiva.

Assim reafirmamos a defesa intransigente dos direitos huma-

Assim, reafirmamos a defesa intransigente dos direitos humanos e da liberdade de todas as dimensões da diversidade humana, com o compromisso com uma prática profissional pautada no reconhecimento da dignidade, autonomia e respeito à orientação sexual e identidade de gênero dos indivíduos sociais.

NORMATIVAS DO CONJUNTO CFESS/CRESS QUE ORIENTAM A ATUAÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL

RESOLUÇÃO CFESS Nº 489/2006:

Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 615/2011:

Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transsexual nos documentos de identidade profissional.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 845/2018:

Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador.



O CRESS PR, EM CONSONÂNCIA COM O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL, CONVOCA A CATEGORIA PROFISSIONAL A ARTICULAR-SE E SOMAR-SE ÀS LUTAS SOCIAIS PELOS DIREITOS DAS MULHERES CISGÊNEROS E TRANSGÊNEROS LÉSBICAS E BISSEXUAIS, NA DEFESA DA CONSTRUÇÃO DE **UMA SOCIEDADE RADICALMENTE** JUSTA SEM DOMINAÇÃO. EXPLORAÇÃO DE CLASSE. RACA/ETNIA E GÊNERO. PELA LIBERDADE, PELA DIVERSIDADE **HUMANA, PELO DIREITO DE VIVER** O AMOR COM VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO PÚBLICO. PELA VIDA DAS MULHERES!

TOME NOTA

É preciso extinguir do nosso vocabulário o uso inadequado e preconceituoso de terminologias que afetam a cidadania e a dignidade da população LGBT.

O termo adequado é utilizar homossexualidade/ lesbianidade e não "homossexualismo", "lebianismo", pois o sufixo "ismo" (terminologia referente à "doença") foi substituído por "dade" (que remete a "modo de ser").

Os Estados Unidos retirou "homossexualismo" da lista dos distúrbios mentais da American Psychology Association

No Brasil, o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade do código da Classificação Internacional de Doenças.

a Organização Mundial da Saúde reconhece que a homossexualidade não é doença e retira o código da Classificação Internacional de Doenças.

A nova classificação entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas.

OMS retira a transexualidade da classificação de doenças mentais.





Conhecido em todo o Brasil em 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra foi instituído em 2003 no calendário nacional e marca a luta contra o racismo estrutural enraizado na sociedade.

O Brasil é o segundo país com a maior população negra no mundo, ficando atrás somente da Nigéria. Dados do último Censo do IBGE, de 2010, revelam que 51% da população brasileira é negra (preta ou parda), o que representa 100 milhões de brasileiros em termos absolutos. A violência, no entanto, é alarmante. Sete em cada dez pessoas assassinadas no país são negras. O estudo "Atlas de Violência 2018", divulgado neste mês pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam que, em 2016, a população negra registrou uma taxa de homicídios de 40,2 mortes por 100 mil habitantes. O mesmo indicador para brancos, amarelos e indígenas foi de 16.

Entre 2006 e 2016, último ano com dados disponíveis para o levantamento, a taxa de homicídios

de indivíduos negros cresceu 23,1% e foi a maior registrada desde 2006, ano inicial da série histórica. O estudo afirma ainda que "Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. Por sua vez, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil".

Neste 20 de novembro, além de lembrar ícones como Zumbi dos Palmares – cuja data escolhida para o Dia da Consciência Negra remete à sua morte – temos que manter a resistência contra os retrocessos. Lutar contra a violência e o racismo, e pela manutenção de políticas afirmativas como as cotas raciais nas universidades, por exemplo. Isso nada mais é que o resultado de uma dívida histórica do país com a população negra, e que hoje estão ameaçadas devido a conjuntura que se apresenta para os próximos anos. O CRESS-PR está nesta luta!







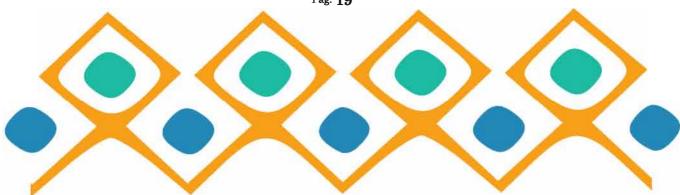
O Conselho Regional de Serviço Social do Paraná se soma ao conjunto CFESS-CRESS e a todas as organizações que combatem o racismo para evidenciar a luta do dia 20 de novembro — Dia da Consciência Negra, como data de luta e da morte de Zumbi, o principal líder do Quilombo dos Palmares, o mais longevo e conhecido da história do Brasil.

Na conjuntura atual, pós-período eleitoral, isso é de extrema gravidade, uma vez que a pauta e o discurso discriminatório e de extermínio da população negra foi a vitorioso nas eleições, não só pela figura do principal dirigente de nosso país, como também de um grande número de parlamentares. Utilizando a narrativa do aniquilamento das populações negras, indígenas, migrantes, mulheres, LGBTs, estes parlamentares ocuparam os postos do

executivo e do legislativo brasileiro e paranaense. O projeto ultra conservador, ultraliberal, xenofóbico, declaradamente racista, misógino e anti-povo saju vitorioso das urnas.

Nosso país tem 518 anos de história, sendo que destes, 388 foram vividos sob a égide da escravidão. Foi um regime de intensa exploração e desumanização do povo negro, que sobreviveu a uma condição de superexploração do trabalho escravo, em um regime de intensa violência física e simbólica.

A comemoração desta data, portanto, se reveste de grande e significativa importância, pois se constitui como uma conquista do Movimento Negro na sua dura luta de desconstrução do mito da democracia racial, e pela afirmação da contribuição da



população negra na formação do Brasil. Se coloca também como uma resistência através dos séculos contra o projeto genocida das elites nacionais e internacionais, e denuncia as marcas da escravidão ainda presentes em pleno século XXI.

Em nosso país, algumas evidências do quanto a população negra ainda carrega as marcas da escravização estão expostas na realidade. Um exemplo disso é o fato de o Brasil ter como maior número da população carcerária, aquelas (es) que ganham menos na escala salarial e o menor número de professoras (es) universitárias (os), os jovens que mais morrem pelo extermínio da polícia e de milícias. O feminicídio também cresce entre as negras. O aumento de 15% no índice de homicídios das negras nos últimos 10 anos na contramão da redução de 8% entre as não negras.

Podemos citar algumas conquistas recentes resultado da luta do povo negro e dos movimentos sociais como o advento da Constituição Federal de 1988, e com ela a criminalização do racismo. A existência de um Ministério próprio para implementar e transversalizar a política de promoção da igualdade racial, as Ações Afirmativas nas Universidades Públicas (e sua expansão e interiorização) e concursos públicos, a criação de centenas de organismos de gestão das políticas de promoção da igualdade racial nos estados e municípios, a Política Nacional de Saúde da População Negra, entre outras conquistas encontram-se ameaçadas. Algumas delas já extinta pelo governo golpista de Temer.

Citamos ainda o Programa "Minha Casa Minha Vida", que assegurou mais de 4,6 milhões de moradias sobretudo às pessoas de baixa renda (faixas 1 e 2). E o programa "Brasil Quilombola", na Política Nacional de Economia Solidária, na retirada de 40 milhões de pessoas da extrema pobreza (negros e

negras são 78% deste contingente) e na criação de 20 milhões de empregos formais e na política de valorização do salário mínimo, que atingiu trabalhadores/as negros. (1) Conquistas essas, em um Estado que luta para buscava consolidar a democracia. Vivemos um retrocesso civilizatório, com perdas de direitos como a reforma trabalhista que irá atingir de forma mais drástica o povo negro e pobre. A PEC 95\2016 que congela por 20 anos os recursos para as políticas públicas também será um forte componente de ataques a população em especial a negra.

Neste contexto, os (as) assistentes sociais, através de suas organizações e do CRESS-PR compreende que a luta para que a maioria da população, negros/as e mulheres tenham participação nos espaços de poder é uma luta por visibilidade, reconhecimento, representatividade, mas sobretudo uma luta para que as necessidades das maiorias sejam devidamente pautadas, discutidas e se façam presentes nas leis, políticas públicas e regulamentações que emanam do Executivo e do Legislativo.

Nós, assistentes sociais, tendo como referência nosso projeto ético politico profissional e os princípios de nosso Código de Ética Profissional, repudiamos o racismo, as violências e violações de direitos que acometem a juventude negra, mulheres negras, populações quilombolas, indígenas, ciganas e comunidades periféricas. e nos posicionamos em defesa dos movimentos sociais e de suas bandeiras de lutas contra o racismo, intolerância religiosa, machismo, LGBTfobia, denúncia do Estado de exceção, das violências simbólicas, das desigualdades estruturantes.

Nos somamos a campanha do conjunto CFESS/-CRESS que tem como lema "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo"!

COMPATE AU RASISMO

Precisamos combater o racismo para que nós sejamos tratadas/os como cidadá/ãos. Será que existe alguma forma de se conseguir mudar essa realidade que mata, agride e nos oprime todos os dias? Será que existe a imagem ideal de uma pessoa para vivermos em sociedade? A mídia diz que sim! A imagem ideal para muitos é aquela imagem da pessoa branca, de olhos verdes ou azuis. Cabelos oiros, lisos, etc, etc e etc.... pensem como é viver em uma sociedade sendo o oposto desse perfil...

Na história do Brasil, a escravidão perdurou por 338 anos. Exatos 130 anos após a abolição da escravatura, ainda carregamos as marcas do periodo escravista. Eu pergunto, até quando vamos morrer? Racismo é crime e tem que ser denunciado! Do ponto de vista analítico, mesmo que os casos de racismo fossem denunciados e o sistema judiciário desse conta de punir aqueles que cometem o racismo, não seria suficiente. Precisamos é combater o racismo, através de conscientização.

Não podemos mascarar a realidade dessa guerra que existe contra a população negra. Os dados mostram que a cada dia jovens negros morrem, mulheres negras são fortemente violentadas e mortas. Os/As trabalhadores/as negros/as continuam recebendo salários inferiores aos dos brancos que executam a mesma função. Os números de negros/as presentes em universidades, mesmo com a política de cotas, continuam sendo muito inferiores aos números de brancos. Sabemos que em algumas regiões do país, o povo preto é o que mais reside em regiões periféricas, com pouco ou nenhum acesso à saúde, educação, trabalho e outros.

Nessas regiões, quando um jovem negro sai de casa, seja para trabalhar ou estudar, as mães ficam preocupadas. Elas sabem que a própria polícia, em áreas periféricas, mata e usa a estrutura de poder que é secular, para mascarar a violência. Com isso, as mães continuam chorando as mortes de seus filhos/as.

O racismo é estrutural na sociedade, haia vista que a sociedade brasileira traz em sua história a marca do escravismo, que perdurou por quase quatro séculos. Mesmo que tenha ocorrido a abolição da escravatura que perdurou por 338 anos, nós somos que somos descendentes de escravos e vivemos em um país miscigenado, onde negros, brancos e índios convivem em sociedade. Entretanto, muita gente não sabe lidar com a ideia que não tem como valorizar ou não uma pessoa pela cor da pele. Após 130 anos da data de "abolição", o racismo ainda é muito presente no cotidiano da população negra, se materializando através das relações sociais e do próprio Estado. Atualmente o racismo é crime, mas o judiciário não dá conta de punir os cidadãos, por isso é preciso ter consciência. Não podemos mascarar a querra posta contra a população negra, com o propósito de extermínio de nossa população de nossa história.

Até quando teremos de fazer o enfrentamento do racismo? Penso que o conhecimento histórico sobre os períodos que compõem a nossa história, a parte cultural que inclui as religiões de matrizes africanas, o samba, o carnaval, a capoeira e uma infinidade de atividades culturais, como filmes, músicas e outros que possam auxiliar na multiplicação do conhecimento de parte de nossa história diante da segregação racial.

As pessoas precisam entender que a cor da pele não pode ser motivo de preconceito e discriminação. Ainda somos exageradamente discriminados e pedimos socorro!

Continuamos na luta por uma sociedade sem racismo, na luta por liberdade.

Conselheira Tatiana de F. Santos



Nesta segunda-feira, dia 10 de dezembro de 2018, a Declaração Internacional dos Direitos Humanos completa 70 anos. Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em Paris, em 10 de dezembro de 1948, sendo considerado um importante marco para a luta internacional contra os Estados totalitários, contra as crueldades do nazifascismo. Trata-se do maior e mais importante acordo mundial pela democracia, pela efetivação dos direitos humanos. Mais tarde, a Declaração de Viena (1993) vai reiterar e reforçar os direitos humanos, mas estabelecer o pacto pela efetivação de direitos a partir de princípios importantes como a universalidade, a interdependência e a indivisibilidade dos direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos contém um total de 30 artigos, sendo base da luta

universal contra as opressões e discriminações. A Declaração defende a igualdade e a dignidade das pessoas, e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão e cidadã do planeta, sem distinção.

Documentos com o mesmo viés já haviam sido redigidos em reação a tratamentos desumanos e injustiças, como a Declaração de Direitos Inglesa (elaborada em 1689, após as Guerras Civis Inglesas, para pregar a democracia) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (redigida em 1789, após a Revolução Francesa, a fim de proclamar a igualdade para todos).

Após a segunda guerra e da criação da ONU (também em 1945), líderes mundiais decidiram complementar a promessa da comunidade

"SEM DEMOCRACIA NÃO PODE HAVER DIREITOS HUMANOS, MAS SEM DIREITOS HUMANOS TAMBÉM NÃO HAVERÁ DEMOCRACIA" JOSÉ SARAMAGO

internacional de nunca mais permitir atrocidades vividas no estado de guerra. Assim, elaboraram um guia para garantir os direitos de todas as pessoas e em todos os lugares do planeta.

O documento foi apresentado na primeira Assembleia Geral da ONU em 1946 e repassado à Comissão de Direitos Humanos para que fosse usado na preparação de uma declaração internacional de direitos. Na primeira sessão da comissão em 1947, seus membros foram autorizados a elaborar o que foi chamado de "esboço preliminar da Declaração Internacional dos Direitos Humanos".

O primeiro rascunho da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que contou com a participação de mais de 50 países na redação, foi apresentado em setembro de 1948 e teve seu texto final redigido em menos de dois anos.

Direitos humanos estão ameaçados. É preciso defendê-los no cotidiano!

Na atual conjuntura global, os direitos humanos, de uma maneira geral, estão sob séria ameaça. Por todo o planeta, movimentos extremistas, de intolerância e ódio sujeitam as pessoas a diversos tipos de violência. Os valores humanos estão sendo atacados e as pessoas estão se sentindo inseguras.

Problemas estruturais do passado ainda não enfrentados de forma contundente como a escravidão e o latifúndio, determinam uma natureza subsidiária das políticas de direitos humanos. Neste cenário, existem, ainda, os reflexos de questões globais, como a crise de alimentos, o aquecimento global e as mudanças

climáticas, que atingem mais fortemente os grupos sociais vulneráveis, processos relacionados com o capitalismo na sua versão mais destrutiva. A resistência de forças políticas e econômicas implica em desafios cada vez maiores para a formulação e a implementação de políticas públicas de direitos humanos, nas mais diversas instâncias do poder público e no campo da sociedade civil.

Dessa forma, os assassinatos de líderes sem-terra, violência contra a população negra, atentando contra integrantes da vigília Lula Livre, feminicídios em série, assassinato de Marielle Franco (até hoje sem punição dos criminosos), o incêndio na Vila Corbélia – que destruiu as casas de várias pessoas na Cidade Industrial de Curitiba. Esses são apenas alguns trágicos exemplos, entre tantos, dos males causados pelo desrespeito aos direitos humanos, pela cultura do ódio e pela violência do Estado e parte da sociedade.

Presenciamos um cenário de profunda perplexidade e ameaças diante da existência, inclusive, de grupos de direta extremistas, que estão praticando crimes de ódio no campo e na cidade. Os fascistas, no caso brasileiro, de fato "saíram do armário" e estão praticando violações de direitos num contexto de incentivo ao crime, de perseguição a pessoas, grupos e populações que são considerados inimigos e por isso são atacados.

O cenário é de aprofundamento da desigualdade étnico-racial, de gênero e de classe, de aumento das mortes violentas motivadas por ódio. O conservadorismo, o fascismo, tem impactos destrutivos em sociedade. A realidade é de Estado de exceção para a aqueles e aquelas considerados

fora do padrão normativo, estigmatizadas, inferiorizadas. Com isso, temos o aumento do racismo, da LGBTfobia, da criminalização dos pobres e dos movimentos sociais, da xenofobia, do extermínio da juventude periférica, da população indígena, da população em situação de rua.

Este mesmo cenário exige, especialmente de defensores/as de direitos humanos, como as/os assistentes sociais, o fortalecimento das instituições democráticas; a educação em direitos humanos com disseminação de valores e conteúdos que contribuam para o respeito, a convivência pacífica e democrática em sociedade, o reconhecimento das diferenças e a valorização da diversidade humana; a formação de redes de defesa de pessoas e grupos mais afetados pela violência e discriminação; a defesa do Estado Democrático de Direito.

As conquistas em direitos humanos refletem a resistência aos cenários de violações diversas, às expressões de desigualdade no acesso aos bens, riquezas, políticas públicas e poder de participação em sociedade. Expressa a afirmação das alteridades, das diferenças, com visibilidade e afirmação das diversidades, das resistências, na luta social pela dignidade humana

O CRESSPR apoia e integra a iniciativa das Organizações das Nações Unidas do Brasil, na campanha contra a discriminação e pela valorização dos Direitos Humanos.

Os (as) assistentes sociais tem em seu projeto ético político a defesa dos direitos humanos, a recusa do arbítrio e do autoritarismo. Reconhecemos que os direitos são socialmente conquistados. Por isso, a conquista dos direitos requer o fortalecimento dos movimentos sociais, das organizações populares, numa aliança com demais trabalhadores/ as e usuários/as dos serviços sociais.

É necessário que as/os assistentes sociais em unidade com as/os demais trabalhadoras/res e movimentos em defesa dos direitos humanos e das políticas públicas, articulem frentes e redes de apoio às populações vulnerabilizadas, para inclusive a garantia do direito da livre expressão e manifestação.

O CRESS-PR, é um espaço de expressão e de denúncia à violação dos direitos. Nos procure através do site do CRESS, ou participando da Câmara Temática de Ética e Direitos Humanos.

Texto: Jucimeri Isolda Silveira (CRESSPR/PUCPR) e Elza Campos (CRESSPR/UNIBRASIL)

Fonte: ONUBrasil > https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/dia

Comissão de Comunicação: Jucimeri Silveira, Tamíres Oliveira, Kellen Dalcin, Lena Sonda. Assessoria de Comunicação: Apex Conteúdo Estratégico

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS-PR

Sede R. Monsenhor Celso, 154, 13° andar centro – curitiba – pr (41) 3232-4725

WWW.CRESSPR.ORG.BR

DIA DA VISIBILIDADE TRANS 29 DE JANEIRO

VISIBILIDADE TRANS:

(TRANS) FORME,

(RE) EXISTA!

ASSISTENTES SOCIAIS CONTRA A TRANSFOBIA E PELA DIGNIDADE DAS PESSOAS TRANS!

Dia 29 de Janeiro, segundo a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, marca a data em que o movimento de travestis e transexuais ocupou o Congresso Nacional para lançar a campanha "Travesti e Respeito". Tal ato também é mencionado como primeiro organizado exclusivamente pelo movimento. Este dia significa, e tem por objetivo, reafirmar a luta pela dignidade de travestis e transexuais.

O Brasil, segundo a Organização não Governamental "Transgender Europe", aparece como um dos países que mais mata travestis e transexuais (2016). A expectativa de vida de

pessoas trans é de apenas 35 anos, em função da transfobia. Inclusive recentemente nos chocamos e nos emocionamos com a notícia da morte da Kelly. Por Kelly lembramos que a luta deve ser intensificada com o lema "Nenhuma pessoa trans a menos".

Os indicadores do Instituto Brasileiro de Transeducação revelam que a violência transfóbica dificulta, ainda, o acesso e a permanência de pessoa trans na educação, pelo preconceito, pelas agressões, assédios e não garantia da utilização do nome social.



Diante dos princípios do Serviço Social brasileiro de liberdade, justiça social e defesa intransigente dos direitos humanos; pela luta contra toda forma de discriminação e de preconceito, reafirmamos a atuação conjunta com o Movimento de Travestis e Transexuais. As lutas pelos direitos humanos de pessoas Trans inclui a defesa da ampliação de políticas públicas e da participação da população trans.

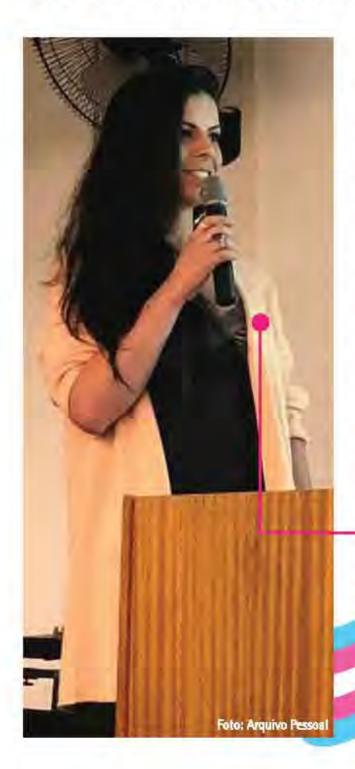
Em 2018 tivemos o falecimento de um importante ativista dos direitos de identidade de gênero, João Nery. O Projeto de Lei nº 5002/2013, nomeado João Nery em sua homenagem, dispõe sobre a garantia do direito a identidade de gênero e a cidadania plena destas pessoas. Em seu livro, Viagem Solitária, João Nery conta todas as dificuldades que enfrentou para que respeitassem sua identidade, bem como a transformação destas dificuldades em luta política. Neste livro, ele menciona a assistente social Martha Rique Reis, que atuou na ONG Vidda e o apoiou em seu processo. Ressaltamos, nesse sentido, a importância do trabalho de assistentes sociais visando a garantia de direitos, a plena expansão dos usuários/as na direção emancipatória. Tal perspectiva encontra relação com a afirmação do próprio Nery no livro "Vidas Trans": "uma viagem não mais solitária".

Enquanto normativa do Conselho Federal de Serviço Social temos vigente a resolução nº 615 de 2011, que estabelece a utilização do nome social de travestis e transexuais na carteira profissional. Já a resolução nº 845 regula a atuação profissional no Processo Transexualizador em conformidade ao que almeja os usuários e as usuária, em absoluta sintonia com as lutas e conquistas do Movimento Trans. Outras resoluções e orientações discorrem sobre a defesa a livre orientação sexual, o reconhecimento da identidade de gênero e o combate a todas as formas de discriminação e de preconceito de qualquer origem.

No dia da Visibilidade Trans, em memória à Marcela Prado, Dandara, João W. Nery e Kelly, e por todas as pessoas travestis e transexuais da categoria e todas as e os usuárias e usuárias, reafirmamos nosso compromisso ético-político com a população trans. As conquistas e desafios constituem um marco histórico que rememoramos nesta data. O Serviço Social têm o compromisso de defesa intransigente dos direitos humanos, principalmente o direito de ser quem él

Texto: Rodrigo Nascimento, bacharel em Serviço Social pela PUCPR, mestrando em Tecnologia e Sociedade pela UTFPR, membro da Câmara Temática de Ética e Direitos Humanos do CRESSPR.

LUTAR CONTRA A VIOLÊNCIA E PELA GARANTIA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO TRANS



No dia 29 de janeiro de 2004, um total de 27 travestis, mulheres transexuais e homens trans entraram no Congresso Nacional, em Brasília, para lançar a campanha "Travesti e Respeito", do departamento de DST, AIDS e Hepatites do Ministério da Saúde. Esta foi a primeira campanha de nível nacional organizada pelas trans reivindicando a promoção do respeito e dos direitos de cidadania.

Desde então, o 29 de janeiro se tornou um marco de mobilização da população trans, com a realização de atividades, palestras, mobilizações para dar visibilidade às bandeiras do movimento.

Em Curitiba, a data foi marcada pela realização da primeira Marcha da Visibilidade Trans. O evento fez parte de uma série de atividades que ocorreram na Semana pela Visibilidade Trans dias antes da marcha. Estima-se que cerca de 1000 pessoas participaram do ato que saiu da Boca e terminou na Praça Santo Andrade.

A Secretária Geral da Associação Paranaense da Parada da Diversidade (APPAD) e ativista trans, Sabrina Mab Taborda, fala na entrevista abaixo sobre o significado do dia 29 de janeiro para a população trans, as bandeiras de luta e os anseios do coletivo. Confira:

20 DE JANEIRO É O DIA DA VISIBILIDADE TRANS. QUAL A Infuntância dessa rata para a sociedade e para o Movimento trans?

Essa data reforça para nós travestis, transexuais, mulheres e homens trans, a importância de

ocuparmos todos os espaços na sociedade, mostrando que somos seres humanos, que temos sentimentos, que temos sonhos, que temos família, e que acima de tudo merecemos respeito. É uma data que destaca a luta pela garantia de direitos, educação, saúde, trabalho e segurança a uma parcela da população que sofre diariamente por conta do machismo e da transfobia.

SOBRE A APPAD, COMO SE DÁ A ATRAÇÃO DA ENTIDADE, EM QUAIS ÁREAS ELA ATUA, E QUAL A AGENDA DE TRABALHO?

Desde 2004 a APPAD é a responsável pela realização da Parada da Diversidade LGBTI na capital paranaense, e atua de forma articulada com outras organizações da sociedade civil que desenvolvem ações de promoção e defesa dos direitos humanos, bem como na reparação de violações de direitos de diversos segmentos populacionais. Nossas atividades visam contribuir para a construção de uma cultura de direitos. desenvolvendo estratégias para o fortalecimento dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Além da produção da edição anual da Parada, a APPAD atua durante todo o ano em diversas frentes de trabalho, como o atendimento a pessoas vítimas de violência e discriminação por orientação sexual, identidade e expressão de gênero, acolhimento à migrantes e refugiados LGBTI, oficinas temáticas em direitos humanos para a comunidade LGBTI, para estudantes universitários . secundaristas: atividades culturais; entre outras.

3. O BRASIL É UM DOS PAÍSES COM MAIOR ÍNDICE DE VIOLÉNCIA CONTRA A POPULAÇÃO TRANS E LUBTI. NO SEU MODO DE VER, AU QUE SE DEVE ISSO E COMO MUBAR ESSA REALIDADE?

Não só é o país que mais mata, como também o que mais consome conteúdo pomográfico de travestis e transexuais. Diante desse paradoxo, podemos citar 3 elementos que influenciam e muito a violência contra a população trans. A primeira é o machismo, que tem um poder devastador na sociedade como um todo. A segunda é o ódio pregado por conta de fanatismo religioso, abominando tudo o que é visto como diferente. Há mais de 450 anos a igreja tem tido uma influência muito grande quando o assunto é violência contra pessoas trans. Desde lá atrás

somos perseguidas, açoitadas, humilhadas e mortas em nome de Deus. A terceira diz respeito à educação ou à falta dela, pois muita gente não sabe a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero e precisamos falar sobre.

IDENTIDADE DE GÊNERO diz respeito ao gênero em que cada pessoa se constrói ao longo da vida, como sendo homem/mulher ou nenhum dos dois. Ou seia, é como cada indivíduo se vê, se percebe e se apresenta na sociedade e também como a ela o ve. As pessoas não nascem prontas, homem ou mulher. Nascem ou do sexo feminino, ou do sexo masculino, ou intersexo, e isso é o que tem determinado o que o individuo será quando erescer. Sendo o mesmo conduzido pelos país e pelo meio onde vive a conhecer todo o processo de ser homem ou mulher, através do padrão estabelecido na sociedade pela cultura local. Padrão esse que não deveria existir, muito menos ser imposto a ninguém, isso reduziria e muito preconceitos, traumas, medos, etc.

ORIENTAÇÃO SEXUAL é uma inclinação involuntária que direciona nossos desejos por outra pessoa, através da atração e/u relação afetiva, emocional ou sexual. Ou seja, enquanto a identidade de gênero diz respeito somente ao individuo, a orientação sexual diz respeito à por quem esse individuo tem desejo.

Educação é a chave para acabar com o preconceito e discriminação.

O novo governo tem falado muito sobre ideologia de gênero, uma falácia criada com a alegação de que queremos destruir a família brasileira. Ideologia de gênero é o que o novo governo tem feito e vemos isso com as palavras da atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, afirmando que meninas vestem rosa e meninos vestem azul, isso é repressão e imposição. Nós do movimento social só queremos IGUALDADE DE GÊNERO, onde meninas e meninos possam vestir a cor que elas quiserem, brincar com o que elas quiserem e ser quem elas quiserem.

SEM REPRESSÃO OU IMPOSIÇÃO!



4. COMO VOCÊ VÊ O TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS E A ATUAÇÃO DO CRESS-PR NO COMBATE AO PRECONCEITO E À VIOLÊNCIA CONTRA AS POPULAÇÕES TRANS E LGBTI?

O trabalho das/os assistentes sociais tem sido fundamental no combate ao preconceito e violência, pois estão lá na ponta atendendo toda a população de vulneráveis e vulnerados, incluindo pessoas LGBTIs. Sem contar na parceria histórica que o CNSS e o CRESS-PR têm com os movimentos sociais.

5. QUAIS OS DESAFIOS DA APPAD DIANTE DA ATUAL CONJUNTURA QUE SE APRESENTA, SOBRETUDO DE UM GOVERNO QUE JÁ DEU CLARAS DEMONSTRAÇÕES DE PRECONCEITO E ÓDIO CONTRA A POPULAÇÃO TRANS E LGBTI?

No geral, o movimento social LGBTI no Brasil já está tendo vários desafios. A começar quando

quiseram vetar o uso do nome social nos espaços públicos, uma conquista de anos de luta. O uso do nome social ajuda a diminuir o preconceito, a discriminação e as violências sofridas em todos os espaços públicos. E isso não muda nada na vida das outras pessoas a não ser das próprias pessoas trans. É super importante para garantir o respeito. Tem também a cartilha voltada à saúde do homem trans produzido pelo Ministério da Saúde e que foi retirada do ar do site do governo, já no início deste mês. Para nós do movimento social, isso é um meio de invisibilizar nossas identidades e existência, dentre outros retrocessos que contribuem para o aumento da violência contra a comunidade LGBTI, em especial as pessoas travestis e transexuais.

MARCHA PELA VISIBILIDADE TRANS

Movimentos e organizações de defesa de direitos da população Trans, têm realizado ações que visam fortalecer a cultura dos direitos e a visibilidade Trans. Além de uma série de atividades promovidas pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) e da Associação Paranaense da Parada da Diversidade (APPAD), destaca-se a primeira Marcha da Visibilidade Trans, realizada no dia 27 de janeiro, em Curitiba. O evento fez parte de uma série de atividades que ocorreram na Semana pela Visibilidade Trans dias antes da Aproximadamente 1000 ocuparam as ruas do Centro da cidade. A marcha foi idealizada por Renata Borges, do Transgrupo Marcela Prado. Diversos movimentos sociais e organizações participaram, como o grupo Mães pela Diversidade, Arte Jovem, Grupo Dignidade e Coletivo Cássia. Além disso estiveram presentes a União Brasileira de Mulheres (UBM), o CRESSPR, APP Sindicato, Transgrupo Marcela Prado, UNA LGBT e siglas de partidos políticos.



Renata Borges - Transgrupo Marcela Prado

Para animar o público, a marcha contou com a participação da bloca Saí do Armário e Me Dei Bem. Além disso, o evento trouxe apresentações culturais com o tema da marcha.



Conselheira Vice Presidente Elza Campos - UBM CT Direitos Humanos CRESPR

Para a conselheira vice presidenta do CRESSPR Elza Campos, "a marcha, marcada por atividades culturais que visibiliza a identidade trans, é um ato político fundamental para o enfrentamento do cenário de violência e de retrocessos em direitos". Faz parte dos princípios éticos da/o assistente social fortalecer movimentos sociais e organizações de direitos humanos no exercício profissional, considerando que as lutas sociais cotidianas são indispensáveis para uma nova cultura, uma nova sociabilidade, de modo que as relações privadas e públicas sejam marcadas pelo respeito à diferença, com valorização da diversidade humana.



Texto: Jucimeri Silveira e Elza Campos

A AGENDA POLÍTICA DO CONJUNTO CFESS/CRESS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

No CRESSPR não há registro de anotação de nome social, ainda que seja um direito importante para a população LGBTI, previsto na Resolução nº 615 de 2011. Isso, em parte, tem relação com a invisibilidade social da população particularmente a população Trans. "ocultamento" de suas demandas, direitos, e existências. Dal a importância da disseminação dos mecanismos jurídicos e ético-políticos que orientam o exercício profissional e a garantia da dignidade para assistentes sociais e população trans usuária dos serviços sociais. A recente resolução nº 845/18, dispõe sobre a atuação profissional diante de processos transexualização, visando a superação de práticas preconceituosas, discriminatórias e cerceadoras de direitos. Cabe às/aos assistentes sociais apoiares a população usuária de modo a respeitar a expressão de suas identidades sexuais.

O conjunto CFESS/CRESS tem atuado de modo a consolidar sua agenda política na defesa intransigente dos direitos humanos, o que deve, de modo indissociável, ocorrer no exercício profissional. Faz parte da bandeira de lutas da categoria "Defender a ampliação da rede de atendimento do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) como direito da população LGBT; assumir e disseminar

"posicionamento contrário a todas as formas de exploração e discriminação de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

O cenário atual é de maior ameaça à população LGBT, o inclui a população trans. A retirada das políticas para a população LGBT da estrutura e da pauta dos direitos humanos do governo do presidente Bolsonaro, além da exclusão da cartilha destinada à promoção da saúde da população LGBT, é mais um evidente retrocesso, com impactos na vida das pessoas diretamente afetadas por um padrão heteronormativo, o que se acentua diante do aumento da cultura do ódio, de contra reformas, de um Estado de exceção e da inviabilização da democracia.

O CRESSPR tem fortalecido sua atuação junto aos movimentos e organizações da sociedade, bem como órgãos de direitos humanos, na defesa dos direitos da população Trans e na orientação de um exercício profissional que respeite a dignidade da população trans, coletivize suas demandas, defenda direitos. Um exercício profissional que (TRANS)FORME a realidade, possibilite que a população (RE)EXISTA, com autonomia, plena expansão, na visando a garantia de condições igualitária de vida e com efetiva liberdade!

Texto: Jucimeri Silveira e Elza Campos

CONFIRA E DIVULGUE

Resolução nº 615/11

https://bit.ly/2UrHGAx

Resolução nº 845/18

https://bit.ly/2GTk7u0

Manual de Comunicação LGBTI da ABGLT:

https://bitly.com/2Tj5bLP

Caderno 4 da Série "Assistente Social no combate ao preconceito - Transfobia":

https://bit.ly/2HGbA2q

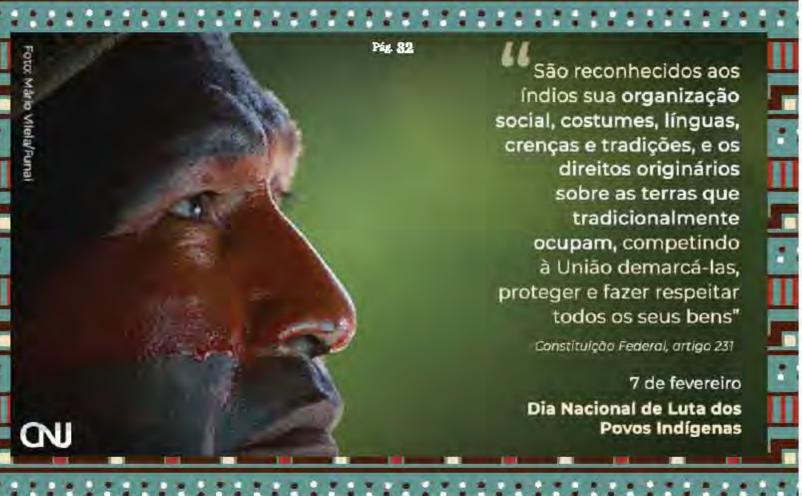




DIA NACIONAL DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS GANHA AINDA MAIS RELEVÂNCIA EM 2019

Instituído pela Lei nº 11.696, de 12 de junho de 2008, o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas - comemorado em 7 de fevereiro - ganha relevância ainda maior em 2019, considerando a conjuntura de avanço da cultura de ódio e dos

crimes contra a população indígena do Brasil. Os povos indígenas têm sido negligenciados ao longo dos anos pelo Estado, alvos de violência e extermínio promovidos por latifundiários que se beneficiam do modelo Neoliberal de investimento intensivo na agricultura capitalista. Como se isso já não bastasse, os povos indígenas, brasileiros originários, sofrem agora mais violações de direitos com a política anti-indigenista do atual governo.



Apesar disso, os povos originários estão resistindo e indo à luta para intensificar as reivindicações por seus direitos! Prova disso é que no último dia 31 de janeiro, indígenas de diversas etnias realizaram protestos em várias localidades do país contra essas políticas. A campanha "Sangue Indígena – Nenhuma Gota a Mais", organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), pede o retorno da Fundação Nacional do Índío (Funal) para o Ministério da Justiça, já que hoje o mesmo está sob o controle do novo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, liderado pela pastora evangélica Damares Alves.

Os protestos ocorreram em Mato Grosso, São Paulo, Pará, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul, Ceará, Goiás, Amapá, Rio de Janeiro, Bahia e no Distrito federal. A organização denuncia também que o atual governo colocou os territórios indígenas sob ameaça, ao determinar a atribuição "demarcação de terras indígenas" para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) — atribuição que pertencia à Funai.

Trazer a demarcação de terras para o Mapa é uma demonstração clara deste governo de que não vai mais demarcar terra indígena no país, porque esse ministério está entregue ao agronegócio. Não é somente uma transferência, mas uma decisão política de negar o direito territorial, impedindo as demarcações", críticou a coordenadora executiva da Apib, Sônia Guajajara, em entrevista à imprensa

SOBRE O DIA NACIONAL DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS

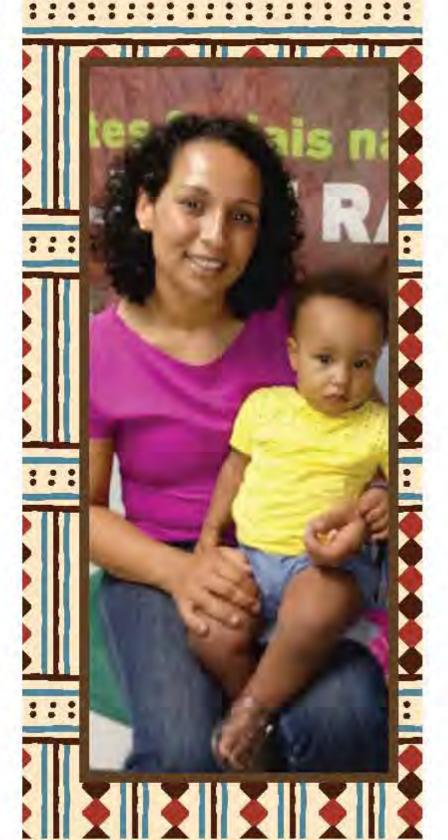
A data é uma homenagem ao guerreiro guarani Sepé Tiaraju, morto em 7 de fevereiro de 1756, em São Gabriel (RS), durante a invasão espanhola da Colônia de Sete Povos das Missões. O conflito aconteceu por conta do Tratado de Madrid (1750), que exigia a retirada da população guarani que ali vivia fazia 150 anos. Esta data tem o intuito de reconhecer a luta dos povos indígenas brasileiros para preservação de suas terras e cultura.

Segundo o último relatório sobre "Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil", divulgado no dia 15 de novembro de 2016 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 137 (Indios morreram vítimas de assassinato no ano passado no Brasil, sendo que o Estado do MS, apresentou 20 casos de homicidio só em 2016, representando 26% do total.

DEMARCAÇÃO

"DEMARCAÇÃO DAS TERRAS É NOSSA PRINCIPAL BANDEIRA DE LUTA",

afirma liderança indígena, bacharel em Serviço Social e mestranda da UEL



Primeira estudante indígena a ingressar no Mestrado em Serviço Social e Politica Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Gilza Ferreira de Souza é Kaigang da terra indígena São Jerônimo. Ela conta que a principal bandeira do movimento hoje é pela demarcação das terras. Com isso, segundo Gilza, questões como saúde e educação nas aldeias também tendem a melhorar. Na entrevista abaixo, Gilza fala sobre a importância do Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, e sobre as recentes manifestações que aconteceram em todo o Brasil contra as políticas anti-indigenistas do atual Governo. Confira:

1. NA SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DO DIA NACIONAL DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS — COMEMONADO EM 7 DE FEVEREIRO?

Sem dúvida é uma data de extrema importância para nós, indígenas. Ela foi institulda oficialmente em 2008 e faz referência ao Ilder indígena Sepé Tiaraju, que lutou contra a dominação espanhola e portuguesa no Rio Grande do Sul. Atualmente, temos nosso encontro nacional, o acampamento Terra Livre, que acontece todo ano em abril, e isso também é uma forma de luta e mobilização. Nesse evento discutimos nossas bandeiras de luta, nossas angústias, entre outros temas. Então, esse dia serve para nós, indígenas, mostrarmos para a sociedade em geral que estamos cada vez mais fortalecidos e que não vamos permitir que nossos direitos sejam retirados.

2. NOS DIAS ATUAIS, ONDE A TECNOLOGIA AVANÇA A PASSOS LARGOS, COMO OS POVOS INDÍGENAS SE ORGANIZAM PARA AS LUTAS EM DEFESA DOS SEUS DIREITOS?

Cada vez mais estamos nos unindo e tendo a possibilidade de manter contato com outras etnias Brasil afora. Hoje o indígena está inserido nessa sociedade, e usufruindo das tecnologias existentes. Usamos essas ferramentas como estratégia de luta. O celular é uma delas. Então, a partir da era do celular, os povos indígenas também se inseriram nesse contexto e usamos isso para a nossa luta. Dessa forma, nós, aqui do Paraná, sabemos das dificuldades que acontecem em outras terras indígenas, que os Pataxós estão passando, que os Guaranis estão passando, que os Kaioá do Mato Grosso do Sul estão passando. Então, é bem comum ver os povos indígenas cada vez mais se mobilizando em todo o Brasil.

3. RECENTEMENTE, LIDERANÇAS INDÍGENAS FIZERAM PROTESTOS EM VÁRIOS ESTADOS BRASILEIROS, CRITICANDO AS POLÍTICAS ANTI-INDÍGENISTAS DO ATUAL GOVERNO. COMO VOCÊ VÊ E ESSES PROTESTOS E QUAIS AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DOS INDÍGENAS?

No dia 31 de janeiro fizemos uma mobilização nacional contra o desgoverno do presidente Bolsonaro, que bem antes de assumir a presidência,

já dizia que os indígenas não teriam nem um centímetro de terras demarcadas. Essas terras já não vinham sendo demarcadas há anos, a última terra demarcada que tivemos foi Terra do Sol, e depois disso não tivemos mais nada. Então, temos uma luta constante pela demarcação de terra. Hoje a principal bandeira dos indígenas é com relação a isso. Se nós tivermos nossas terras demarcadas, consequentemente outras políticas de melhorias acontecerão, por exemplo as políticas de saúde e educação. Teremos uma saúde melhor, uma educação melhor, posto de saúde e escola dentro da terra indígena, e assim por diante.

Hoje nós vemos muitos indígenas em conflitos de terra, inclusive aqui no Paraná, onde eu faço minha dissertação. É triste de ver a realidade dos indígenas que se encontram nessa região. Também temos muitos conflitos de terras no Mato Grosso. Então, essas mobilizações aconteceram para dizer ao Governo que a gente não está contente, até porque foi tirada a Funai, que era a responsável pela demarcação das terras indígenas, ela saiu do Ministério da Justiça e foi para o Ministério da Agricultura, e a gente sabe que a ministra da Agricultura é da bancada ruralista. Então se antes já não tinham terras demarcadas, agora muito menos. Essas mobilizações aconteceram, e vão continuar acontecendo por conta disso.

DOCUMENTO FINAL DO 13º ENCONTRO EM MEMÓRIA DE SEPÉ TIARAJU

Entre os dias 5 e 7 de fevereiro, na Terra Indígena Mbya Guarani Tekoha Pará Roke, no município de Rio Grande (RS), nos reunimos para a realização do 13º Encontro em Memória de Sepé Tiaraju, que foi morto pelos brancos, quando fazia a defesa do território de nosso povo. Desde Rio Grande, estamos em sintonia com as lutas e mobilizações que acontecem em todo o Brasil. Essas lutas são pela garantia dos

nossos direitos: a demarcação de nossas terras, de nos manifestarmos de acordo com nossas culturas, que sejam respeitadas as diferenças étnicas e religiosas e de sermos reconhecidos como cidadãos, sujeitos de direitos. Todos esses direitos foram consagrados na Constituição Federal de 1988, como direitos fundamentais.

De Rio Grande os nossos pensamentos, os nossos olhares e os espíritos dos mais de 200 Xeramoi, Xejaryi, Karai, Kunhã Karai, Caciques, homens e mulheres, crianças e jovens se unem a todos os povos do Brasil, numa única sintonia para combater as propostas do governo brasileiro de aniquilar os nossos direitos. Um governo que pretende dificultar ainda mais a aplicação da Constituição Federal, que nos assegura a terra como um bem originário. E, se hoje, não estamos em alguns dos espaços que reivindicamos é porque nos expulsaram, nos perseguiram, nos violentaram física, cultural e espiritualmente.

POR OCASIÃO DESTE ENCONTRO, EM MEMÓRIA DE SEPÉ TIARAJU, NOS MANIFESTAMOS CONTRA AS SEGUINTES PROPOSTAS DO GOVERNO BRASILEIRO:

- contra a Medida Provisória 870/2019, que transfere os poderes da Funai, de demarcar e proteger as terras indígenas, para o Ministério da Agricultura, instituição que representa os interesses dos fazendeiros, de deputados e senadores ruralistas;
- contra a transferência da Funai Fundação Nacional do Índio – do Ministério da Justiça para o Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, porque neste ministério o órgão indigenista estará esvaziado de suas funções. Dele foram retiradas as suas principais atribuições, de demarcar as terras,

protegê-las, fiscalizá-las e fazer com que seja respeitado o seu usufruto exclusivo por nossas comunidades e não por invasores;

- contra o arrendamento de terras ou qualquer outra proposta que tenha por objetivo transferir a posse ou uso das nossas áreas para os brancos, fazendeiros, colonos, garimpeiros, madeireiros e mineradores;
- contra a municipalização da política de atenção à saúde dos povos indígenas, porque vai romper com a possibilidade de que tenhamos uma assistência diferenciada e de que haja nossa participação em todas as etapas da política, desde o planejamento até a sua execução nas comunidades;
- contra as medidas que visam a criminalização das nossas lideranças e de nossos aliados que lutam pela defesa e garantia dos direitos à terra e às políticas públicas diferenciadas;
- contra as medidas que visam inviabilizar o acesso a política de educação escolar bilíngue e diferenciada para os povos indígenas e que as regras atuais sejam mantidas e cumpridas tanto em âmbito estadual como federal;



- contra as teses do marco temporal e do renitente esbulho, pois com elas se pretende negar e impedir nosso direito à demarcação das terras. Essas teses visam apenas resguardar os interesses dos fazendeiros, das mineradores, dos deputados e senadores da bancada ruralista;
- contra as medidas políticas e jurídicas que pretendem impedir que possamos viver de acordo com nossas culturas, costumes, crenças e tradições e que nosso modo de ser seja respeitado, inclusive pelo Poder Judiciário dos brancos que sempre nos excluem dos processos que nos afetam, ou nos criminalizam sem respeitar nossas regras e leis internas.

NÓS LIDERANÇAS MBYA GUARANI EXIGIMOS QUE O GOVERNO BRASILEIRO:

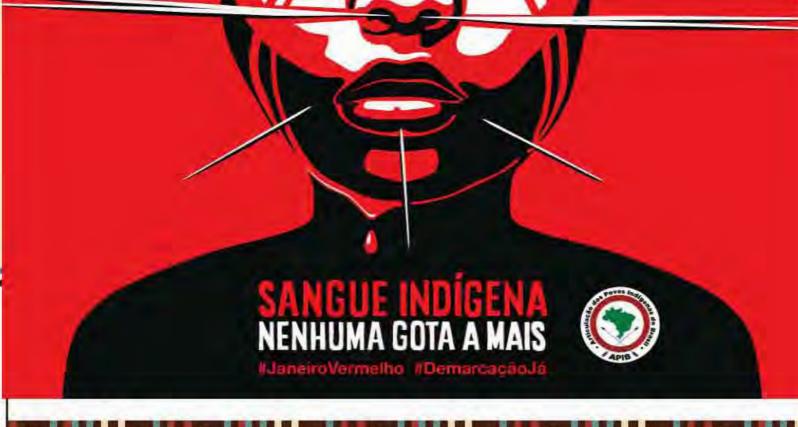
- Respeite os diferentes povos de nosso país, cada um com suas culturas, costumes e tradições;
- retome de forma imediata a demarcação de nossas terras e sejam respeitadas e protegidas todas aquelas que foram demarcadas por governos anteriores;
- -respeite o nosso direito de consulta livre, prévia e informada (Convenção 169 da OIT) quando planejarem projetos e empreendimentos que afetem nossas comunidades e quando estes forem irreversíveis, que nossas comunidades sejam devidamente compensadas;
- -fiscalize e proteja as nossas terras de invasores e puna todos aqueles que entram nas nossas áreas causando degradação e destruição do meio ambiente, tais como pescadores, madeireiros, fazendeiros, turistas;
- -regularize todas as terras em demarcação e também todas aquelas que foram concedidas pelos governos estaduais ou municipais para o

nosso usufruto exclusivo, assegurando as nossas comunidades o direito de nelas viver de modo seguro e tranquilo;

- mantenha o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, como previsto em lei, e que a Secretaria Especial de Saúde Indígena seja fortalecida;
- assegure que a política de educação escolar indígena seja diferenciada, bilíngue respeitando a diversidade de povos e culturas em nosso país;
- assegure e fortaleça as políticas de acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, garantindo o ingresso, permanência e formação adequada, respeitando todas as diferenças culturais.

Hoje os povos indígenas reafirmam sua luta voltando às palavras de Sepé Tiaraju: "Esta terra tem dono!". O grito, que hoje mobiliza não só os Guarani, mas todos os povos do país, também é lembrado, há 13 anos, pelas reuniões anuais do Encontro em Memória de Sepé Tiaraju, que se encerra nesta quinta-feira (7), no Rio Grande do Sul.

Tekoha Pará Roke, RS, 07 de fevereiro de 2019, dia de Sepé Tiaraju.



O TRABALHO E O COMPROMISSO DAS/DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM POVOS INDÍGENAS

Segundo o Censo Indígena 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil, existem 305 diferentes etnias indígenas, falantes de 274 línguas, somando 896,8 mil Indígenas em todo o território nacional. Trata-se de uma população prioritária especialmente por razões históricas e identitárias. Foram muitas as violações de direitos provocadas por um Estado que é exceção para povos e populações considerados fora do padrão hegemônico.

As especificidades e diversidades étnico devem ser consideradas organização do trabalho profissional nos territórios. Existem dinâmicas sociais específicas que precisam ser consideradas, a exemplo do sentido coletivo da terra; das especificidades da divisão do trabalho; do papel protetivo da família extensa no cuidado de indígenas durante a infância: dos aspectos culturais relacionados à transição da adolescência para a vida adulta; do papel das lideranças e da organização política e sociais das comunidades; entre outros silenciados e socialmente, pelo preconceito e discriminação.

Daí a importância de estratégias como a composição de equipes em serviços sociais que contem com profissionais das respectivas comunidades indígenas, capacitações com conteúdo adequado aos aspectos culturais, além do apoio técnico de antropólogos ou cientistas sociais especializados.

Já o trabalho profissional realizado por famílias originárias equipes com comunidades indígenas e inseridas no contexto urbano, possui outras complexidades e desafios. Novas requisições e competências se impõem, a exemplo da realização de ações que considerem as especificidades sociais e culturais, com absoluta garantia da dignidade humana, no acesso ao conjunto de direitos, garantindo-se a autonomia dos sujeitos de direitos. Muitas políticas públicas ocultam demandas legítimas da população indígena nas cidades, a exemplo do atendimento em situações de migração e trânsito no meio urbano. Esta população não pode ser "homogeneizada", daí a importância de um diálogo e de uma construção coletiva na do trabalho. considerando. organização inclusive, formas de organização e resistência.

Compreendemos que a transversalidade das identidades socioculturais e a dinâmica destas populações nos territórios, requer o esforço de integrar as políticas públicas, considerando as diversidades e especificidades

H46. 38

territoriais. Uma das prioridades no desenvolvimento do trabalho profissional em comunidades indígenas é justamente o apoio no fortalecimento e na valorização do pertencimento territorial, dos direitos conquistados, com adocão de práticas adequadas às diversidades, assim como a identificação de demandas para as demais políticas públicas, no acesso aos serviços, na geração de renda e autonomia, a partir dos princípios voltados à preservação da autodeterminação dos povos indígenas e as possibilidades igualitárias de acesso aos direitos.

O desafio que se coloca para o poder público e a sociedade em geral é, ao mesmo tempo, enfrentar a invisibilidade reprodutora de desigualdade, e promover cidadania real e não meramente legal, que afirme as identidades dos povos indígenas, sem discriminação de qualquer espécie. O que não significa que suas demandas por políticas específicas não devam ser implementadas. Ao contrário. É preciso garantir a transversalidade dos direitos humanos na formulação de políticas públicas e na adoção de mecanismos que preservem e ampliem seus direitos.

Os/as indígenas são cidadãos/ãs de direitos, com identidades que lhes asseguram o direito à políticas específicas. Isso porque a Constituição Federal de 1988 reconheceu como legítimas as manifestações culturais e as formas de organização próprias dos povos indígenas, e retirou todo fundamento legal do dispositivo da tutela, o que reforçava a condição de incapazes, como consequência reconheceu a capacidade civil dos indígenas.

Já a Convenção nº 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho, homologada pelo governo brasileiro em 2002, veio consolidar uma nova ordem jurídica em relação aos povos indígenas, estabelecendo o respeito às diferenças. Esta Convenção traz importantes avanços no reconhecimento dos direitos indígenas coletivos, econômicos, sociais e culturais. Em seu Artigo 24 estabelece que "Esquemas de Seguridade Social deverão ser

progressivamente ampliados para beneficiar os povos interessados e disponibilizados a eles sem nenhuma discriminação". Esta disposição nos coloca diante do desafio de universalizar o direito à assistência social com equidade e respeito às diferenças.

Deste modo, é preciso criar mecanismos que garantam a efetivação de políticas públicas, resguardando os seus direitos especiais com respeito à organização social e às características culturais dos povos indígenas. Os povos indígenas são, nesse sentido, sujeitos de direitos, devendo o Estado prover proteção e apoio, sem contudo desconsiderar seus interesses, expectativas e necessidades. Daí a importância de políticas e ações construídas com eles e não meramente para eles.

,

ú

A conjuntura de extermínio dos povos indígenas, de violência e de opressão, requer de nós assistentes sociais, inseridas/os, nos diversos espaços sócio ocupacionais e nas lutas sociais pela dignidade, reafirmar os direitos humanos dos povos indígenas; dar visibilidade às suas formas de resistência e da agenda histórica de direitos.

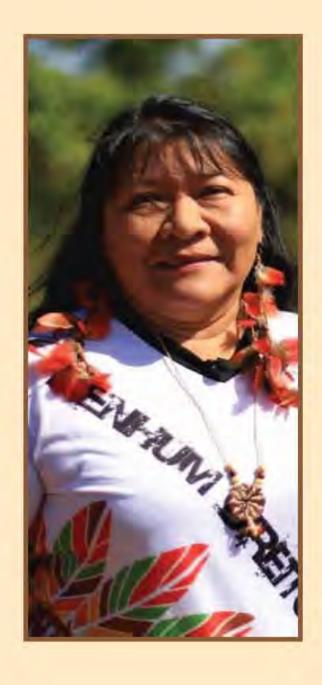
Cabe a nós assistentes sociais e demais defensores/as de direitos, fortalecer as instituições democráticas, iniciativas 25 produtivas aue não comprometem diversidade e destroem as riquezas naturais e culturais; lutar contra as políticas neoliberais adotadas por um Estado que é gerencial para os interesses do capital e que promove conflitos que afetam os considerados "inimigos" do modelo de desenvolvimento, do sistema capitalista, com destruição dos direitos para favorecer o desenvolvimento econômico: contra as políticas e medidas que enfraquecem inviabilizam direitos conquistados e afirmados no Estado Democrático de Direito. Devemos defender de modo intransigente os direitos humanos, as vidas indígenas, a construção de uma sociedade que respeita a diferença e valoriza a diversidade, que garante as liberdades reais, em condições igualitárias.

Jucimeri Silveira - CRESS-PR / PUC-PR

CÂMARA TEM A PRIMEIRA MULHER INDÍGENA DEPUTADA FEDERAL

Com 8.491 votos, Joênia Wapichana foi eleita em 2018 a primeira mulher indígena a assumir o cargo de Deputada Federal, desde a criação da Câmara, em 1824. Representando o estado de Roraima, e filiada à Rede, Joelma assumiu prometendo cargo incansavelmente em prol da causa indígena no parlamento: "Nada para nós foi fácil. Nem alcançar o reconhecimento de nossa terra; nem eu me formar na faculdade de Direito; nem fazer uma defesa no STF e, muito menos, assumir este espaço tão importante e necessário no Congresso. Se sou uma pioneira, é graças aos povos indígenas, ao nosso movimento e aos esforços de cada povo e pessoa que acreditou nisso." Desde que o cacique xavante Mário Juruna deixou o Congresso Nacional, em 1987, um índio não era eleito deputado federal.

crédito da foto: Divulgação







A proposta de reforma da Previdência Social lá encregue no Congresso Nacional, em Brasília, tem tomado conta, não só do noticiário político e econômico, como também, des discussões na internet e entre amigos. A sociedade brasileira tem voltado à sua atenção pera as mudanças que podem per votadas einda neste ano. Para enriquecer o debate e esclarecer a categoria das/os Assistences Socials acerca do assunto, e assim, replicar o conhecimento, esta edição do 'CRESS em movimento' traz como destaque artigos escritos por conselheiras e profesionais de base que atuam na área, entrevistas exclusivas com ex-gestores, conselheiras/os e militantes na seguridade social, que se posicionam políticamente em relação à reforma da Previdênda, e às alterações que podem ocorrer no Boneficio de Prestação Continuada (BPC). O 'CRESS em movimento' também relaciona e explica as principais mudanças que podem ter a Previdência Social se o projeto for aprovado.

O coordenador do Fórum Paranaense da Pessoa Idosa, josé Anatijo, que tem esperiências no Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI), no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), e no Fórum Nacional Permanente da Sociedado Civil Pelos Direitos da Pessoa Idosa se manifesta radicalmento contra essa proposta de reforma da Previdência. CRESS: Por que o seu posicionamento contrário à proposta de reforma?

José Araigo: Na verdade, tratase não de uma reforma, mas sim, da mudança de um sistema para outro. Nás vamos sair de um sistema coletivo tuara um sistema indi-



José Armijo

vidual, ou seja, cada um val contribuir com a sua própria aposentadoria, mas com um detalho importante: a parcela do patrão será bastente reduzida ou insulatente.

CRESS: O senhor também faz críticas às mudanças previstas para a/o trabalhadora/or rural. Em que sentido clas/es podem ser projudicadas/os?

José Arabjo: No caso da aposentadoria dejo trabalhadorajor rural, poucasios terão condições de ercar com os custos da contribuição por cinco anos a mais. É que hoje, a trabalhadora rural se aposenta com 55 anos, e o trabalhador, com 60 e tempo mínimo de
atividade rural para segurados especidis é de 15 anos. O governo
propõe 60 anos para ambos, e com o tempo mínimo de atividade
rural de 20 anos. Desde quando o trabalhador rural val aquentar
pagar duas décadas ou mais para se aposentar? Por isso, acredito que
poucos vão conseguir pagar pela aposentadorio.

CRESS: Um dos principais argumentos de quem concorda com a reforma na Previdência é de que não há outra maneira de cobrir o rumbo nas contas da Previdência. O senhor vê outra mida que não seja a reforma?

josé Araijo: Sinta revolta e preocupação parque não se faia das 450 bilhões de reals que ou empresos devem para a Previdência, do sonegação que chega a mais de 500 bilhões por ano, da desoneração da receita da união que retira 30 bilhões da Previdência por ano, e do dinheiro que tem sido tirado da Previdência para construir pontes, petroquimica, etc. Ninguém faia em devolver ou cobrar um tastão. E se realmente implantarem a mesmo sistema que vigora no Crife, no final, não haverá mais recursos para apasentar ninguém, ou seja, essa reforma da Previdência é uma grande enganação e precisamos lutar contra a aprovação desse projeto.

O CRESS também entrevisteu a ex-ministra do Deservolvimento Social e Combate à Forne, a assistente social e ex-professora da Universidades Estadusi de Londrina (UEL). Márda Lopes, sobre as mudanças que constam na proposta apresentada pelo governo federal.

CRESS: Dentre todas as alterações que pedem ser aprovadas, a senhora diria que mester no Beneficio de Prestação Continuada (BPC), leveria muitos idoses à sutrema pobraxa?

Mórcio Lopes: Se o reformo proposta pelo garerno for aprovada no Congresso, o BPC desviresdo o beneficio, que hoje é de um missio mínimo para mais de 4,5 milhões de idosos e pessoas com deficiência que garham esté (14 do volário mínimo como remás, o que já é moito baixo. São pessoas que estão em situação de extrema pobresa e



Mirrin Lapse

havendo essa desrinculação do beneficio do referência do satário mínimo, essas pessoas estão fadadas a minter de fame, ou muito antes da tempo, sem cantos que muitos idams são arrimo de familio dada a situação do país. E juntamente quando nás vinhamos de um processo de elevação do salário mínimo, de elevação do renda das pessoas pelas programas de transferência de renda, do elevação das formas de empregabilidade dos juvers, das muitares, das trabalhodares da Brasil com resultados inspressionantes.

CRESS: A sentore acredite que, es pessoes que perserum a reforma, tinham interesse no bem-estar, nos direitos já adquiridos do povo brasileiro?

Márcia Lopes: Tudo o que a gente espera de um navo governo, é que ele cresça no sentido de assegurar mais direitos e proteção à populoção, e não menos. Então, essa é a questão centrol. A quem serve essa reforma do Previdência? Serve aus interesses do copital, do sistema financeiro ou serve aos interesses dos trabalhadores, das mulheres, da todos aqueles que têm direito absoluto de ver suas necessidades básicas garantidas? Os tecnocratas, as burocratas ficam explicando que é preciso mudar a Previdência, que a Previdência é deficitária, que a Previdência val resolver o problema

do economia do país quando nás sabernos, e não precisa ser economisto pore entender que a economia e o creschmento do poís dependem fortemente do deserrobimento social e do acesso das pessons às suas necessidades básicas que é saúde, educação, segurança, etc. Entiro, é lamentável que entejam tentando convencer de que, com a mudança do modelo de captação de recursos a resultodo será outro, e que a Previdência bassará ser suberavitária. Faloro em 10 onos, em alteração do Idade mínimo, sem necessidade, e falom também na alteração do tempo de cantribuição, sem se prescupar com o motoristo ou com o trabalhador rural ou com a operário que val ter que trabalher elequenta anos, enfim, o finasti tem uma diversidade invensa na sua população, na perfit, na cultura do brasileiro. Entifo, uma reforma na Previdência nilo é legitima quando ela não reconhece as diferenças do nosso país, quanda não reconhece conda a população está, como vive, do que sobrevive, ou quando não reconhece as direitas fundamentais de tados as pessoas, rejom elas criençes, jovens, adultas ou idasas e que tenham vulnerabilidades ou não. Então, á contra este descriso desse poverno, é contra uma proposta que val levar as bessoas certamente à morte, no sofrimento, à desestabilização emocional, a mais inseguronço gindo, é que nos colocamos contro esse projeto de reforma do Previdência.

CRESS: A suas críticas so projeto de reforma da Previdência são contundentes. A senhora acisa que está se cometando um crimo contra a Nação?

Márcia Lopes: Considero ser uma atrocidade ver o que está escrito nesse projeto, que de uma forma band e irresponsável, resgo a
Constituição brasileira, porque a partir de 1988, no capitudo da
Ordem Social, está a resultada de muita luta, que é a estruturação de
um sistema de proteção social brasileiro. E agora, apresentam um
projeto que não sá desestrutura a seguridade social brasileira, como
também, compromete todos os sistemas e as políticas públicas que
dizem respeito às necessidades vitais da população brasileira. Essa
reforma da frevidência nada mais ó do que uma demonstração inequínca da absoluta fuita de compromisso e de responsebilidade com
a vida da população, com a dignidade das pessoas.

CRESS: A senhora, como consultora am Políticas Públicas, o consultora nacional e intermedonal nos países da Átrica e América Latina e Caribo, pelos organismos da ONU, considera que ao elaborar esas proposta, o governo ignorou qua val acabar com direitos adquiridos em anos de luta?

Márcia Lopes: Este é um projeto emilado por um governo que tem uma visão liberal, cuja economáa e dependência do sistema financeiro lovam à retirada dos álteitos dos trabalhadores, das mulheres, dos idasos, das pessoas com deficiência, dos trabalhadores rundis, enfim, de uma grando parte da população brasileiro.

CRESS: A senhora tem esperanças do que essa proposta não soja aprovada da maneira como estál

Márcia Lopea: Felizmente, muitos especialistas, aqueles que têm uma visão de Previdência no contexto da Seguridade Social brasileira, estão nos ajudando a interpretar os pontos da reforma, e é issu que temos que fazer, levar à população a tradução da que significa a aprovação desse projeto. Sabemos que esta reforma levarão país a quase uma paralisação.

Só o debate dessa reforma já está paralisando o baís, borque as bessoas ficam inseguras e estão deixando de planejar as suas vidas com medo do que pode acontecer. Isso é péssimo para o país. Isso sim compromete a economia. Então, eu penso que, como assistentes sociais, como trabalhadoras/es, nós temos que ter essa responsabilidade de fazer o debate onde estivermos, na nossa família, no grupo de amigos, nos nossos locais de trabalho, nas comunidades, nas igrejas, nos sindicatos, e de forma simples, explicar os riscos que corremos com a aprovação de um projeto como esse. Mas eu não acredito que se consiga aprovar um projeto dessa natureza porque felizmente ainda tem muita gente no Brasil que tem inteligência, discernimento, resbonsabilidade e que vai bublicizar cada vez mais o que está em jogo, as ameaças e os riscos que nós sofreremos se esse brojeto for abrovado. Eu espero que nós tenhamos cada vez mais essa capacidade de reagir, de resistir e de lutar pelos direitos, e não se trata de corporações, trata-se da vida do brasileiro.

Em outra entrevista exclusiva, o CRESS conversou sobre a proposta de reforma com mais um especialista em Seguridade Social e militante do movimento de pessoas com deficiência. O professor Carlos Ferrari é diretor de Relações Institucionais da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), já presidiu o CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social (2010-2012), e atuou como titular no CNS - Conselho Nacional de Saúde e no CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

CRESS: Quais as maiores consequências dessa reforma para a pessoa deficiente, na sua opinião?

Carlos Ferrari: O BPC da pessoa com deficiência, a maior conquista civilizatória dos movimentos sociais desde a redemocratização do país, não será diretamente afetado, mas a reforma vai criar uma situação bastante delicada para os idosos de maneira geral. Eu me refiro à proposta de escalonamento, que se inicia com 400 reais, mas ainda que reduzindo a idade de 65 para 60 anos, essa relativização em relação ao salário mínimo, é muito ruim, principalmente se levarmos em conta que esse idoso só vai chegar ao salário mínimo com 70 anos, e isso é altamente prejudicial.



Carlos Escreri

CRESS: Entre os pontos negativos, o que o senhor destacaria?

Carlos Ferrari: O auxílio inclusão. A proposta fala em 10% do salário mínimo para ajudar a pessoa com deficiência que está entrando no mercado de trabalho. Mas esse valor impõe limites, e acaba não servindo de estímulo para o desempenho e o crescimento na função.

CRESS: Outro auxílio lhe preocupa também?

Carlos Ferrari: A pensão por morte é um auxílio que voi reduzir de forma drástica. No caso de alguém com algum tipo de deficiência severa e que por Isso, dependa muitos dos pals, e no caso da morte dos dois, em vez de receber a somatária da pensão do casal, o filho só vai receber o valor da pensão de um dos pais, e ainda, não de forma integral. Na proposta, há uma série de cálculos que reduz esse acesso a esse auxílio. Isso é uma grande derrota, uma grande perda porque nós sabemos que uma pessoa com alto nível de dependência, quando tem esse recurso, quando tem essa possibilidade, que é uma condição de proteção social que o Estado assegura, pode seguir com qualidade de vida.

AS MUDANÇAS

NO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA FEREM A DIGNIDADE HUMANA

Jucimeri Silveira – conselheira do CRESS-PR, professora da PUC-PR

A contrarreforma da Previdência significa um ataque ao padrão de proteção social instituído no Brasil após a Constituição Federal de 1988. A proposta de Emenda Constitucional enviada pelo governo de Jair Bolsonaro expressa uma absoluta penalização da classe trabalhadora e da população mais pobre, o que expressa a defesa dos interesses do capital, e da mercantilização dos direitos. O que se anuncia com essa proposta é o fim dos direitos sociais constitucionalizados já que esta reforma, associada à reforma trabalhista recente e à redução de recursos, tendo em vista a vigência da Emenda Constitucional nº 95/16 que congela gastos sociais por 20 anos, significa simplesmente a inviabilização do Sistema de Proteção Social brasileiro, fruto de lutas sociais históricas e da construção do Estado Democrático de Direito.



NOT CHESS-P

O Beneficio de Prestação Continuada é resultado de uma luta coletiva pela garantia e efetivação dos direitos no Brasil. É um beneficio de caráter não contributivo que decorre de uma iniciativa popular, dispositivo fundamental da nossa democracia.



Trata-se de uma beneficio substitutivo de renda e não complementar de renda. Sua vinculação ao salário mínimo obedeos ao conceito de mínimo social e ao princípio da universalidade, posto que a Assistência Social deve ser acessível a quem dele precisar sem contribuição prévia à Seguridade Social. O BPC deve ser assigurado para menter condigões de sobrevivência às pessoas idosas e com deficiência, portanto, garante segurança de renda.



... Existe uma evidente intenção de desvincular nesta reforma o benefício do salário mínimo e, na sequência, definir valores diferenciados para pessoas com deficiência.



Com isse, o governo a o parlamento (se aprovar), assumem o risco de retirar o BPC da condição de "mínimo de sobrevivência", de modo a descumprir o princípio da dignidade humana e o pecto social firmado na Constituição Federal da 1966 para a protação da população que não teve condições de contribuir pera a Seguridade Social. A não contributividade se dá por razões óbvisa, Vivernos em uma sociadade desigual, capitalista, cuija lógica central está baseada na produção colativa dos bers, mas com aceso limitado ao usufruto da riqueza e da renda. Não há possibilidade de pieno emprego, razão pela qual os eletoresa de protação social foram implementados, na contradição entre reprodução do capital e conquista social.

Esternos falendo de uma população cuja renda fumilier é de ¼ do salário mínimo. Se a proposta do governo for aprovada, o patarnar mínimo passará a ser da apenea R\$ 400,00. Estamos falando de mais de 2 milhões de passass Idosas que, siém de sobreviverem com este patarnar de civilidade (1 salário mínimo), aínda lesam renda para de manicípios brasileiros, o que favorece a economia local; de um beneficio que, juntamenta com outros ciraltos sociais, contributu para a elevação do índice de desenvolvimento humano em mais de 47% entre 1995 a 2015 (IPEA, 2015); de um país com desigual-dadas profundas, com mais de 13 milhões de desempregados.

Acustmenta, o BPC repassa um salério mínimo às pessoas com deficiência o ideass (mais de 4,5 milhões de pessoas) a partir de 65 anos. Com o novo taxto, essa valor será atingido apenas aos 70 anos, no caso de ideass.

A aposentadorie, por sua vez, será um senho inatingivol. Será precise comprover 40 anos de contribuição para receber a aposentadoria integral. Com o aprofundamento da precarização de trabalho (trabalho temperário e intermitenta) como será postível muntar regularidade na contribuição?



A grande maloria da população não terá acesso à Previdência. Social. Com o aumento da desigualdade e de informalidade, o BPC serie a únice alternativa para muitos idosos e idosas. No entento, a perversidade de tais mudanças retira deste beneficio a função de substituição do renda. Neste contexto de desmonte de direitos, o Sisteme Único de Assistência Social tem sido invisbilidado com a progressiva redução de recursos para a provisto de serviços socio-assistenciais continuados, o que compromete a necessária integralização da protação social, na relação entre beneficios a serviços, e Assistência Social e demais políticas socials.

As ameaças ao BPC não param al. Existe uma evidente intenção de desvincular nesta reforma o banaficio do salário mínimo e, na sequência, definir valores diferenciados pera pessoas com deficiência. É preciso alertar a sociedade quanto aos riscas da desvinculação e de muidanças que possuem a intenção tão somenta de reduzir custos sociela.

O argumento da redução do déficit da Previdência é falacioso. A "aconomia" de mais de 1 trilhão em 10 anos é nada perto das lasações fiscals, sonegações a desvinculação dos recursos da seguridade para pagamento dos juros da divida pública. São mais de 1,3 trilhões/ano perdidos graças a adoção de uma política favorável ao mercado, aos grupos aconômicos, a perversa para classe trabelhadora e população em condição de pobreza.



... Vivemos em uma sociedade desigual, capitalista, cuja lógica central está baseada na produção coletiva dos bens, mas com acesso limitado ao usufruio da riqueza e da renda...



As/as assistantes socials atendem disn'amente militares de pessoes em condição de desproteção, desemprego, pobreza, desigualdade, enfilm, em condições precárias de vida. Formulam e operam políticas, programas, projetos e beneficios. Temos o compromisso com a classe trebalhadora, e com a qualidade dos serviços sociais prestados. Entendemos que a contrarreforma da Previdência e o desmonte da Seguridade Social trarão efeitos perversos especialmente à população que vive as consequências da desigualdade social, de gênero e étnico racial. Assim, é preciso fortalecar o diálogo com a sociadade sobre as consequências sociais das contrarreformes, e fortalecar as lutas sociais em defesa dos direitos, de uma seguridade social universal, redistributiva, pública e democrática.

CRESS/PR EM DEFESA

DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA E DE QUALIDADE CONTRA A PROPOSTA DE CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Câmara Temática da Previdência Social: Ana Cristina Moreira, joziane Ferreira de Cirilo, Odete Fernandes, Rosane Aparecida dos Anjos, Reginaldo Miguel de Líma Vileirine e Viviane Peres.

A Previdência Social é um direito historicamente conquistado pela luta das/os trabalhadoras/es brasileiras/os e, apesar de o governo insistir em tratá-la como um mero seguro social, compõe um sistema de proteção social que garante renda e capacidade de consumo para aproximadamente 33 milhões de trabalhadores/as e suas famílias. Segundo estudos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil — ANFIP, os benefícios previdenciários e assistenciais deixaram de ser importantes apenas para a sobrevivência das famílias, mas também para determinar a vida econômica de 64% das cidades brasileiras.

Desde a década de 1990, os imperativos do mercado financeiro se sobrepõem aos direitos dos/as trabalhadores/as e, sistematicamente, a Previdência Social vem sofrendo reformas administrativas excludentes que enrijecem as regras de acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais.

Com bastante pressa para implantar a contrarreforma da Previdência, o governo adota uma política de arrocho fiscal baseada num discurso de déficit previdenciário, corte de privilégios e combate a fraudes. Para esta estratégia, recorre ao instrumento jurídico da Medida Provisória – que devería ser utilizado somente em situações de extrema excepcionalidade – para impor, de forma imediata, mudanças profundas, unilaterais, escusas e bastante questionáveis. Estas mudanças subtraem escandalosamente o direito previdenciário e assistencial da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que estimula a privatização da Previdência Social, privilegiando o sistema financeiro.

A exemplo da Medida Provisória Nº 871/2019, recentemente publicada com drásticas alterações nas regras de acesso à maioria dos benefícios previdenciários e que institui programas de revisões de benefícios previdenciários e assistenciais para revisar aproximadamente 6 milhões de benefícios, como meio de estancar as fraudes da Previdência, como se todos/as os/as trabalhadores/as fossem potenciais "fraudadores" do sistema.

A Seguridade Social foi uma das Importantes conquistas da classe trabalhadora na Constituição de 1988, e a ruptura com o pacto constitucional significa o desmonte do sistema protetivo instituído com o tripé da Seguridade Social no qual a política da Previdência Social tem um papel central pela sua função de garantia de renda. A professora da Universidade de Brasília (UnB),



Lúcia Lopes, assistente social aposentada no INSS, afirma que a reforma proposta é "extensa e profunda porque atinge toda a classe trabalhadora, destruindo direitos e as regras atuais solidárias de custelo e as regras centrais de sustentação dos benefícios previdenciários e assistenciais". A professora ainda chama a atenção para a "desconstitucionalização" das regras gerais da Previdência que devem ser normatizadas por meio de Lei Complementar, facilitando muito futuras reformas, uma vez que o processo legislativo é mais simplificado.



... A Previdência Social compõe um sistema de proteção social que garante renda e capacidade de consumo para aproximadamente 33 milhões de trabalhadoras/es e suas famílias...



Importante lembrar, que as receitas da Seguridade Social são de fontes diversificadas, um sistema único, não existe um autofinanciamento da Previdência Social, custeado apenas pelos trabalhadoras/es e empregadores/as a partir de receitas da contribuição previdenciária; a lógica do seu financiamento é de um sistema solidário, com equidade de participação no custelo, além da gestão democrática e universalidade de cobertura e atendimento, conforme disposto no Art. nº 195 da Constituição Federal de 1998. Ademais, mais uma forma de receita é instituída por Lei Complementar em 1991, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), que incide atualmente, inclusive sobre aquisição de mercadorias e insumos.

A contrarreforma prevê a criação de um modelo, chamado de sistema de capitalização, que será normatizado posteriormente por Medida Provisória.

Nesse modelo, a contribuição da/o trabalhadora/or vai para uma conta individual, administrada pelo sistema financeiro como aplicação de investimentos e com valor do benefício que pode variar de acordo com o plano firmado e a com rentabilidade do mercado financeiro. Esse modelo de Previdência Social tem semelhança com o modelo implantado no Chile na década de 1980, e que tem debado idosos sobrevivendo com uma aposentadoria com valor inferior ao do salário-mínimo e abandonados à própria sorte.

28

... A Seguridade Social foi uma das importantes conquistas da classe trabalhadora na Constituição de 1988.



Sabe-se que o INSS já enfrenta atualmente um verdadeiro caos Institucional, com fragilidades estruturais de recursos humanos e tecnológicos, com previsão de um número considerável de servidores/as com perspectiva de aposentar-se e uma demanda de milhões de requerimentos a serem analisados, devido principalmente à implantação do INSS Digital e outras ferramentas tecnológicas, impactando no longo período de espera para os/as trabalhadoras/es acessarem seu direito previdenciário. Conforme notícia divulgada no site do EXTRA, em 4 de setembro de 2018, a Defensoria Pública da União apresentou ação civil pública à Justiça Federal contra o INSS pela demora nas decisões, e ainda de acordo com a reportagem, a defensoria expõe,

(...) o problema é generalizado e se estende por todo o país. Hoje, mais de 720 mil pessoas que pediram algum tipo de benefício ao INSS esperam decisão sobre a liberação ou não há mais de 45 dias — prazo máximo estabelecido em lei para que o segurado receba a resposta sobre seu requerimento. Os processos sem resposta representam quase a metade do total de 1,5 milhão de pedidos de benefícios que aguardam arálise em agências de todo o Brasil.

Na ação movida pelo órgão, há detalhes de como a morosidade nos serviços do INSS prejudicam os segurados, que dependem do benefício para viver. Em um dos casos citados, uma segurada do interior do Paraná, no sul do país, demorou I I meses e seis dias para ter o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição analisado. Em outro caso, também no Paraná, um pedido de aposentadoria por idade levou mais de oito meses para ser analisado.

A ação destaca ainda que os problemas na demora em conceder benefícios também afetam pessoas de baixa renda, que têm direito ao Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas). Como antecipou o EXTRA, recentemente, a falta de servidores e a possível aposentadoria de até 55% dos cerca de 33 mil servidores atuais do órgão, em janeiro do ano que vem, são algurs dos fatores apontados pela Defensoria como agravantes para a demora do INSS em analisar e responder aos requerimentos.

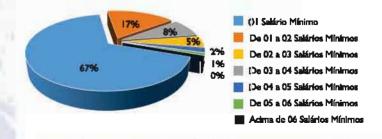
Portanto, nota-se que as alterações de acesso à Previdência Social, por meio da MP 87 1/2019, já são medidas que restringem direitos das/es trabalhadoras/es. A proposta de contrarreforma da Previdência é a destruição total dessa política pública, que tem a direção de atender às necessidades de mercado e, menos, às demandas sociais. O argumento da "economía" com benefícios previdenciários e assistenciais representa assim, a disputa do fundo público, direcionando o recurso que seria para proteger as/as trabalhadoras/es para pagamento dos juros e amortização da dívida pública, ou seja, para os grandes capitalistas, bem como, para os fundos de aposentadorias e pensões, que crescem vultuosamente, representando assim um confisco financeiro das contribuições das/os trabalhadoras/es.

A economista Denise Gentil, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirma que a reforma da Previdência vai intensificar a desigualdade social, na medida em que as pessoas empobrecidas, com deficiências, idosas, mulheres, trabalhadoras/es rurais e informais serão as mais prejudicados, com alteração nas regras de acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais, como auxílio-doença, pensão por morte, auxílio-reclusão, aposentadorias e o Benefício de Prestação Continuada — BPC. Os dados expostos na cartilha Contra o Desmonte dos Serviços Públicos e por uma Seguridade Social Pública, elaborado por um coletivo de servidoras/es da base da Federação Nacional dos Sindicatos dos servidores públicos federais em setembro/2018, expõe a renda da maioria da população beneficiária da Previdência Social brasileira.

A reforma desconsidera as desigualdades históricas e estruturais do Brasil, ignorando diversos fatores que afetam diretamente as mulheres que se diferenciam na medida que acumulam dupla ou tripla Jornada de trabalho, que se inserem em atividades precarizadas e respondem como provedoras de 43% dos domicílios. Afeta também, trabalhadoras/es do campo, da pesca, da construção civil e outras/os que deverão contribuir por 20 anos para ter direito à aposentadoria por idade.

A Pesquisa IBGE/PNAD publicada em maio/2018, aponta que 37 milhões de trabalhadoras/es estão na informalidade e 27 milhões da classe trabalhadora "em idade ativa" estão desempregados. Fatalmente, esta estatística tomará maiores proporções com os moldes constituídos na atual proposta da reforma da Previdência com aprofundamento da desigualdade social, racial e de gênero no Brasil.

BENEFÍCIOS MANTIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL, SEGUNDO FAIXA SALARIAL



Observa-se assim, que 67% das pessoas que acessaram um benefício previdenciário recebem I salário mínimo, considerando o dado em âmbito nacional. Na Superintendência Regional Nordeste do INSS, tem-se 85% de trabalhadoras/es com o benefício no valor de um salário mínimo, ou seja, é essa população que será afetada com a proposta de contrarreforma da Previdência Social, trabalhadoras/es que não terão mais acesso aos mínimos necessários para sua sobrevivência. Outra armadilha é a desvinculação entre o salário mínimo e os valores dos benefícios assistenciais, reduzindo a Previdência a um benefício de transferência de renda, propondo o pagamento de um benefício no valor de R\$ 400,00 para pessoas idosas a partir de 60 anos e, somente ao completar 70 anos é que terão direito ao benefício no valor do salário mínimo.

Além deste problema que afetará milhões de pessoas que precisam do benefício para ter o mínimo de dignidade para viver, a proposta de aumento da idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres e o aumento do número de contribuições de 40 anos para ter acesso à aposentadoria no valor integral, deve empurrar para a miséria milhões de trabalhadores/as de setores em que é quase impossível se chegar a essa idade de forma ativa.

O governo tenta convencer a sociedade de que a contrarreforma da Previdência Social é necessária. Se utiliza da mídia que manipula informações e impõe medo à população, utilizando um discurso de que a reforma acabará com privilégios de servidores públicos que, de forma genérica, cria uma imagem de trabalhadoras/es bem remunerados/as e que trabalham pouco, onerando os cofres públicos.

Carlos Eduardo Gabas, advogado e ex-ministro da Previdência Social, afirma que "o grande interessado na reforma da Previdência é o sistema financeiro porque a reforma reduz a proteção ao trabalhador, a garantia de renda no futuro e transfere recursos públicos para os bancos privados". Gabas lembra que a Previdência é uma política de distribuição de renda e que assim deve ser tratada, como uma política pública, de responsabilidade do Estado e direito da/do trabalhadora/or.

Por um Estado com direitos sólidos, nós, assistentes sociais, reafirmamos o nosso compromisso ético e político com a classe trabalhadora e defesa da Previdência Social pública, democrática e universal. É da competência profissional compreender o projeto político/econômico que financia a proposta da reforma e estimular o debate crítico, de modo a compor e intensificar as frentes em defesa da Seguridade Social estabelecidas na Carta Constitucional de 1988.

EM DEFESA DO SERVIÇO SOCIAL DA PREVIDÊNCIA ENQUANTO UM DIREITO DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA BRASILEIRA/O.

A história do Serviço Social na Previdência é uma história de luta: pela garantia de direitos da classe trabalhadora e por sobrevivência. Esse serviço existente na previdência desde I 944 foi um dos primeiros espaços sócio-ocupacionais das/os assistentes sociais brasileiros. E atualmente em tempos de contrarreformas da Previdência Social, o Serviço Social enfrenta mais uma vez risco de extinção, sendo



desmontado internamente com ações de ingerência na gestão de seu trabalho, deslocamento de assistentes sociais para outros servico e situações de assédio para desvio de função. Por todo país, várias agências da Previdência Social não tem mais disponível o Serviço Social. Destaca-se que o Serviço Social no INSS atende anualmente cerca de um milhão de pessoas com dificuldades de acesso aos beneficios previdenciários e assistenciais. O trabalho do Serviço Social tem impacto direto para ampliação do acesso à política de Previdência Social e às demais políticas da Seguridade Social, com as quais mantém articulação contínua para realização de suas atividades no INSS. O Serviço Social do INSS tem um importante trabalho na avaliação multiprofissional da pessoa com deficiência para acesso ao BPC - Beneficio de Prestação Continuada. Sobretudo contribuindo de forma decisiva para o reconhecimento do grau de deficiência, através da análise das barreiras ambientais e participação social, enfrentados no cotidiano pelas pessoas com deficiência. Apesar disso existe ainda fragilidade institucional na compreensão da importância da avaliação social, predominando em muitas situações o poder do modelo biomédico centrado na equivocada ídeia que a deficiência pode ser medida somente pela disfunção do corpo. Neste contexto o CRESS/PR realizará nos próximos meses ações em defesa do Servico Social Previdenciário. Dentre elas, citamos: Visitas de fiscalização da COFI - Comissão de Fiscalização do CRESS nas unidades do INSS. Debates descentralizados, organizados pela Câmara Temática de Previdência Social, com as/os assistentes sociais do INSS, demais profissionais da Seguridade Social e integrantes de movimentos da sociedade civil sobre a proposta de contrarreforma da Previdência e desmonte do Serviço Social do INSS, objetivando construir estratégias de fortalecimento da luta pelos direitos das/os trabalhadoras/es. O CRESS-PR conclama a todas/os assistentes sociais para se posicionarem frontalmente contra as medidas que precarizam e violam direitos. O nosso compromisso com a dasse que vive do trabalho determina que tenhamos uma intervenção profissional que proporcione reflexão e conhecimento, sustentando um posicionamento de luta pela defesa dos direitos previdenciários e assistenciais que foram tão arduamente inscritos na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Gestão Tempo de Resistir – Nenhum direito a menos Em defesa da Previdência Social Pública e do Serviço Social do INSS

NÃO, À REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Inês Barbosa; Ana Paula Pionkevicz; Karen Albini Câmara Temática de Assistência Social

A Câmara Terrática de Assistência Social, por meio de seus integrantes, manifesta-se contrária à proposta da reforma da Previdência (PEC 287/2016), por atacar os direitos sociais já conquistados.

Iniciamos 2019 com inúmeras situações políticas e econômicas, desanimadoras. Somadas a crimes ambientais e ao desmonte das políticas públicas, que avança de maneira assustadora.

Nas primeiras semanas desse "des-governo", é dada a continuidade na desmobilização do controle social, fragilizando espaços conquistados e instituídos, como é o caso do CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar, entregando assim, o país ao agronegócio. Houve ainda, a retirada da FUNAI para delimitação de terras indígenas. Um conjunto de medidas que escancaram uma decisão explícita de retirar direitos de quem mais precisa. Um governo que se apresenta em prol do grande capital, e que pretende favorecer o agronegócio.



Sabemos que, se aprovada, esta reforma será o maior ataque ao povo brasileiro na história do nosso país, especialmente à população usuária do Sistema Único de Assistência Social...



Somados a todas essas medidas, na última semana foi encaminhada a proposta de reforma da Previdência. Uma medida que se apresenta com a justificativa de "necessária" à política de austeridade. Quando na verdade é uma proposta que afeta diretamente trabalhadoras/es e as/os mais fragilizadas/os pela política econômica atual, como o caso dos que demandam benefício socioassistencial. Ao observar a proposta e compará-la, é possível observar a intenção de retirar o direito à Previdência Social adquirido há anos (que mesmo "fatiado", ainda era preservado).

Como assistentes sociais, trabalhadoras/es na política de Assistência Social, nos posicionamos contra essa proposta de reforma da Previdência. A mesma pretende retirar direitos de todas/os trabalhadoras/es, e ainda impõe uma condição desumana de acesso à renda previdenciária. O que abrangerá desde os benefícios (que é o caso do BPC, R\$ 400,00 – dos 60 aos 70 anos), as pensões e a aposentadoria que não poderão se somar.

A reforma sinaliza aumento da exclusão previdenciária, acesso mais restrito ao BPC, comprometendo a organização da Seguridade Social, com impactos profundos para segmentos popu-



Foto: Agência Brasil

lacionais e para os municípios brasileiros, e indicando para o reforço das iniquidades e a ampliação da vulnerabilidade e das desigualdades sociais e regionais no país.

Esta reforma atinge diretamente os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos, e particularmente às mulheres, tendo em vista a proposta, por exemplo, de aumento do tempo de contribulção apenas para as mulheres trabalhadoras rurals. Atinge negativamente aos idosos e às pessoas com deficiência, beneficiários do BPC, desvinculando o benefício da referência do salário mínimo e da idade regulamentada da pessoa idosa.

Sabemos que, se aprovada, esta reforma será o maior ataque ao povo brasileiro na história do nosso país, especialmente à população usuária do Sistema Único de Assistência Social. Estamos regredindo como Estado Democrático no díreito à Assistência Social e Previdência Social equânime, o que afeta metade da população brasileira que já experimenta a exclusão de outras políticas públicas e direitos socials e possui pouquíssima representatividade política no cenário atual.

Nos referimos ao risco quanto a garantía dos mínimos sociais estabelecidos pela Constituição e a Lei Orgânica de Assistência Social, destinados à manutenção da dignidade de todo cidadão brasileiro que necessite da Assistência Social. Ademais, o BPC sustenta uma parte importante da Proteção Social Especial, pois financia a demanda de acolhimento institucional privado de idosos e pessoas com deficiência, não absorvida pelo Estado.

Ainda, a Assistência Social, como política pública que compõe o tripé da seguridade social, corre sério risco de desmonte. Além da emenda constitucional 95, que já apresenta, e é sentida no cotidiano com a falta de recursos para execução de serviços básicos e essenciais. Com essa proposta de reforma da Previdência, teremos malor demanda de atendimentos, porém sem oferta de serviços, pois não haverá recursos de manutenção.

Como Assistentes Sociais, trabalhando diretamente na concessão de direitos da classe trabalhadora e da população usuária do Sistema Único de Assistência Social, nos posicionamos contrários à proposta de reforma de Previdência, pois a mesma possui interesses misóginos e elitistas, aponta para o desmonte da Seguridade Social e ataca diretamente o direito à reprodução de uma aposentadoria digna e direito à Assistência Social da população brasileira.

Por isso, Assistentes Sociais e demais trabalhadoras/es, é urgente nossa união, nossa luta e engajamento junto a movimentos sociais e de trabalhadoras/es, contra essas medidas de retrocesso e desmonte nos direitos sociais.

OS PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PROPOSTA PELO GOVERNO BOLSONARO

IDADE MÍNIMA PARA SE APOSENTAR

HOJE

Homens com 65 anos / Mulheres com 60 anos

REFORMA

Homens com 65 anos / Mulheres com 62 anos

PROFESSORES REDE PÚBLICA

HOJE

50 anos mulheres / 55 anos homens

REFORMA

60 anos para ambos. Tempo de contribuição: 30 anos para ambos

TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO POR IDADE

HOJE

15 anos para homens e mulheres.

REFORMA

20 anos para homens e mulheres.

SERVIDORES PÚBLICOS

HOJE

60 anos para homens / 55 anos para mulheres

REFORMA

61 anos para homens / 56 para mulheres com aumento gradativo

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

HOJE

30 anos para mulheres / 35 anos para homens

REFORMA

Deixa de existir essa possibilidade

ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA

HOJE

Contribuição de 8% a 11% do seu salário.

REFORMA

Contribuição de 7,5% a 11,68%

aposentadoria Rural — Idade Mínima

HOJE

60 anos para homens / 55 anos para mulheres 15 anos de atividade rural.

REFORMA

60 anos para mulheres e homens. 20 anos de contribuição previdenciária.

Obs: passa a ser exigido um valor mínimo anual de contribuição previdenciária do grupo familiar, de R\$ 600. Hoje não existe essa cobrança.

ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

HOJE

Contribuição de 11%.

REFORMA

Contribuição entre 7,5% e 16,79%.

BPC - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

HOJE

l salário mínimo e idade 65

REFORMA

400 reais para 60 anos e 1 salário para acima de 70 anos

PROFESSORES INICIATIVA PRIVADA

HOJE

Sem idade mínima. Tempo de contribuição: 25 anos mulheres / 30 anos homens

REFORMA

ldade mínima de 60 anos para homens e mulheres. Tempo de contribuição: 30 anos para ambos

POLICIAIS CIVIS E FEDERAIS

REFORMA

Reforma: Idade mínima de 55 anos. Tempo de contribuição mínima de 30 anos para homens e 25 anos para mulheres.

100% DO BENEFÍCIO

REFORMA

Ganhos acima de um salário mínimo: contribuição de 40 anos para se aposentar com 100% do salário de contribuição (R\$ 5,839 mil).

POLÍTICOS

REFORMA

O regime atual de aposentadoria dos políticos será extinto. Vão se aposentar com as mesmas regras dos trabalhadores da iniciativa privada.

Fonte: UOL, BBC Brasil e Globo.com

APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE

REFORMA

O beneficio deixa de ser integral (100%).

MILITARES

HOJE

Tempo e contribuição de 30 anos

REFORMA

Tempo de contribuição de 35 anos.

PENSÃO POR MORTE

REFORMA

Deixa de ser paga integralmente. Só receberá 100% apenas o pensionista que tiver cinco ou mais dependentes.

10 RAZÕES

PARA MARCHAR CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Nós da Marcha Mundial das Mulheres estamos contra a reforma da previdêncial Essa reforma irá na verdade destruir a Previdência no Brasil e piorar as condições de vida de toda a população.

- Nós mulheres somos a maioria entre as pessoas desempregadas, as que ocupam os empregos mais precários e informais, sem carteira assinada.
- 2) Esse projeto de mexer na Previdência é perverso com as mulheres em geral, mas ainda pior para as negras e as mulheres rurais, para as professoras e muitas trabalhadoras domésticas que só há pouco tempo corneçaram a ter direitos trabalhistas.
- 3) É mentira que não tem dinheiro para pagar as aposentadorias. Tem muita propaganda do governo falando que existe um rombo na Previdência, mas isso é mentira. Se falta dinheiro, é por falha na arrecadação porque tem muitas empresas devendo para o governo. Além disso, o dinheiro está sendo desviado para outras coisas.
- 4) Nós mulheres somos as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados: somando o trabalho remunerado e o trabalho doméstico não remunerado trabalhamos 55,1 horas por semana, enquanto os homens trabalham 50,5 (IBGE 2015). Além disso, pela responsabilidade com os cuidados de crianças e também de idosos, entramos e saímos mais vezes do mercado de trabalho e ocupamos a maioria dos cargos de trabalho precário e informal.
- 5) A situação da maioria de nós é que ao longo de nossas vidas ficamos alguns períodos sem contribuir para a Previdência, mesmo trabalhando. É por isso que a maioria se aposenta por idade. A cada 100 mulheres aposentadas na cidade, 66 se aposentaram por idade.
- 6) Nós mulheres somos a maioria das pessoas que recebem o BPC, porque temos menos acesso aos direitos previdenciários devido às

- dificuldades de inserção no mercado de trabalho. O BPC é um direito garantido pela Constituição. É uma renda básica no valor de um salário mínimo, pago às pessoas com 65 anos ou mais, pessoas com deficiência, que não têm condições de trabalhar, e que têm renda familiar per capita de até ¼ do salário mínimo. É um benefício da assistência social.
- 7) Eles dizem que a expectativa de vida aumentou, que as pessoas vão viver mais e que por isso as pessoas têm que se aposentar depois. Mas poder viver menos ou mais tem a ver com as condições reais e concretas de vida, e pode variar muito com as desigualdades de raça, sexo e classe.
- 8) Aposentadoria não é mercadorial É um direito que todas as pessoas precisam ter porque nosso trabalho sustenta a economial Bancos e seguradoras é que vão se dar bem com a diminuição das aposentadorias.
- 9) Queremos uma Previdência Social que seja pública, universal e solidárial Isso significa reconhecer direitos de aposentadoria para todas as pessoas, porque todas contribuem com a economia. Queremos que a aposentadoria digna seja garantida pelo Estado como um direito. A Previdência precisa ser solidária e redistribuir a riqueza produzida entre toda a população sem que a raça, o gênero e a classe determinem que algumas poucas vidas valham mais do que a maioria.
- 10) Nós mulheres somos contra a reforma da Previdência e as políticas de ajuste neoliberal, porque não aceitamos a imposição dessa lógica individualista que empurra as pessoas a "se virar" e conseguir as condições básicas de vida nessa sociedade violenta e dominada pelo mercado. Para conquistar igualdade e autonomia, nós lutamos para que a sociedade inteira mude!



O Congresso Nacional já tem em mãos a nova proposta de reforma da Previdência Social (PEC 6/19), e o presidente da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia, afirmou que a proposta pode ser votada em junho. O CRESS-PR disponibiliza abaixo os e-mails dos 30 deputados federais e dos 3 senadores do Paraná para que o eleitor cobre de cada um deles o voto na Previdência Social.

DEPUTADOS FEDERAIS

Sargento Fahur (PSD)

dep.sargentofahur@camara.leg.br

Felipe Francischini (PSL)

dep.felipefrancischini@camara.leg.br

Gleisi Hoffmann (PT)

dep.gleisihoffmann@camara.leg.br

Luizão Goulart (PRB)

dep.professorluizaogoulart@camara.leg.br

Evandro Roman (PSD)

dep.evandroroman@camara.leg.br

Stephanes Junior (PSD)

dep.reinholdstephanesjunior@camara.leg.br

Leandre (FV)

dep.leandre@camara.leg.br

Paulo Martins (PSC)

dep.pauloeduardomartins@camara.leg.br

Gustavo Fruet (PDT)

dep.gustavofruet@camara.leg.br

Giacobo (PR)

dep.giacobo@camara.leg.br

Hermes Parcianello (MDB)

dep.hermesparcianello@camara.leg.br

Christiane Yared (PR)

dep.christianedesouzayared@camara.leg.br

Diego Garcia (Podemos)

dep.diegogarcia@camara.leg.br

Luciano Ducci (PSB)

dep.lucianoducci@camara.leg.br

Altel Machado (PSB)

dep.alielmachado@camara.leg.br

Sergio Souza (MDB)

dep.sergiosouza@camara.leg.br

Pedro Lupion (DEM)

dep.pedrolupion@camara.leg.br

Luisa Canziani (PTB)

dep.luisacanziani@camara.leg.br

Boca Aberta (Pros)

dep.bocaaberta@camara.leg.br

Ricardo Barros (PP)

dep.ricardobarros@camara.leg.br

Zeca Dirceu (PT)

dep.zecadirceu@camara.leg.br

Rubens Bueno (PPS)

dep.rubensbueno@camara.leg.br

Schlavinato (PP)

dep.schiavinato@camara.leg.br

Filipe Barres (PSL)

dep.filipebarros@camara.leg.br

Lutz Nishimori (PR)

dep.lulznishimori@camara.leg.br

Toninho Wandscheer (Pros)

dep.toninhowandscheer@camara.leg.br

Vermelho (PSD)

dep.vermelho@camara.leg.br

Enio Verri (PT)

dep.enloverri@camara.leg.br

Aroldo Martins (PRB)

dep.aroldomartins@camara.leg.br

Aline Sieutjes (PSL)

dep.alinesleutjes@camara.leg.br

SENADORES

Oriovisto Guimaráes (Podemos)

sen.oriovistoguimaraes@senado.leg.br

Flávio Arns (Rede)

sen.flavloarns@senado.leg.br

Álvaro Dias (Podemos)

alvarodias@senador.leg.br





A RESISTÉNCIA NOS UNE, A LUTA NOS LIBERTA

Violência, racismo e machismo. Esse cenário de dominação e opressão, e que atinge especialmente as mulheres negras e pobres, desafia as mulheres e organizações feministas, no Dia internacional da Mulher. Índices apresentados nos últimos anos, escancaram a situação de violência em que elas se encontram no Brasil.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2017, uma mulher é assassinada a cada duas horas no país. A cada hora, 503 mulheres sofrem algum tipo de violência, além de 5 espancamentos a cada 2 minutos. Em 2016, ocorreu um estupro a cada 11 minutos no Brasil, sem considerar as violações de direitos que não são registradas ou denunciadas, e por isso não compõem os relatórios de vidas violentadas ou interrompidas.

O 8 de março de 2019 expõe o 5º lugar do Brasil no ranking dos países com maior taxa de feminicídio, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). A população LGBT também sofre com preconceito e violência.

Os dados alarmantes de violência são agravados com a desigualdade social e de gênero histórica. O desmonte dos direitos e das políticas públicas atinge especialmente as mulheres. A reforma da Previdência Social, se aprovada, obriga as mulheres a se aposentarem apenas após 40 anos de contribuição e praticamente aos 62 anos de idade, para garantir o acesso a aposentadoria integral.

Diante do canário alarmante de desigualdade e violência, o CRESS em movimento' quer chamar a atenção de todas/os assistentes sociais e da sociedade para o fortalecimento das lutas em defesa da vida e dos direitos das mulheres. O CRESSPR reforça que essa luta não pode se limitar a uma data comemorativa, mas sim, precisa se dar no cotidiano.

O material especial do Dia Internacional de Mulher apresenta artigos escritos por conselheiras do CRESS/PR, que se debruçaram sobre dados históricos e atuals para mapear a violência que as mulheres vêm sofrendo ao longo das décadas, entrevistas exclusivas com lideranças ferninistas e com a primeira travesti negra a
obter o título de doutora no Brasil. Elas falam do árduo caminho
em busca de conquistas, da opressão vivida pelas mulheres, e
analisam o novo momento pelo qual a população brasileira passa.

Nessas entrevistas procuramos saber as estratégias de luta, a agenda de direitos e indicativos importantes para o trabalho cotidiano de assistentes sociais.

LUTA eRESISTÉNCIA

em defesa das mulheres

A alema Clara Zeddo defendeu em 1910, durante o 2º Congresso internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhague, a existência de uma data para marcar a luta pelos direitos das mulheres, sobretudo o direito ao voto. Em 2019, nas ações para a preparação desse momento de luta, nos



Clara Zetkin

encontramos diante de ataques frontais aos nossos direitos arduamente conquistados, disparados por um governo que despreza as mulheres, a população negra, LGBTs e as/os trabalhadoras/es.

O Dia Internacional das Mulheres trabalhadoras oficializado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 8 de março de 1975, tem sido marcado ao longo dos anos como data de protestos, de luta pela igualdade e de denúncia contra a violação de direitos historicamente conquistados. A origem da data tem algumas explicações históricas. Uma delas é relacioná-la ao incêndio ocorrido em 25 de março de 1911 na Companhia de Blusas Triangle, quando 146 trabalhadores morreram, sendo 125 mulheres e 21 homens. O fogo começou quando um trabalhador acendeu um cigarro perto de um monte de tecidos e alastrou-se rapidamenta. As portas das escadas de incêndio estavam trancadas por fora, para evitar que os funcionários salssem mais cedo. Portanto, a fatalidade pode ser interpretada como uma situação criminosa.

Uma passasta de mulheras e diversos protestos em 8 de margo de 1917 (23 de favereiro, no antigo calendário russo, o calendário gragoriano), em Petrogrado, acendaram a chama da Revolução Russa. Naquele dia, milhares delas foram às ruas da capital para protestar contra a forne e as terríveis condições de vida no país. A data foi escolhida porque representava o Dia Internacional da Mulher, importante comemoração do calendário de lutas em todo o mundo.

No dia seguinte, eram mais de 190 mil.

Em alguns momentos da história, principalmente em períodos de ditadura, o conteúdo emancipatório da data acabava ficando em segundo plano, no entanto, a marca comunista original sempre é retomada nesta data.



Passeata de Petrogrado

Evidência marcante em cada 8 de março é a comemoração da unidade entre as mulheres trabalhadoras, herdeiras das lutas ferninistas e das resistências operárias de todos os tempos, na defesa do direito ao trabalho com salário justo, ao direto de decidir sobre o nosso corpo, ao direito à moradia, à educação crítica e de qualidade e a saúde pública.

Neste Dia Internacional da Mulher, mais do que nunca é preciso ocupar as ruas para denunciar o governo Bolsonaro, verdadeiro inimigo das mulheres e do povo brasileiro. Este governo - que já no período eleitoral declarou-se publicamente misógino, racista e LGBTfóbico - e parte de seu grupo, impõem a agenda impertalista mundial, aumentando a opressão contra as trabalhadoras e trabalhadores, com um reajuste do salário mínimo ababso do previsto, com a proposta de uma reforma da Previdência criminosa, enquanto os banqueiros lucram bilhões ao ano.

A reforma da Previdência, visivelmente, afeta mais as mulheres, obrigando-as a se aposentar apenas após 40 anos de contribuição e praticamente aos 62 anos de idade, para garantir o acesso a aposentadoria integral, desrespeitando o fator maternidade, tanto no aspecto biológico, quanto no social, que é trabalho e que, por isso mesmo, diferencia a questão trabalho/previdência entre homens e mulheres; essa mesma reforma impede a mulher vidva cumular aposentadoria e pensão por morte o que, com certeza, impactará no empobrecimento das mulheres brasileiras.









Outra investida do atual governo contra as mulheres está no Decreto Nº9.685/2019 que facilita a posse de armas de fogo. Sob a falácia do combate à violência e à corrupção, impõe a proposta de posse de arma que reverterá em mais violência atingindo principalmente mulheres, mulheres negras, LBTs, jovens que vivem nas periferias, povos da floresta e do campo, em particular os indígenas. Estudos evidenciam que o armamento não diminui a violência, mas sim a potencializa. Uma pesquisa da Universidade Stanford, em 2017, conclulu que os crimes violentos aumentaram em até 15% nos estados norte-americanos que relaxaram as exigências para a posse e porte de armas. Da mesma forma, um estudo da Universidade de Harvard concluiu que a posse e porte de armas aumentam o homicídio de mulheres.



Estudos evidenciam que o armamento não diminui a violência, mas sim a potencializa.

99

No Brasil, o Dossià Mulher (2018) aponta que a arma de fogo é o principal meio pelo qual se executa o homicídio de mulheres, representando 47,2% do total.

A violência contra mulheres e população LGBT é enaltecida, incentivada, estimulada e autorizada por este governo. Vidas são banalizadas através dos horrores praticados por agentes do governo, como o assassinato ocorrido há um ano da brava Marielle Franco, mulher negra, lésbica, feminista e defensora dos direitos humanos, e acobertado e Ignorado. Este governo nega e, mais do que isso, desconstról todos os direitos tão arduamente conquistados; ataca principalmente os direitos das mulheres e segmentos que compõem a diversidade, sendo mais atingidas as mulheres negras que, nesse cenário, sofrem brutalmente os impactos do desemprego, com baixos salários, ocupam os piores postos de trabalho e engrossam o subemprego e cotidianamente veem seus filhos sendo exterminados.

Neste cenário, ainda evidenciam-se as declarações da ministra Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), que reafirma um ideário de inferiorização das mulheres em relação aos homens e de um modelo de família heteronormativo, que naturaliza e assim justifica as desigualdades salariais, as violências de gênero físicas e psicológicas, estupros e feminicídios, que mostram uma espiral ascendente na presente conjuntura. Portanto, os estereótipos de gênero reproduzidos pela ministra, evidenciam o descompromisso do atual governo com a imple-

dos Inminicipalmo dos homens com a separação #8M



mentação de políticas públicas de enfrentamento às manifestações de desigualdade entre homens e mulheres e de combate a violência contra mulheres, população LGBT e abuso contra criancas e adolescentes.

Destaca-se a campanha "Assistentes Sociais no combate ao racismo" de 2019, lançada pelo Conselho Federal de Serviço Social e assumida pelo conjunto CFESS/CRESS, enquanto construção coletiva da categoria de assistentes sociais. Essa campanha visibiliza um dos nossos princípios éticos, que trata do exercício profissional do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, identidade de gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física. O racismo se constitui em uma das piores formas de discriminação e mais duradouras no Brasil, um país que ainda carrega em suas estruturas a marca racista, machista e colonial. O combate ao racismo é compromisso da nossa categoria. Para tanto, devemos combatê-lo em nosso cotidiano profissional e em todos os momentos da vida.



...um estudo da Universidade de Harvard concluiu que a posse e porte de armas aumenta o homicídio de mulheres.



Neste contexto, entendemos o Importante papel dos movimentos feministas e de mulheres que têm a tarefa de galvantzar o repúdio a essas medidas medievais, medidas do capital e do patriarcado, Juntamente com os demais movimentos sociais progressistas e partidos, para conformar uma ampla frente de luta social e política que faça oposição cerrada ao (des)governo Bolsonaro. Se o capitalismo impõe aos trabalhadores, em geral, péssimas condições de vida e trabalho, é ainda mais cruel com as mulheres. Nesse sentido é preciso reconhecer o importante papel das mulheres na luta de classes. Sem dúvida, a mobilização de 8 de março pode ser fator propulsor das lutas em 2019.

"A resistência nos unel A luta nos libertal Viva o 8 de março! Viva a unidade e luta das mulheres!"

Referêncies

Carneiro, Adriana J. 8 de março: Origene do Dia, Internacional de Mulher, http://www.vermelho.org.br/noticis.php?ld_noticis=1491448id_secan=8
DONOHUE, John J. Right-to-Carry Laws and Violent Crime A Comprehensive Assessment Using Panel Date and a State-Level Synthetic Controls Analysis. June

12, 2017. Disponíval arr: https://crimeresearch.org/wpcontent/uploads/2017/07/Do_Handgurs_Make_Us_Safer_joh n_edits_6_9_2017_stamped.pdf

MBer, Matthew; et al. Firearm availability and suicide, hornicide, and unintentional firearm deaths among women, journal of Urban Health March 2002, Volume 79, Issue 1, pp 26–38 Disponível em:

https://www.ncbl.nim.nih.gov/pmic/articles/PMC3456389/pcff/11524_2006_Article_76.pdf

Dumili mulitur 2918 / Orlinda Claudia R. de Morsea, Rifeta Vistano Mareo, organizadorea. — 13. versito. — Rio de jareiro: RioSegurança, instituto de Segurança Pública (SP — RJ), 2018. 115 p.: IL — (RioSegurança, Série Estudos 2.) Disponível em: http://arquivos.prederj.rj.gov.br/sep_imegens/uploade/DosticMultor/2018.pdf

Elco Harle Compos — Comedinaire, de CRESS — PR. Teculras Carolina de Olivairo — Comedinaire, de CRESS — PR. Dared Reso dos Sentos — Integrante de Comissão Permanente de Édica do CRESS—PR.

FEMINISM Não aceito mais as coisas que não passa mudar, estau mudando

as coisas que não posso aceitar" (Ângela Davis).

Quando Angela Davis, mulher negra, professora, militante dos direitos humanos, já demonstrava sua irreverência nas lutas por direitos civis nos Estados Unidos e denunciava de maneira contumaz a violação dos direitos humanos particularmente das mulheres e do povo negro, nos anos 60 do século XX, as mulheres brasileiras caudatárias de longa trajetória de resistência marcada por grandes batalhas na história de nosso país, assinalavam também traços profundos do movimento da classe trabalhadora no geral e o movimento das mulheres e do feminismo no particular. Mas, nesse contexto há de se evidenciar que as mulheres negras e mulheres periféricas encontram caminhos também de denunciar o racismo, o capitalismo e o patriarcado.

A CADA 7.2 SEGUNDOS, UMA MULHER É
VÍTIMA DE VIOLÊNCIA FÍSICA, A CADA
2 MINUTOS, UMA MULHER É VÍTIMA DE
ARMA DE FOGO E A CADA 22.5 SEGUNDOS,
UMA MULHER É VÍTIMA DE ESPANCAMENTO
OU TENTATIVA DE ESTRANGULAMENTO.

Em pleno século XXI, e agravado pela conjuntura brasileira de submissão aos interesses das potências hegemônicas, do capital financeiro internacional e das elites nacionais que desmontam conquistas históricas no campo dos direitos sociais e das políticas públicas, o arcaico sistema patriarcal construído há milênios, aumenta seu domínio sobre as mulheres.

As intensas mobilizações e a forte atuação do movimento feminista a partir do final da década de 1950 no mundo, e na transição dos anos 1970 para 1980 no Brasil, que culminaram nos avanços da Constituição de 1988, quando houve a conquista de importantes alterações nas relações entre os sexos e a visibilização das assimetrias de gênero do que nos sete mil anos anteriores de história deste patriarcado, pode-se nesse momento de nossa conjuntura perder-se se não houver intensa mobilização e unidade da grande maioria da população ameaçada. Em potencial, a construção e materialização de direitos para as mulheres, com políticas, legislações e ações afirmativas, que reconheciam e postulavam enfrentamento às desigualdades e violências, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.

Importante considerar que na relação com o capitalismo, o patriarcado (sistema de dominação das mulheras que se materiali-



za na ideologia machista e em uma rede de poder e controle que quer se perpetuar), se potencializa com outros sistemas de dominação - como o racismo e que se junta a outras formas de dominação como os fundamentalismos tão presentes na onda conservadora e retrógrada da atualidade.

Ao verificarmos alguns dados, (optamos por apresentar os dados de violência doméstica) nos deparamos com a estatística de que uma mulher morre a cada uma hora e meia no Brasil, vítima da violência doméstica. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) / Mapa da Violência - Homicídio de mulheres no Brasil (2015), o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking dos países com maior taxa de feminicídio.

Infelizmente, segundo o último anuário de Segurança Pública, de 2017, aconteceram diariamente, 606 casos de violência doméstica com lesão corporal dolosa (quando tem intenção de lesionar a vítima). No total, foram mais de 221 mil registros de violência doméstica, só em 2017. E, pelo menos 21 casos de feminicídio na primeira semana de 2019 (Crime de assassinato pelo fato de ser mulher é considerado hediondo e está previsto em lei de 2015).



Segundo o Relógio da Violência de Instituto Maria da Penha, no Brasil, a cada 7.2 segundos, uma mulher é vítima de violência física; a cada 2 minutos, uma mulher é vítima de arma de fogo e a cada 22.5 segundos, uma mulher é vítima de espancamento ou tentativa de estrangulamento.

O Atlas da Violância (Ipea, 2018), revela que no Brasil mata-se mais mulheres negras do que brancas.



O documento mostra que, de 2006 a 2016, o número de assassinatos de mulheres brancas caiu 8%, enquanto o das negras aumentou 15,4%. Agrava-se ainda mais a condição das mulheres indígenas. A faita de documentação impede de se ter dados sobre esta realidade. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU), destacam que uma em cada três mulheres indígenas é estuprada ao longo da vida.

Necessário enfactzar que as mulheres morrem, não porque se submetem a esse poder, mas porque resistem. Morrem porque defendem seus filhos e filhas. Morrem quando rompem a relação de opressão e violência. Morrem quando o poder público não implanta políticas com transversalidade de gênero e raça. Morrem quando não encontram nos órgãos do Sistema de Justiça, a defesa do seu direito de viver uma vida sem violência.

Para o feminismo, longas e profundas batalhas se avizinham tanto no enfrentamento ao machismo, como na intersecção da luta de classes com o enfrentamento ao racismo. As relações raciais no Brasil foram historicamente uma forma de construir o sistema de dominação no qual vivemos, que teve por base o escravismo e o colonialismo, ambos articulados ao patriarcado capitalista. Nesse 8 de março é necessário mais uma vez, erguer a bandeira das mulheres como sujuito político.

FORAM MAIS DE <mark>221 MIL REGISTROS</mark> De violência doméstica, Só em 2017

E nesse sentido, é fundamental a unidade de todas as mulheres, negras, indígenas e não-negras, com o conjunto da classe trabalhadora.

Nesse contexto, profissionais de Serviço Social que detêm seu projeto ético-político profissional avançado e radicalmente crítico, devem contribuir para a luta do movimento feminista e de mulheres. A/O assistente social em sua formação prende valores éticos que foram construídos histórica e coletivamente junto à luta dos movimentos socials e das mulheres.



O projeto ético-político profissional tem valores alicerçados na defesa intransigente dos direitos humanos, na recusa a qualquer forma de preconceito e discriminação por questões de gênero, identidade de gênero, raça/etnia e classe social.

Para além dos compromissos historicamente construídos pelo Serviço Social em relação à classe trabalhadora, esta profissão, que é maciçamente feminina, deve esforçar-se para materializar no cotidiano profissional a sororidade, já que trabalha diretamente com um público-alvo também em sua grande maioria com mulheres e suas demandas que, não raras vezes, são sequelas do machismo e do patriarcado.

É preciso engajar-se na luta das mulheres também como sujeitas, não só por compromisso técnico-político, mas por compor e viver a mesma realidade que as usuárias de seus serviços e sofrer os mesmos impactos e violências que elas têm no cotidiano da vida e do mundo do trabalho, contribuindo assim para a eliminação das desigualdades sociais de gênero, para a elevação da cultura da igualdade, da justiça e da emancipação feminina e social.

Etza Morio Campor — Consulheira do CRESS — PR
Taméror Caroline de Oliveira - Consulheira do CRESS — PR
Danaci Resa dos Santos — Integranto da Comissão Parmenente de Ética do CRESS-FR.

Heliana Hemetério dos Santos

Heliana Hemetério dos Santos, 66 anos, historiadora pós-graduada pela UFRJ, com especialização em Gênero, Raça e Sexualidade com foco na violência racista e homofóbica. Feminista, coordenadora executiva da Rede Mulheres Negras/PR. Vice-presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsuais (ABGLT) e representante do segmento LGBTI no Conselho Nacional de Saúde.

CRESS: As demandas da muiner negra continuam as mesmas de vinte ou dez anos strás? Ou as mudanças ocorreram, pre melhor, de modo significativo?

Não resta dúvida de que houve um grande avanço na pauta das mulheres negras. E eu quero demarcar isso com a Marcha das Mulherea Negras que 2015 levou 50 mil mulheres a Brasilla relvindicando uma pauta pelo Bern Viver. É um avanço gerado por um acúmulo de demandas que nós mulheres negras estamos há anos relvindicando, e não só relvindicando, como também ampliando e construindo juntas o que culminou naquela marcha. Nós mulheres negras, somos responsáveis pela construção, planejamento e implementação da política de saúde integral da população negra. Essa não é só uma pauta, mas sim uma ponta do movimento negro, uma pauta especificamente das mulheres negras, quero debtar bem claro isso. Todas que estiveram à frente da construção dessa política pública foram mulheres negras.

CRESS: Como a mulher negra pode avançar nos espaços da sociedade, dentro da medicina, do direito, e não apenas nas funções públicas?

Quando você questiona como varnos trabalhar para tirar as mulheres negras que estão sempre nas áreas humanas e trazê-las para áreas como a medicina, a adontologia, farmáda, eu destaco que as dêndas exeitas ainda continuam completamente brancas porque são, eu dirita assim, atividades de formação que necessitam de dinheiro. Para ser médico, você tem que ter um minimo, por mais sacrificio que faça, estuda, faz fotocópias dos livros, vai à biblioteca, ainda não consegue seguir a profissão porque são categorias que exigem um certo poder squisitivo. Não estou falando de ter dinheiro, falo de ter o mínimo. E além disso, são as categorias que mais excluem a população negra, laso eu garanto porque faço parte da corrizzão de cotas da Universidade Federal do Paraná, que julga. quem tem direito às cotas ou não. Vi muitos absurdos com pessoas completamente brancas e que chegam all se apresentando como perdes porque têm uma avó negra. Na realidade, tentam a inclusão na universidade através das cotas raciais, justamente aquelas que não têm direito, e o plor é que essas pessoas fazem parte exatamente do segmento da sociedade que exclui a população negra.

Nós não podemos negar que quando ternos que implementar



nas esferas dos governos federal, estadual e municipal a Saúde integral da população negra, encontramos muitas dificuldades. Temos ali médicos, enfermeiros, assistentes, técnicos de saúde, mas todos com uma ideologia muito racista ainda e que por isso, o acesso dos negros aos espaços da medicina, por exemplo, é limitado. Essas carreiras aão majoritariamente brancas, permanecem brancas e lutam para continuar brancas. Não há nenhum interesse da sociedade em ter médicos negros.

CRESS: Entre 2003 e 2013, o número de homicídios de mulheres negras cresceu 54%, segundo o

mapa da violência. Já o de mulheres brancas calu 9,8% no mesmo período A senhora relaciona o aumento da violência contra as mulheres negras eo crascimento de racismo?

Não há dúvida de que o racismo é um dos elementos que fez aumentar a morte das mulheres negras, mas há outros. O racismo diz aos negros que eles não podem ascander tanto. Eu sempre digo que os brancos permitem que nós negros cheguemos à página 30, mas quando varnos abrir a página 31, eles dizem que rão, que era mesmo só até a página 30, e que a partir dall, são eles que escrevem a história. É uma metáfora que sempre uso. Então, em relação à morte das mulheres negras, é existemente assim, elas passim pela ousadía de serem emancipadas, ter autonomia, crescimento acadêrrico e cultural. E além do racismo, elas enfrentam o machismo. Elas são assassinadas não somente por homens fora do núcleo familiar, mas também, e principalmente, pelos maridos, companheiros e namorados, exatamente porque elas dizem não no momento em que se dão conta de que sustentam a casa, pagam as contas e buscam uma vida melhor. Por estar com um homem que não consegue dar esse salto de qualidade, eles pagam comavida.

CRESS: A senhora reconhece que as próprias mulheres sentem uma certa dificuldade em se declarar feministas, o portanto, lutar por direitos iguais?

As mulheres, não digo todas, têm sim dificuldade em se declarar feministas. Primeiro porque existe uma desconflança em relação ao feminismo. Dizem que feministas são mulheres que não gostam de homem e aí, elas calriam nesse espaço da lesbianidade que é um espaço de rejeição e preconceito.

leso vem desde que o movimento feminista chegou, mas o movimento não foi criado para lásticas, ao contrário. O movimento feminista até hoje não incorporou a pauta das lésbicas como deveria incorporas:

CRESS: Mulher, negra e lésbica. Quel é o termenho dessa luta pra ser ouvida e respeitada?

Quanto a ser mulher negra e lésbica você passa pelo concelto

da interseccionalidade de que a Kimberly Grisham fala muito bern, que seria a soma de vários preconceltos. Você é discriminada porque é mulher, você é discriminada porque é lésbica, você é discriminada porque é negra. Aí você tem a misoginia, a lesbofobia e o racismo pautando os seus movimentos de vida.

CRESS: A luta da mulher negra consegue estabelecer

parcerias com movimentos feministas e de esquerda?

A luta da mulher negra consegue estabelecer parcerla com o movimento feminista sim. Porém, não como nós mulheres negras desejamos. Desejamos como? Desejamos que elas assumam de fato a pauta do racismo, que elas assumam os privilégios das mulheres brancas, que são sustentados pelo racismo e isso é muito difícil entender. Quando falamos isso de manelra crua, até chocamos, mas o racismo sustenta sim essa sociedade ao colocar na subalternidade homem e mulher negros, e as mulheres negras estão na base da pirâmide da subalterni-

dade. Essa questão de dizer que nós as mulheres negras sofrem, que somos vulnerávels, não, nós não somos vulnerávels. Vulnerável é o racismo que a sociedade nos impõe. Vulnerável é a exclusão que a sociedade nos impõe. Então é preciso que os movimentos feministas entendam o que é uma mulher negra dentro desse movimento.

CRESS: Sem sombra de dúvida, as mulheres estão

envolvidas em todos os tipos de luta coletiva, algumas com mais demandas, outras com menos. Aonde elas vão chegar?

Não posso dizer aonde nós vamos chegar. Nós vamos continuar a luta, na resistência, lutando por direitos. Acredito que teremos avanço no futuro, mas nesse momento estamos somen-

te resistindo.

CRESS: Como as/os assistentes sociais podem atuar nesse processo de transformação?

As/os assistentes sociais podem estar dentro do olhar de solidariedade e sensibilidade. Exemplo: você não pode lidar com uma mulher negra como você lida com a mulher branca. Jamais, jamais, mesmo que a mulher branca chegue para você e conte todos os dramas da vida dela. O fato dela ser branca já diz que ela sempre teve, tem e terá alguns privilégios que as mulheres negras jamais

terão. O racismo corta qualquer tipo de privilégio. Então vocâ, como assistente social, não pode olhar para uma mulher branca como olha para uma mulher negra. Isso tem que estar muito nítido para a/o assistente social. Isso não é discurso de tristeza e não é discurso de vitimização. A sociedade olha assim. Diante de uma mulher lésbica que traz na aparência dela o estigma da exclusão, a/o assistente social precisa perceber as especificidades dessamulher e como tratá-la.

Megg Rayara Gomes de Oliveira

TRAVESTI, PRETA, ESPECIALISTA EM DESENHO E HISTÓRIA

Megg Rayara Gomes de Oliveira, travesti preta, graduada em licenclatura em Desenho e Especialista em História da Arte pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná; Especialista em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira pela Universidade Tuiuti do Paraná; Mestra e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisa gênero, diversidade sexual, educação das relações Étnico-Radais, Arte Africana e Afro-Brasileira. Atua no movimento social de negras e negros e no movimento LGBT. É professora de desenho e pintura na

Fundação Cultural de Curtiba e pesquisadora do NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná

CRESS: Ter obtido o título de doutora na UFPR foi uma conquista que provocou a reflexão que sempre julgou necessária?

Ser a primeira travesti negra a obter o título de doutora no Brasil possibilitou muitos debates, principalmente a respeito das múltiplas exclusões que incidem sobre nós.



Embora seja uma conquista importante, ela colocou em evidência uma situação que não era sequer considerada. Muitas universidades passaram a discutir propostas de políticas afirmativas para pessoas trans e isso é muito positivo.

CRESS: É sempre bom lembrar, pra não debtar dúvidas, que o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e pessoas trans no mundo, segundo a mais recente atualização do relatório da ONG Transgender Europe, que acompanhou as ocorrências de 2008 a

2015. Qual é a base dessa violência?

A violência é motivada por transfobla. A naturalidade com que somos atacadas e a falta de punição estimula essa violência. Multas vezes os ataques começam dentro de casa, se estende para o restante da família, vizinhos, escola.... É como se essa violência fosse legitima, portanto isenta de punição. É uma situação que nos acompanha diariamente e nos obriga a rever estratégias diárias de sobrevivência.

Somos expulsas de casa, da escola, do mercado formal de trabalho. Não é uma violênda insta. Ela é ensinada e estimuisda. A Impunidade colabora para esse quadro absurdo de assassinatos.

CRESS: De acordo com levantamento feito em 2017 pela RedeTrans (Rede Nacional de Passons Trans do Brasil), 82% das mulheres transgêneros e travestis abandonam o ensino médio entre os 14 e os 18 anos. Isso porque elas não são acolhides nas escolas?

O primeiro abandono acontece dentro de casa. Sem apoto familiar é muito improvável que uma menina trans consiga enfrentar os problemas que se mostram no espaço escolar. Esses problemas começam quando reivindicamos o uso do nome social e um tratamento no gênero feminino. Quanto mais cedo fazemos isso, mais violência sofremos. A escola é um espaço normalizador e normativo e reproduz a lógica de que o gênero é uma continuação do sexo biológico. Aínda que tenhamos uma portaria do governo federal que reconhece esse direito desde 2011, esbarramos na visão preconceituosa dos gestores e

gestoras da educação. A escola é um espaço muito violento para: as pessoas trans. Não é um espaço seguro.

CRESS: E como usur a educação como um fator transformador para as pessoas transgineros diante de tais números?

É fundamental discutir essa situação de forma recorrente. Denunciar os abusos do sistema educacional, seja através das ONGs, seja através das pesquisas acadêmicas, além de construir

redes de apolo dentro dos espaços de educação formal. É importante também que as pessoas trans que estejam em espaços de poder se posicionem a respeito. Nosso papel tem que ser político e assim, contribuir para a construção de uma educação formai mais acolhedors.

CRESS: Você concorda que a discuasão acerca da transexualidade entrou numa nova era e que as perspoctivas não são beas a partir do momento em que se vê uma resistência maior por parte de Estado?

Esse tema é emblemático em qualquer espaço, principalmente para problematizar

as inúmeras situações de violação de direitos. A educação é um espaço importante, por laso tem concentrado muitos desses debates. Outro ponto importante é a questão da empregabilidade. É fundamental que o mercado de trabalho nos acolha. Tanto a educação quanto o mercado de trabalho passam por questões que envolvem o Estado.

CRESS: A sociedade já entende melhor o que á o processo de identidade de gênero ou ainda há muita negeção

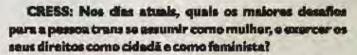
em terno desse sesunto?

Melhorou multo. Raras são as situações de decrespeito em espaços públicos, mas ainda me deparo com pessoas que insistem em me tratar no gênero masculino. Essa compreensão precisa ter desdobramentos na educação e no mercado de trabalho. Mas hoje consigo sair com mais tranquilidade durante o clis.

CRESS: Qual é o caminho que a mulher trans deve tomar para que pure, definitivamente, do ser vista como um ser

> exótico e passe a ser respeitada como a multur que é?

> O interessante é que ao adentrar o espaço acadêmico e o movimento social, mais especificamente o movimento feminista, houve uma reação negativa por parte de muitas estudiosas de gênero e muitas feministas que passaram a nos tratar como homens. Enquanto éramos objetos de pesquisa havia mais empatia. Bastou reivindicarmos um protagonismo e passaram a nos masculinizar de forma violenta. O avanço das feministas radicais é uma tentativa de nos silenciar. Mas não vão conseguir



A grande questão é saber ouvir e não tentar nos impor verdades a partir da vivência que emerge da experiência profissional. É muito recorrente debates verticalizados em que o saber acadêmico se sobrepõe à experiência de vida de mulheres trans

e travestis. Não estabelecer hierarquias entre os saberes é um passo importante e a partir daí, traçar ações que tenham como meta a inclusão.

CRESS: Pelo o que você já ouviu falar sobre o Projeto de Lei Anticrime, de ministre da justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, você tem a sensação de que a população negra des periferias realmente serão as mais atingidas?

Li algumas críticas a respeito e tudo aponta para uma tentativa de legalizar aquilo que já é praticado, principalmente em relação às ações policiais. O genocí-

dio da juventude negra será legalizado e isso reveia a visão elitista e racista desse projeto. É necessário lembrar que em 2017, a maioria das vítimas de violência transióbica eram negras, totalizando 82% dos casos. Esse projeto é uma licença para matar pessoas pobres, negras, travestis e transecuals. Nos matam muito jovens e por isso também não conseguimos acessar as universidades. A expectativa de vida de uma pessoa trans é de apenas 35 anos.



Ana Carolina Dartora

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), linha cultura, escola e ensino, Ana Carolina Dartora tem especialização em Ensino de Filosofia (UFSCAR), é bacharela em História e professora de História na rede estadual de ensino do Paraná. Feminista, negra, é militante da Marcha Mundial das Mulheres e do Movimento Negro.

CRESS: A mulher negra e a mulher branca estão conseguindo falar do racismo da mesma maneira? Elas têm o mesmo entendi-

mento sobre o que é o racismo, e a diferença no modo de vida que cada uma leva de forma geral?

Brancas e negras não tratam de racismo da mesma forma. No Brasil, isso a ainda é uma ferida aberta. Nós negros, discutimos nossa negritude constantemente, porém nosso maior desafio é que brancas passem a discutir sua branquitude, significados e privilégios. Não fomos devidamente educados para a convivência em igualdade racial, então precisamos que mulheres brancas agarrem com mais veemência esse debate. Sem superar a desigualdade racial no Brasil não avançamos.

Ambas não conseguem falar de racismo da mesma maneira, e também não poderiam, porque elas partem de lugares diferentes. A mulher branca tem a vivência de mulher branca e a mulher negra tem a vivência de mulher negra. Mas brancos e negros podem e devem falar de racismo, mas a partir da existência de cada um. Nós não estamos falando de racismo da mesma maneira também porque o movimento negro e nós mulheres negras temos construído há um bom tempo as relações raciais no Brasil. Discutimos a nossa negritude, mas um grande desaflo que temos hoje é que os brancos passem a discutir a sua branquitude. Temos uma construção teórica pouco divulgada que se chama Os estudos críticos da branquitude', mas que é extremamente necessária na nossa sociedade multirracial e precisamos nos reeducarmos para as relações étnico-raciais. Só que, enquanto mulheres negras, não vamos fazer isso sozinhas. Precisamos que as mulheres brancas se debrucem sobre esses estudos, aprendam e passem a falar de raça a partir de sua branquitude. Reafirmo que isso é um desaflo que temos a vencer e vejo que hoje é o maior limite para realmente nos reeducarmos para as relações étnico-raciais. O limite então é esse, que as pessoas brancas passem a se enxergar como raça, passem a se enxergar nessa sociedade, passem a enxergar as relações que são estabelecidas entre negros e brancos e discutam raça a partir da sua branquitude.

CRESS: Qual é o papel que a sociedade ainda impõe para a trabalhadora que é mulher e negra?



A vida que as duas levam de forma geral são muito diferentes. São olhares multo diferentes. Você tem pessoas brancas, por exemplo, dizendo que nunca viram o racismo, enquanto nós vemos o racismo todo dia, toda hora. Então, são existências muito diferentes. O Brasil é estruturado pelo sistema radal. A raça determina os lugares que você val ocupar socialmente porque o racismo estrutura todas as relacões no país. Então, existem uma vida negra e uma vida branca, e precisamos conversar sobre isso. As trabalhadoras negras ainda são a maior parte das empregadas domésticas, e a major parte das traba-

Ihadoras informais. São as que estão nos empregos precarizados. O trabalhador negro ainda tem as dificuldades simbólicas, que são as de acesso a espaços de liderança e de poder. O negro não é visto como competente para ocupar esses espaços. No caso da mulher negra, mesmo que tenha formação suficiente, ela não consegue se livrar do olhar racista sobre ela, e não só do olhar racista, tem ainda o olhar machista. E aí, ela sofre com a desigualdade multiplicada, o racismo e o machismo. Quanto à ascensão de mulheres brancas, sabemos que elas têm mais dificuldade de assumir posições de lideranças. Essa diferença de carreira entre homens e mulheres é muito clara por conta do que charmamos de 'Teto de Vidro'. Então é isso. Observamos muito claramente, e não é dificil de observar, que os espaços sociais ainda são totalmente delimitados no Brasil.

CRESS: E dentro da universidade, isso é muito diferente?

Dentro da universidade não é diferente. Essas desigualdades operam combinadas da mesma manelra no espaço universitário, e lá alnda tem uma especificidade, que é o fato de ser um lugar de poder, de muito poder. A construção intelectual está sendo feita ali dentro. As mulheres negras, que têm muita dificuldade para acessar esse espaço, Justamente por serem as trabalhadoras, combinarem carga de trabalho com o estudo, quando se tornam professoras ou intelectuais, sofrem com outras dificuldades. O Brasil ainda não aprendeu a ler as intelectuais negras, e não dá o valor devido para produção intelectual negra. A branquitude ainda não se educou para ler autores e autoras negros. Então, são as mesmas colsas se repetindo em espaços diferentes.

CRESS: Você já daciarou que o movimento do feminismo negro é um dos mais organizados no Brazil. Isso significa que ele está preparado para enfrentar os desafios, caso o governo de Jair Bolsonaro retire direitos já adquiridos ou impeça que outros sejam conquistados?

Patrocínio diz que o movimento feminista negro é um dos mais organizados, e por que eu disse isso em outros momentos? Porque a nossa organização vem de muito tempo. Estamos lutando desde a abolição da escravatura até hoje. Então, temos aprendido a fazer resistência, na luta mesmo, fortalecendo a nossa resistência. Estamos agui ainda por conta da nossa resistência. Conseguimos políticas públicas por conta da nossa organização e resistência, como por exemplo, a política de cotas que é um avanco social enorme. Sem cotas para diminuir a desigualdade racial, levaria no mínimo una 100 anos. Com o sistema de cotas, conseguimos fazer isso em 20 anos, então, é uma das nossas maiores conquistas. Sem falar que foi uma conquista do movimento negro que acabou beneficiando toda a população brasileira porque quando pautamos o sistema de cotas, estabelecemos cotas também para alunos de escola pública, e não só para pessoas negras. Portanto, um benefício para toda a população. Por essas e por outras é que eu digo que estamos muito bem organizadas/os e muito bem preparadas/os para fazer resistência nesse momento atual. Quanto ao governo Bolsonaro, para nós, a perda de direitos trabalhistas não significa muita coisa já que somos as/os trabalhadoras/es informais, e a minoria nos serviços públicos. Então, temos feito uma construção muito antiga e adquirimos assim, estratégia de luta para sobreviver no trabalho informal, sem reconhecimento, e com enfrentamento à violência. A violência que o Bolsonaro expressa contra a população negra é uma violência que

sempre esteve posta na sociedade, não é uma novidade.

CRESS: O presidente Jair Bolsonaro afirmou que Brasil gasta demais em Educação. Com a experiência que você tem com educação, viu na declaração dele, algum fundamento?

Eu nem sel o que dizer das coisas que o Bolsonaro fala. Não precisa ter muita inteligência para saber que tudo o que ele fala é um absurdo, então se ele falou que o governo está investindo muito em educação, que ótimo. Eu

nem sei como responder isso, mas sei que a educação no Brasil está agonizando. E entre todas as reformas que já tivemos e que ainda vamos ter, a reforma da educação é uma das mais ridículas que eu vejo porque a PEC do ex-presidente Terner já havia cortado verba da educação e o Bolsonaro continua com essa política. O que dizer de uma pessoa que acha que educação não é importante? Não sei o que responder (risos). A educação brasileira tem um nível de precarledade muito alto, e nos governos petistas tivemos um avanço em investimento, em educação, projetos maravilhosos como o Gâncias sem Fronteira, o ProUni, e o FIES que beneficiou tanto a população brasileira. Não foram suficientes, sabemos, porque são projetos que tinham seus limites, mas havia essa construção e perspectivas de melhorar a educação e a escola pública cada vez mais, de investimentos em formação de professores, e agora tudo isso se estancou. E não existe uma perspectiva. Esse governo realmente não entende a importância da educação para o Brasil. Acho que o Bolsonaro nunca entrou numa escola pública, nunca viu o nível de precariedade de uma escola pública. Não, ele não é um homem letrado, então não me admira que ele não valorize a educação e não veja o porquê da necessidade de investimento em educação. Isso é um atraso. Acho que um dos golpes mais duros que a gente tomou, sem dúvida, foi na educação. É só através da educação que conseguimos construir alguma coisa, que conscientizamos as pessoas, e sem ela fica difficil.

Quem val ter que fazer a resistência hoje são os professores em manter seus conteúdos de História, Filosofia e Sociologia para não cairmos numa alienação como foi no período da ditadura quando essas matérias foram tiradas dos currículos por 40 anos, e sabemos ao impacto que isso teve na nossa sociedade. Então, para não cairmos no mesmo erro, agora a resistência tem que ser dos professores.

CRESS: Entra ano, sal ano, e os índices continuam apontando que a violência, inclusive os assassinatos, atinge muito mais, mas muito mais mesmo, as mulheres negras do que as brancas. É só racismo a causa ou essas mulheres vítimas de todo tipo de violência estão sendo excluídas de políticas universais e nada específicas? Qual é a sua visão desses números?

Sim, os números da violência contra as mulheres negras aumentaram. Vimos o ferninicídio diminuir entre mulheres brancas e aumentar entre mulheres negras. Eu atribuo isso a alguns fatores. Não só que estão matando mais, já que sabemos que a

violência aumentou muito, ainda mais agora que tamos um presidente que fomenta, que legitima discursos de violência. Mas temos mais pessoas conscientes também, mais mulheres se declarando negras, mais denúncias, mais compreensão do que é a violência contra mulher, mais compreensão do que é o feminicidio, então, atribuo esses números, esse aumento a todos esses fatores somados. Mas também é um fator importante a falta de políticas de proteção, de políticas de segurança para as mulheres que estão mais à margem, que são as mulheres negras que moram nas periferias.

Então, a falta de políticas públicas e de segurança, sem dúvida, pesam bastante nesses números e no aumento dos casos.

CRESS: O que há por trás do feminicidio? Puro ódio? E de onde vem esse ódio?

O que está atrás do feminicídio é o machismo, é o patriarcado, é a violência machista. É essa sociedade que se construiu achando que mulheres são menos gente, que negros são menos gente, que mulheres negras são menos gente ainda. É essa compreensão que faz e que autoriza que um outro Ser seja violado, violentado, morto, desvalorizado. O que está por trás do feminicídio é essa forma como a nossa sociedade se construiu colocando o homem branco como sujeito universal e o resto como sujeito particular que pode ser aviltado de todas as formas. É isso que está no inconsciente, no imaginário da sociedade que se desdobra e que culmina no feminicídio. Por isso é que predisamos passar por uma reeducação. Eu acho que a educação tem papel fundamental nesse processo. Quando falei sobre os conteúdos que foram retiradas dos currículos, são esses conteúdos, são esses ternas que ternos que discutir na escola, e em todo lugar que pudermos porque é só educação que tem o poder de transformar essa sociedade. Precisamos reeducar homens e mulheres. Eles precisam se reeducar na forma como se relacionam.

Eles precisam entender que são diferentes, porém iguais em direitos. Da mesma forma que brancos e negros precisam se reeducar e entender como se relacionar, como se relacionar em igualdade. A sociedade aprendeu a se relacionar de uma forma completamente desigual e violenta.

CRESS: As mudanças propostas na Previdência Social atingem sobretudo às mulheres. Na sua opinião, o que isso indica?

Todas as reformas e a da Previdência não seria diferente, atingem a população mais vulnerável, formada por mulheres, e mulheres negras. É um projeto político de não olhar para esses sujeitos que precisam ser amparados pelo Estado. É uma política de fechar os olhos para as desigualdades, para as diversidades. Então, a Previdência Social não é diferente das outras reformas; elas estão aliadas e são um projeto político, um projeto desse governo e por Isso não tem problema nenhum. Bolsonaro não está nem aí se as mulheres vão trabalhar mais, se as mulheres vão ser as mais prejudicadas, Isso não é uma questão para esse governo e para esse projeto político. É mais uma amostra da força do patriarcado nos oprimindo, é mais uma mostra da violência do patriarcado sobre nós, da estrutura que precisamos urgentemente transformar. Lembrando

que no Brasil quase não tem mulheres na política, e poucas ocupam espaços de decisão.

CRESS: O movimento feminista passou por várias fases. Qual é o entendimento que você tam dale hoje?

É, o movimento feminista passou por várias fases. Mulheres tendo que se entender como mulheres, e compreender essa coisa da dominação masculina... É uma construção muito linda que o movimento feminista está fazendo também, mas a visão que tenho dele hoje é o mesmo entendimento que tenho do movimento negro. Chegamos ao limite, mas qual é o

limite? Homens discutindo seus privilégios, a sua masculinidade, a sua masculinidade tóxica, homens aprendendo a se reeducar para. se relacionar com mulheres? Há um desaflo que eu acredito que o movimento feminista tem hole: invadir o espaço de poder e de decisão. Se não invadirmos esses espaços, não varnos ter muito mais para construir. Precisamos das mulheres nesses espaços para aprovar políticas, para criar projetos. Temos lutado com questões muito simbólicas. Hoje você pode falar "Nossa, as mulheres podem se candidatar e se eleger". Sim, podem, não é proibido, mas por vivermos nums sociedade que tem esse olhar de que as mulheres não deveriam estar nesses espaços, as pessoas não votam nelas. É difícil levarmos até o fim candidatura de mulheres. Então, eu acredito que precisamos aprovar cotas no Congresso Nacional, e na Cârnara de Mulheres. É isso que movimento feminista tem que fazer hoje, invadir o poder, os espaços políticos, senão, não avançamos mais.

CRESS: Numa breve avaliação, o futuro é de mais momentos de retrocesso ou de avanços? E em que mãos estão os avanços?

Eu costumo dizer que não tenho medo do que os homens fazem e que as mulheres também podem fazer.

Isso não me preocupa. Eu sei que podemos fazer muita coisa. que os homens fazem. O que me preocupa é o que nós mulheres podemos fazer, mas que não estamos fazendo. As políticas que podíamos estar pensando... Participei de um curso recentemente e del aula de 'História da política' para mulheres e conversava com elas sobre ter sido as mulheres que incluiram saúde pública no Brasil, por meio do SUS. Esse é um olhar nosso. É uma construção do movimento feminista, é um legado do feminismo para o nosso país. Então, o que mais poderíamos estar pensando, o que mais poderíamos estar fazendo? Essa falta, esse vácuo das mulheres decidindo, pensando e executando é que me assusta muito e se expressa na desigualdade que temos no país. Na desigualdade social, na desigualdade racial, um homem jamais vai olhar a sociedade da mesma forma que uma mulher, assim como uma pessoa branca Jamais val olhar a sociedade da mesma forma que uma pessoa negra. Um teórico que gosto muito, Boaventura Sousa Santos, diz que precisamos de uma 'Ecologia de saberes', ou sela, precisamos dos saberes das mulheres, dos saberes dos negros para construir um país em equidade. Sem isso, nosso país vai ser eternamente desigual. Para mim, esse é o nosso momento hoje, a construção do movimento feminista nos espaços de

poder, decisão e execução.

CRESS: Como é que você avalla o Projeto de Lei Anticrime, do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sério Moro, em relação ao Impacto que val provocar na periferia?

O projeto do Moro explicita esse momento que estamos vivendo, que é de um retrocesso gigantesco, de uma violência simbólica enorme, e de uma falta de preocupação com a população vulnerável. Com certeza, esse projeto aprofunda a violência

contra negros e sabemos que os negros e a população periférica são o alvo preferido do sistema penal brasileiro. Costumamos dizer que as cadeias são as novas senzalas. É o show dos horrores da desigualdade racial brasileira, da violência racista, do racismo institucional. Isso é explicitar a rescisão institucional no sistema penal brasileiro.

CRESS: Nesse processo de lutas e de conscientização, as/os assistentes sociais têm um papel relevante?

Acredito que elas/es estão no momento muito semelhante às/aos das/os professores, porque trabalham diretamente com a população marginalizada e vulnerável. As/os assistentes sociais compreendem e conseguem enxergar a necessidade das políticas públicas. Então, elas/es estão nesse lugar de fazer a defesa dos bens sociais, das conquistas sociais e implementá-las. Nesse momento de perda de direitos, de perda de conquistas sociais, as/os assistentas sociais estão no lugar muito semelhante ao das/os professoras/es, que é de fazer resistência, de fazer denúncia, de se agarrar naquilo que já foi conquistado para podermos continuar numa caminhada de avanço. Assistentes sociais têm o papel de amenizar sequelas desse sistema violento, burguês e capitalista em que vivernos.

Izabela Marinho

PRESIDENTA DA UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES

Aos 23 anos, Izabela Marinho é acadêmica de gestão pública no Instituto Federal do Paraná (IFPR), e eleita em 2017, presidenta da União Paranaense dos Estudantes (UPE), sendo a quarta mulher e a primeira negra a ocupar essa tarefa.

CRESS: O governo de Jair Bolsonaro se diz preocupado com os gastes com educação e os baixos índices de qualidade dos estudantes. Qual é a sua opinião sobre o ponto de vista do governo federal sobre a educação?

Claramente se vê que o governo

federal não conhece a realidade das escolas e universidades brasileiras. Quando se coloca o estudante num ambiente de educação de qualidade, numa sala de aula com cadeiras e material didático decentes, para que ele possa ter acesso ao ensino e à alimentação, isso já garante, não só a qualidade do que aprende, como também, o crescimento do país. Prova disso, foram os avanços em tecnologia que tivemos durante os governos Lula e Dilma. Quando se teve aumento nos investimentos na educação, descobriu-se o pré-sal, e houve avanços nas pesquisas de células troncos. Um exemplo muito daro do que acontece quando há investimentos, é o Maranhão, estado que investe cada vez mais não só na educação de base, mas também nos profissionais da educação, e em todo o sistema educacional. É esse investimento que garante a qualidade da educação. Então, esse posicionamento do presidente da República só prova que o governo federal não conhece a realidade dos estudantes brasileiros, jovens que só querem mais qualidade de ensino para garantir que o país cresça.

CRESS: As mulheres vítimas de seus ex e atuais companheiros não são apenas pobres ou ricas, negras ou brancas. Estudadas ou analfabetas. O feminicídio tem atingido todas, de uma forma geral. O machismo é a única explicação que vem à sua cabeça?

Machismo é um produto desse sistema de castas que precisa de um oprimido para que o opressor se dê bem. É necessária que haja uma mudança de cultura. Existem sim crimes em que a mulher é vítima apenas por ser mulher e somos nós que temos que mudar tudo isso. Então, as mudanças culturais é que podem contribuir para mudar essa situação.

CRESS: Diante da frequência dos casos, como o Estado deverla encarar os feminicídios, na sua opinião?

Por mais que façamos essa mudança de cultura, campanhas e mobilizações para que tudo isso se transforme, para que a sociedade mude, ainda sim, não podemos nos eximir da responsabilidade de que existe o feminicídio, e que é crime, e precisa ser tratado



como tal. É imprescindível, até para colibir essa prática, que se não for possível por meio da mudança de cultura, que seja através da lei para que as mulheres não morram mais todos os dias pelo simples fato de serem mulheres.

CRESS: Num Brasil machista, em tempos de muita violância e autoristarismo, como ter voz sendo mulher, negra e jovem?

Não é fácil. Primeiro que não é fácil se entender como mulher, se entender como negra, se entender como jovem e assumindo as responsabilidades que

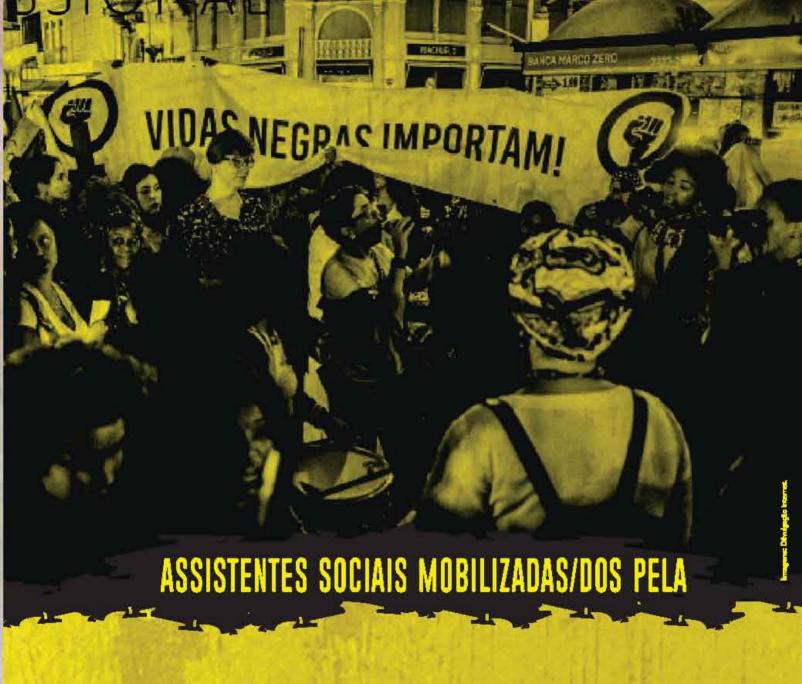
precisamos assumir perante à sociedade. E o universo onde ser mulher é ser menos que o homem, ser negra é ser menos que o branco, ser jovem é ser menos que uma pessoa mais velha, é multo difficil, principalmente tendo em vista o Congresso Nacional que ternos hoje, majoritariamente de homens, brancos e velhos. Então, são situações que fazem com que nos sintamos cada vez menos parte da sociedade. Se aquele é um espaço de representação da nossa sociedade, onde se decide como vamos viver, porque então ele não representa a galera que está aqui, pessoas como eu? Então, se passa muito isso. Até que nos entendamos, e nos reconheçamos no nosso papel, temos que percorrer um caminho muito longo. E aí, quando nos entendemos com esses papéis dentro dessas figuras, precisamos também assumir a responsabilidade de se utilizar dessas pautas e lutas. Nos sentimos com a responsabilidade de trayar batalhas para que violência como essas, violência de gênero, não ocorram mais e aí, temos que fazer com que cada dia da nossa vida seia dedicado a essa luta.

CRESS: As transformações pelas quais o país está passando podem e devem provocar uma nova forma de os movimentos feministas se organizarem?

Eu acho que não é nem que podem, elas já têm provocado. Acho que o movimento feminista é um movimento muito diverso dentro de si. Como militantes, temos maneiras muito diversas de pensar o que é o feminismo, como o movimento e as mulheres devem se organizar. Em outros momentos, já foi muito dificil construir uma pauta unitária, por exemplo, em torno do 8 de março com todos os movimentos feministas, mas temos conseguido fazer isso pelo menos nos últimos dois anos em Curitiba. E sempre foi uma dificuldade. Isso é uma prova de que a gente consegue se organizar e que essa provocação de que entender que nosso inimigo é outro e que ele tem nome e sobrenome, faz com que nos organizemos unitariamente na

luta e essa unidade de 'ninguém solta a mão de ninguém' vai garantir a nossa vitória.





IGUALDADE RACIAL

Em 1960, a cidade de Johanesburgo, na África do Sul, presenciou um ataque aos direitos humanos, que ficou conhecido como o Massacre de Sharpeville. O Día Internacional contra a Discriminação Racial foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória ao "Massacre de Shaperville", em 21 de março de 1960. Nesta data, aproximadamente 20 mil pessoas faziam um protesto contra ações do regime de apartheid.

Nesta data, aproximadamente vinte
mil pessoas protestavam contra a "lei do
passe". Esta lei obrigava os negros a andarem com identificações que limitavam os locals
por onde poderiam circular dentro da cidade. A

polícia abriu fogo contra a multidão, que estava desarmada, resultando em 69 mortos e 186 feridos.

Assim, o mês de março configura-se como um marco de luta internacional para manter a memória desta trágica violação dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, trata-se de uma data de fortalecimento das ações de combate ao racismo. Para a gestão do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-PR) o 2 l de março á um dia de intensificação da resistência e de visibilidade aos efeitos atuais do processo colonizador, da desigualdade histórica que atinga mais fortemente e verticalmente os países pobres e a população negra.

A luta é de combate ao poder dominante e imperialista, o que incorpora a defesa dos direitos.

É preciso, nesse sentido, eliminar toda e qualquer discriminação racial. No Brasil, vemos recorrentemente os direitos da população negra sendo negados e violados, ao mesmo tempo em que estamos envolvidos por um caldo histórico que parece não se lembrar que há pouco mais de 100 anos nossa sociedade era escravocrata. E a construção ética de nós, assistentes socials, passa também, por assumir esse histórico, reconhecer tais traços ainda presentes e lutar contra as múltiplas expressões do racismo estrutural.

Ainda nessa esteira de luta contra a desigualdade e violência racial, o mês de março também marca o um ano da execução de Marielle Franco, ex-vereadora do Rio de Janeiro (PSOL) que foi morta em 14 de março de 2018.

O preconceito e a discriminação são fatores que dão base para violênci-

as, extermínios e conflitos. A morte de Marielle escancara o caráter de exceção que estamos vivendo, a partir da instauração de um cenário de violência, criminalização e opressão de movimentos de resistência, quaisquer que sejam. E é especialmente a população negra e indígena a que mais sofre com essas políticas que acentuam a desigualdade racial, a exclusão do acesso aos bens, serviços, riqueza e poder, e o extermínio – tudo aquilo que Marielle lutava contra. A investigação do crime levou à prisão de dois suspeitos, mas, até agora, segue sem solução sobre quem é o mandante.

Assim, reafirmamos que Marielle está PRESENTE! Que sua morte afeta a democracia, sendo necessário saber quem mandou e porque mandou matar Marielle!

RETRATOS DAS/DOS NEGRAS/OS NO BRASIL

Um dos maiores desafios de combater o racismo no nosso país é seu caráter estrutural, normativo e naturalizado. Ou seja, as expressões do racismo se dão de forma dispersa, imbricada, em toda a nossa estrutura social. Isso equivale dizer que tal preconceito se estrutura nas relações, sejam elas profissionais, casuais, jurídicas, afetivas. No Brasil, o retrato da população que se autodeclara negra é cruel.

De acordo com o Atlas da Violência de 2017, de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no país, 71 são negras. No quesito educação, a variável cor da pele também influencia negativamen-

te. O Relatório das Desigualdades: Raça, Gênero e Classe, feito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, apontou que, em 2015, as pessoas que não tinha instrução educacional e se autodeclaravam brancas somavam 4% da população pesquisada; a população negra somava 9%. Já dentre aqueles que possuem Ensino Superior completo, a proporção é de 19% dentre os brancos, e 7%, dentre os negros. Quando se adiciona a variável renda, o cenário fica ainda mais esmagador para esta população.

DE CADA 100 PESSOAS QUE SOFREM Homicídio no país, 71 são negras

Também devido ao caráter estrutural, a intersecção raça e gênero aponta para dados preocupantes. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feito pelo IBGE, referente ao período de 1995 a 2015, a desigualdade de gênero é histórica e é exacerbada pela questão racial.

A pesquisa aponta que uma mulher recebe em média 30% a menos que um homem. Se essa mulher for negra, ela chega a receber 40% do salário de um homem branco. Outro fator apontado é o da precarização do trabalho, no qual se reconhece uma escalada de qualificação a partir de gênero e raça. De acordo com a Pnad, 39,08% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%).

UMA MULHER RECEBE EM MÉDIA 30% A MENOS QUE UM HOMEM. SE ESSA MULHER FOR NEGRA, ELA CHEGA A RECEBER 40% DO SALÁRIO DE UM HOMEM BRANCO.

A Unesco, responsável pela organização do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) de 2017, destacou que, além da má remuneração e qualidade dos postos de trabalho, as mulheres negras são aquelas mais sujeitas à violência. De acordo com o documento, mulheres negras entre 15 e 29 anos tem 2,2 mais chances de serem assassinadas no Brasil do que uma mulher branca da mesma idade. Numa conjuntura de redução de direitos e de desmonte de políticas de proteção social, tal realidade se agrava.

Sendo o racismo estrutural, cultural e institucional, ele é díretamente vinculado às lutas da classe trabalhadora, naquilo que tange, especialmente, os direitos humanos.



Compreendemos, nesse sentido, que a eliminação da discriminação racial depende de reformas que enfrentem, também, as desigualdades de gênero e de classe, a fim de uma mudança efetiva.

A Constituição Federal Brasileira, de 1988, baseada na dignidade humana, estabelece em seu artigo 5º, inciso XLII, que o racismo é considerado crime inafiancável. O Novo Código Penal estabelece o racismo como crime hediondo e prisão por preconceito racial. Entretanto, o racismo institucional e a ausência de políticas públicas inviabilizam, cotidianamente, a garantia de direitos e a proteção às pessoas e populações discriminadas. O Estatuto da Igualdade Racial (2010) estabelece como sendo discriminação racial ou étnico-racial, "toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condicões, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida publica ou privada" (BRASIL, 2010).

ASSITENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO



Com intenção de amplificar e fortalecer a luta conta o racismo, o conjunto CFESS-CRESS iniciou uma campanha com ações de combate ao racismo, no 47º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, que aconteceu em setembro de 2018, em Porto Alegre. A campanha "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo" consiste em uma série de atividades ligadas à desigualdade racial, enfocando o exercício da profissão para a garantia de acesso de todos os usuários aos serviços públicos, como educação, saúde, habitação e assistência social.

Um dos pilares da campanha é o site, que disponibiliza materiais publicitários formativos, com download gratuito, para serem utilizados em ações diretas, mídias sociais e outras iniciativas. O site tem cartazes, vídeos, estampas e logos. Além disso, o endereço traz relatos de experiências de assistentes sociais frente ao cotidiano combate ao racismo e registros de ações já realizadas pelo conjunto CFESS-CRESS.

No site da campanha, que pode ser acessado neste link https://servicosocialcontraracismo.com.br, você pode conhecer os relatos de outras/os assistentes e, também, babcar os materiais de divulgação.

Nosso Código de Ética traz como central a defesa intransigente dos direitos humanos, o favorecimento da equidade e justiça social e, principalmente, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, por meio de acões concretas nos espaços sócio ocupacionais. Este exercício depende de alianças com a população usuária dos serviços sociais e com as organizações e movimentos que lutam pela igualdade racial, na direção de uma sociedade emancipada, com efetiva liberdade de toda forma de desigualdade, exploração, opressão e discriminação de classe, gênero e raça/etnia.

A assistente social da Caritas (Regional Paraná), representante do CRESS-PR no Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do

Paraná e integrante do CT de Ética e Direitos Humanos, Juliana Mara da Silva acredita que a unificação e o debate são fundamentais para a luta pela igualdade racial. "É preciso uma categoria unificada e atuante nos espaços democráticos, que promova ações e debates junto à sociedade civil e aos órgãos públicos", defende.

Nesse sentido, a assistente social, graduada pela Universidade Federal Fluminense, aponta que o principal desafio é o trabalho em rede. "O assistente social não trabalha sozinho. Ele trabalha com profissionais diferentes, e mesmo dentro da categoria, há diferencas. Então, é preciso buscar um ponto em comum, à luz do nosso Código de Ética", explica. Para Juliana, o exercício da profissão preocupa-se com as expressões da questão social, de gênero e de raça, e a clareza sobre o código da profissão auxilia justamente a encarar estas expressões em meio à nossa sociedade patriarcal e conservadora, expandido o debate e as atuações.

COLETIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS/OS

O combate ao racismo é uma das bandeiras erguidas pelo Conjunto CFESS-CRESS. Nesse sentido, um grupo do CRESS-PR organizou-se por meio do Coletivo de Assistentes Sociais Negras e Negros. O grupo tem o desaflo de lidar com a descentralização dos participantes, que moram em diferentes regiões do estado, para traçar estratégias coletivas de atuação.

Uma das idealizadoras é Tatiana de Fátima Santos, Assistente Social formada pela Universidade Federal do Paraná. Conselheira CRESS-PR e participante da Comissão Permanente de Ética. Ela também atua no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e no Conselho Municipal de Promoção da

Igualdade Racial de Pontal do Paraná - cidade onde reside.

Tatiana defende que a ideia do Coletivo não é a de produzir uma separação no Conselho, mas assumir que, sendo o racismo estrutural e enraizado na nossa história, cada negro e negra reverbera isso em si mesma/o de uma forma diferente. "Não queremos separar, mas trocar, buscar ouvir outras vivências, conhecer nossa história. Muitas negras e negras não conhecem a própria história, não sabem como foi a escravidão. Não sabem que os escravos libertos não tinham dinheiro, por exemplo. Há também muitos que negam a própria história. Então, esse espaço do Coletivo pode servir para isso, também", explica Tatiana.

A conselheira defende ainda que o combate ao racismo é contínuo e que é muito importante que a gente fale e exponha sempre, afinal, ele existe cotidianamente e estruturalmente. Essa data, que diz da eliminação das desigualdades racial, é um ideal. "Ela mira para quando não precisarmos mais falar sobre o racismo. Mas não é o que temos agora. Na nossa atual conjuntura, com um presidente que nega o racismo, que diz que não escravizou ninguém e que não vê o porquê de políticas que bene-

ficiem os negros, a gente tem que abordar sim", defende.

A luta das/os assistentes sociais deve ser por conquistas direitos humanos e políticas públicas, o que intensifica nossas lutas históricas. Ao mesmo tempo, temos que combater o preconceito diário, enfrentar a discriminação e a desigualdade, avançar em estratégias de educação, cultura e direitos humanos, na busca incansável pela reparação de uma dívida histórica da colonização ainda presente.

O Coletivo pretende ainda mobilizar a categoria profissional a realizar rodas de conversas sobre a história e a cultura negra, a fim de reconhecimento das raízes e, a partir disso, criar coletivos regionais para disseminação e valorização da cultura negra. A ideia é resgatar a identidade e conscientizar as/os negras/os da importância de conhecer a própria história.

O Coletivo ainda está em construção, venha participar você também e contribua para a organização deste espaço de combate ao racismo e de luta pela igualdade racial!

DONA IVONE DE LARA, UM EXEMPLO A SER SEGUIDO

Conhecida como 'dama do samba',
Dona Ivone Lara foi uma das primeiras
assistentes sociais brasileiras e é uma
referência para o movimento negro no
Brasil. D. Ivone herdou o legado da
resistência das mulheres negras, pelo
samba, capoeira, danças e religiosidade de matriz africana, traços que aparecem em suas músicas, tendo sido uma das primeiras assistentes sociais negras do Brasil.

Ela atuou durantes anos como assistente social na Saúde Mental, tendo iniciado um trabalho inovador com as famílias e pacientes, aliando cuidado e arte. Dedicou-se a trabalhos em hospitais psiquiátricos, tendo atuado no Serviço Nacional de Doenças Mentais, com a psiquiatra Nise Silveira.

Além disso, ela atuou durante 30 anos no Instituto de Psiquiatria do Engenho de dentro, no Rio de Janeiro, desenvolvendo, junto de Nise Silveira um trabalho que revolucionou o atendimento psiquiátrico no Brasil.

Foto: Dona Ivone Lara numa roda de conversa com médicos no Hospital Engenho de Dentro, onde exerceu as profissões de enfermeira e assistente social, especialista em Terapia Ocupacional, tendo sido companheira de trabalho da doutora Nise da Silveira.

Dona Ivone faleceu em abril do ano passado, no Rio de Janeiro, com uma parada cardiorrespiratória, e deixou um valioso legado à Saúde Mental, ao Serviço Social e para os combates à desigualdade racial e outras opressões.

"Um sorriso negro, um abraço negro Traz....felicidade
Negro sem emprego, fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade
...Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
negro é...a solidão
Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino é amor

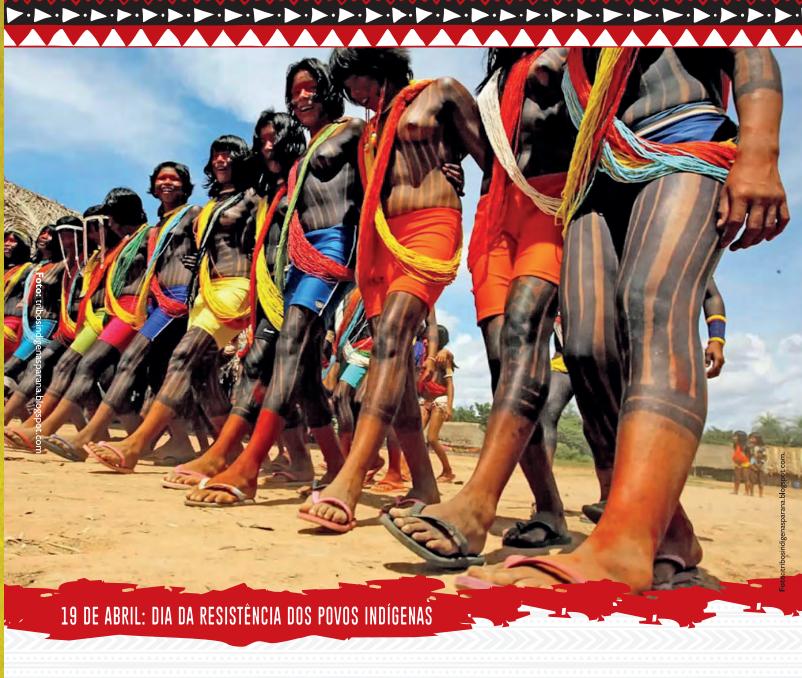
Negro também é saudade.. (um sorriso negro !)" Dona Inove Lara (1921-2018)

Fontes: https://www.youtube.com/watch?v=xVtowndTTiE http://www.letrasdemusicas.fm/dona-ivone-lara/lamento-do-negro









ASSISTENTES SOCIAIS PELO FORTALECIMENTO DAS LUTAS, DOS DIREITOS E DA DIVERSIDADE DOS POVOS INDÍGENAS

Os primeiros 100 dias de Jair Bolsonaro na Presidência da República, têm sido afirmados por lideranças indígenas e organizações em direitos humanos como a inauguração de um período de gestão racista que ataca direitos dos povos indígenas e intensifica o Estado penal, que recorre, inclusive, a aparatos policial militar para inibir a livre e legítima organização e manifestação. Nesse contexto de políticas, decisões e narrativas de ataque aberto, sem precedentes, contra os povos indígenas, o Serviço Social brasileiro tem se posicionado contra toda forma de explo-

ração, violência, extermínio, desigualdade e negação de direitos.

As organizações da profissão, além de denunciarem as violações de direitos e as implicações de uma cultura de ódio, têm disseminado a importância da resistência, do compromisso coletivo visando a preservação e valorização de culturas e de direitos. Uma estratégia importante neste processo é a visibilidade de insurgências, de modos de organizações, de projetos de coletivos e de sociedade, das percepções de sujeitos de direitos e atores significativos, para reforçar a esperança e intensificar possibilidades transformadoras de cenários e realidades. Daí a importância do protagonismo individual e coletivo em direitos humanos e Serviço Social.

O CRESS-PR entrevistou e contou com a colaboração do professor Wagner Roberto do Amaral, do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL); as mestrandas Jenifer Araújo Barroso Bilar e Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira; e Reginaldo Aparecido Alves, liderança indígena da Terra Indígena do Pinhalzinho, localizada no município de Tomazina-PR. O objetivo foi dialogar sobre a importância da cultura indígena, da inserção na universidade, especialmente, na produção de conhecimentos críticos e no fortalecimento da cultura e das lutas dos povos indígenas em tempos de retrocessos.

Ao mesmo tempo, tivemos como objetivo valorizar a atuação de assistentes sociais no exercício profissional, na pesquisa, na formação acadêmica e na militância, tendo como referência os compromissos e princípios do Código de Ética da/o Assistente Social.

De acordo com o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 305 povos indígenas diferentes, os quais falam 274 línguas e totalizam 897 mil pessoas (0,4% da população brasileira naquele ano). Tal pluralidade se apresenta em todos os estados do país. No Paraná, por exemplo, habitam três desses povos: Kaingang, Guarani e Xetá, que falam três línguas diferentes. Ao todo, são 25.915 pessoas, das quais 12.509 residem em terras indígenas demarcadas e em processo de estudo para demarcação, bem como em luta pela retomada de seus territórios tradicionais. Os demais indígenas residem na zona urbana, sendo que a migração forçada ocorre, geralmente, por trabalho, estudo, casamentos e por conflitos internos, de acordo com o pesquisador e professor da UEL, Wagner Roberto do Amaral.

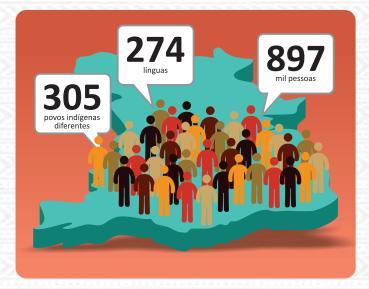
Um dos marcos da história dos povos indígenas do Brasil é o dia 19 de abril, criado pelo presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto-lei 5540 de 1943. A data segue uma recomendação do 1° Congresso Indigenista Interamericano, realizado em 1940, em Patzcuaro, no México, e que pretendia debater medidas de proteção ao indígena. Na ocasião, o Brasil não foi representado por um indígena, mas por Edgar Roquette-Pinto, antropólogo e etnólogo brasileiro.

Desde então, recorrentemente, o Dia do Índio é marcado por comemorações que priorizam o indígena folclórico, operando uma pasteurização étnica, da língua falada, das regiões e dos costumes. As representações folclóricas, também presentes nos livros didáticos escolares e na mídia, reforçam a imagem de um índio genérico, romantizado e dócil, esvaziado de sua diversidade étnica e ocultando os crimes de etnocídio cometidos contra eles no passado e no presente.

Tal folclorização nega as narrativas de luta e de resistência política dos povos indígenas na história do Brasil e na América Latina

E isso tudo o mantém em condição de invisibilidade e de subalternidade, posições que também exercem influência na criminalização dos movimentos sociais indígenas, na precarização de serviços básicos de educação e saúde, e fragiliza a luta pela demarcação dos territórios. Contudo, a partir dos processos de mobilização e organização política dos povos indígenas no Brasil, iniciados nos anos de 1970, contexto de ditadura de intensa violação de direitos e extermínio dos povos indígenas, o dia e a semana de comemoração do índio têm se tornado momento de memória e de fortalecimento da luta dos diferentes grupos étnicos indígenas que habitam o território brasileiro, afirmou o professor Wagner.

"A culminância dessas comemorações tem sido o Acampamento Terra Livre (ATL), estratégia desenvolvida pelas diversas organizações indígenas no Brasil e que ocupa a Esplanada dos Ministérios em Brasília, para onde se deslocam milhares de representantes indígenas (homens, mulheres, crianças, jovens, rezadores, lideranças, e professores indígenas). O espaço torna-se uma grande tenda onde ocorrem assembleias, momentos de formação política, danças, rezas, intercâmbios e interculturalidades diversas. É nesse espaço e nessa nova articulação indígena que se realizam manifestações políticas que reivindicam direitos constitucionais como: a demarcação dos territórios; melhores e mais adequadas condições para a saúde indígena; educação escolar indígena, educação superior indígena; assistência social; dentre outras pautas". (Wagner Roberto do Amaral).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

^V^V^V^V^V^V^V^V^V^V^V^V^V^V^V^V^V^V



Indígenas manifestando em Brasília. Foto: Agência Brasil.

Para Wagner do Amaral, o indígena é "o sujeito que tem pertencimento com um grupo étnico, ainda que viva na cidade. Ele tem vínculo afetivo, cultural, familiar com a terra, com a memória do seu povo", esclarece. Assim, o termo "indígena" é genérico, na visão de Wagner, pois para ser indígena é importante sempre nominar a qual povo pertence, se é Guarani, Kaingang, Xavante, Xokleng, Bororó ou Xetá, pois para ser, tem que se pertencer a um povo - o que revela uma resistência à generalização. Ele destaca, ainda, que os povos indígenas no Brasil ressignificaram o termo "índio" e "indígena", passando de uma expressão que os representava de forma genérica e idiotizada para uma categoria que expressa sua capacidade de articulação e suas bandeiras de luta, tais como: lutas indígenas, educação escolar indígena, saúde indígena, terras indígenas, dentre outras.

O risco de não olhar para a diversidade étnica, para suas diversas cosmologias, modos de ser e os múltiplos lugares ocupados pelos indígenas é o da manutenção das recorrentes comemorações no Dia do Índio, especialmente nas escolas, que não os representa como sujeitos de direito, saídos da aldeia, por exemplo, tomando lugar na universidade e, mantendo-se indígena.

Para a mestranda em Serviço Social e Política Social na UEL, Jenifer Araújo Barroso Bilar, "esse estereótipo se expressa pelo preconceito e desconhecimento do que são os indígenas. Se você der mais visibilidade, isso tende a diminuir".

Reginaldo Aparecido Alves, também entrevistado pelo CRESS-PR, é uma liderança indígena, e mora na Terra Indígena do Pinhalzinho, localizada no município de Tomazina, onde vive o povo Guarani Nhadewa. Ele atua no Conselho Municipal de Saúde de Tomazina e no Movimento Indígena Brasileiro e afirma que hoje a luta indígena é para garantir os direitos já conquistados.

Em seu ponto de vista crítico, o modo como o indígena é representado na sociedade é, "na maioria das vezes, feito apenas nas retomadas de terra, como baderneiros, ou em conflitos e em protestos".

Ele conta que na Terra Indígena de Pinhalzinho, o dia 19 de abril é denominado "Dia da Resistência Indígena" e eles preparam uma comemoração tradicional, com corridas de toras, contação de histórias, afirmando e fortalecendo a identidade e a cultura Guarani, principalmente para as crianças e os jovens da comunidade.

O INDÍGENA COMO EXPRESSÃO POLÍTICA E CULTURAL

Wagner Roberto do Amaral é doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná, professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL. Ele, pesquisador da questão indígena, compreende a realidade dos povos indígenas como expressão da questão social, interpretação crucial para o Serviço

Social. "O aspecto que marca hoje o indígena no Brasil é a luta pelo território. Índio é índio com terra, e o que vemos é que cada vez mais eles perderem seus territórios tradicionais para o capital, para o agronegócio, num processo marcado pela discriminação e invisibilidade".

O Brasil, segundo o pesquisador, é o país com a maior diver-

sidade étnica de população indígena no planeta. "O indígena é uma das faces da desigualdade e expressão histórica da questão social", afirmou.

O recente ingresso de estudantes indígenas na graduação, e a ainda mais incipiente entrada na pós-graduação, reposiciona esses sujeitos no Serviço Social: ele sai daquele lugar em que é apenas o público-alvo dos nossos atendimentos e passa a fazer parte da produção do conhecimento como pesquisadores, profissionais e intelectuais.

O vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, com oferta de vagas exclusivas para indígenas nas sete universidades estaduais, foi criado em 2002 e tornou o Paraná o estado pioneiro por ter essa modalidade, orientada pela Lei estadual nº 13.134/2001, alterada pela Lei estadual nº 14.995/2006, que garante seis vagas suplementares nas instituições. Mas destinar as vagas não garante a graduação em si. A população indígena que acessa as vagas na universidade, em qualquer curso, de qualquer área, está sujeita à evasão, muitas vezes, por dificuldades de permanência na instituição, seja pelas dificuldades de deslocamento diário das aldeias para a universidade ou pela residência nas cidades, pelos preconceitos cotidianos por eles vivenciados com colegas de turma, professores e demais atores da comunidade acadêmica, pelas fragilidades na sua escolarização básica, pela ausência de acompanhamento pedagógico, dentre outros motivos.

Contudo, a universidade também representa o espaço de afirmação e de fortalecimento de suas identidades como sujeitos representantes de suas comunidades e de seus povos, na perspectiva, inclusive, de ruptura dos padrões hegemônicos. A universidade possibilita o intercâmbio de experiências, a construção de redes de solidariedade e companheirismo, a articulação de suas lutas e produção de conhecimentos acadêmicos, no diálogo com os conhecimentos tradicionais de seus povos.

O Paraná, além de ser pioneiro no país na garantia de vagas suplementares específicas para os povos indígenas, é o único estado da Federação que possui uma política estadual de educação



Fonte: Comissão Universidade para os Índios (CUIA) da UEL



Fonte: Comissão Universidade para os Índios (CUIA) da UEL

superior indígena que garante o ingresso por meio de vestibular específico, com concessão de auxílio-permanência para os estudantes indígenas e a co-gestão desta política por meio da Comissão Universidade para os Índios (CUIA) - comissão composta por representantes destas instituições de ensino superior que possibilita a articulação permanente das sete universidades estaduais e da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Wagner Amaral destaca, também, a experiência que a UEL vem desenvolvendo desde o ano de 2014, chamada de Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica de Estudantes Indígenas. Tal experiência consiste num curso de graduação de um ano em que os seis estudantes indígenas ingressantes anualmente na UEL permanecem juntos, em uma mesma sala, todas as noites, retomando conteúdos significativos do ensino médio mediados por eixos temáticos como: Terra e Identidade, Saúde e Ciências, Cidadania e Sustentabilidade, e Cotidiano Acadêmico.

Ao longo desse ano de formação, as/os estudantes passam a conhecer a universidade, a apreender a lógica e os códigos acadêmicos, bem como a debater sobre temas afetos às identidades indígenas, às narrativas de resistência, no sentido de fortalecer sua identidade como indígena e acadêmico. Nesse processo, amadurecem também a escolha do curso de graduação desejado, assistindo a aulas, dialogando com estudantes e professores desses cursos, compreendendo sua proposta curricular e as dinâmicas das aulas. De acordo com o professor da instituição, "os estudantes indígenas do Ciclo Intercultural, ao iniciarem o curso de graduação escolhido, são calouros nesse curso, mas veteranos na universidade, passando a orientar seus colegas calouros sobre como funciona a UEL, como se pesquisa, se elabora e se apresenta um trabalho acadêmico, se afirmando como sujeito indígena e não tendo receio de se apresentar assim".

Além disso, Wagner Roberto do Amaral destaca que o protagonismo dos estudantes indígenas na UEL vem se consolidando a cada ano por meio da constituição de seus coletivos estudantis e da sua participação como bolsistas em projetos de pesquisa e de extensão.

POVOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE:

INTERCULTURALIDADE, PRODUÇÃO, CONHECIMENTO E PROTAGONISMO

A formação na graduação em Serviço Social, nos níveis de ensino, pesquisa e extensão, tem vínculos e propostas diferen-

tes para a questão indígena. De acordo com Wagner Amaral, ainda não há temáticas específicas sobre a questão indígena na matriz curricular do curso, mas na pesquisa e na extensão, ações que dependem mais do interesse do docente, e que também lhe dão maior autonomia. "Aqui na UEL, sou o único do departamento que pesquisa o tema. Desde o doutorado,



Fonte: Comissão Universidade para os Índios (CUIA) da UEL.

pesquiso as trajetórias dos acadêmicos e dos profissionais indígenas nas universidades, buscando compreender os dilemas e

os desafios da formação acadêmica e da atuação profissional. Temos 73 indígenas graduados em diferentes cursos de graduação pelas universidades estaduais do Paraná, sendo assistentes sociais, médicos, dentistas, advogados, professores, enfermeiros indígenas, dentre outros profissionais", diz. O professor também pesquisa as memórias da resistência do povo Avá-Guarani, que habita a região oeste do estado, projeto financiado pela Capes.

Na extensão universitária, Amaral

desenvolve um projeto voltado à educação escolar indígena. "O objetivo é contribuir para formar professores e gestores indí-

genas em escolas indígenas para elaborarem currículos e calendários escolares específicos, para lidarem com a burocracia na gestão dos recursos públicos, para se articularem como uma rede de educadores indígenas nas diferentes comunidades indígenas no Paraná. A meta é contribuir para que eles possam, progressivamente, assumir a direção das escolas indígenas, conforme prevê a legislação dessa



Fonte: Comissão Universidade para os Índios (CUIA) da UEL.

área no Brasil", explicou. Na atual fase, o projeto capacita professores e lideranças indígenas e estudantes indígenas do ensino

> médio para trabalhar a linguagem audiovisual na perspectiva da escola indígena que desejam.

> Wagner destaca a necessidade e a importância de pautar e ampliar essa temática junto à categoria profissional no Paraná e no Brasil, por meio do CFESS e dos CRESS, bem como junto a organizações importantes como a ABEPSS e a ENESSO. Ele entende como fundamental mapear as/os assistentes sociais indígenas no território nacional, assim

como as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão acerca da temática indígena no país, na perspectiva de constituir uma rede

de pesquisadores indígenas e não indígenas.

Dentro do Programa de Pós-Graduação no qual Wagner é professor, a pesquisadora Jenifer Bilar está desenvolvendo o mestrado. Ela pesquisa a trajetória profissional (formação e atuação) de indígenas graduados em Serviço Social nas universidades públicas do Paraná. Foram identificadas/os seis profissionais, as/os quais ingressaram por meio

de vagas suplementares do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná e se formaram. As/os profissionais estão distribuídas/os

> em todo o estado, alguns atuando na área, outras/os não. Um perfil mais detalhado deve ser publicado pela pesquisadora até o final do ano, quando ela defende sua dissertação de mestrado.

> Jenifer, que também é graduada em Serviço Social, explica que a pesquisa científica da área "precisa se aproximar mais do indígena como uma expressão da questão social, pois ainda são poucas e pontuais as



Fonte: Comissão Universidade para os Índios (CUIA) da UEL.

pesquisas sobre essa/e profissional. Há mais projetos ligados à educação escolar indígena, muitos derivados das pesquisas desenvolvidas pelo professor Wagner", explica.

Para a pesquisadora, a área pode contribuir também com apoio, dentro do curso, como forma de manter o estudante na graduação. "Os indígenas ainda não têm visibilidade e não são enfocadas as políticas públicas voltadas à essa população. O risco disso é formar um profissional cuja atuação seja fragilizada, porque não se abordou da melhor forma o papel e a importância do sujeito indígena durante a formação acadêmica", apontou.

Um exemplo é a ampliação das discussões sobre a violação dos direitos humanos da população indígena, com objetivo de formar um olhar crítico (para indígenas e não indígenas) e explicitar a necessidade de luta e resistência.

A assistente social Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira faz mestrado no mesmo programa de pós-graduação que Jenifer. Ela é a primeira indígena a entrar na pós-graduação na UEL e é uma das três indígenas graduadas em Serviço Social na instituição. Sua pesquisa é voltada para o estudo do protagonismo das mulheres da etnia Avá-Guarani, do oeste do Paraná e pretende descobrir como se dá esse protagonismo cotidiano, especialmente na relação conflituosa com os agricultores da região, nas relações de gênero e nos papéis ocupados nas lutas indígenas.

Gilza é da etnia Kaingang e diz ter encontrado na graduação em Serviço Social a força e acolhimento necessários para concluir o curso. "Quando eu tinha 18 anos, recém-saída da terra indígena, comecei a cursar Direito na UEL. Mas o curso tem uma linha bem diferente, é mais elitista e sempre estudei em escolas públicas, algumas dentro da aldeia", relatou.

No curso, concluído em 2016, a relação com os colegas, os professores e o colegiado foi mais possível. "O curso tinha mais pessoas da cidade [de Londrina] e menos gente que veio de fora só para estudar. Eram pessoas que trabalhavam o dia todo para estar ali. Mesmo com as particularidades, foi mais acolhedor, me fortaleceu. Consegui me formar, mesmo com dificuldades financeiras. Além disso, encontrei o professor Wagner, que já conhecia porque ele desenvolvia projetos na escola da minha aldeia", contou a assistente social.

Sua vanguarda como indígena na pós-gradua-





AVAVAVAVAVAVAVAVAVAVAVAVAVAVAVAVAVAVA

ção é um feito que ela credita justamente à abertura da área. "O Serviço Social tem uma produção de conhecimento a partir dos sujeitos na sociedade em que vivemos. Isso faz com que os indígenas sejam vistos como parte da sociedade, e não à margem", disse.

A entrada de Gilza na pós-graduação é um marco individual e coletivo. Ela se orgulha de si mesma pela conquista, mas sabe que sua comunidade compreende a conquista como um avanço para todos e todas dali. "O sistema é bruto e por muito tempo fez a gente acreditar que aqui não era nosso lugar. Por isso, é uma conquista de todos quando um entra na universidade ou na pós-graduação", afirmou.

Para a mestranda, a área ainda demonstra abertura por meio de iniciativas como grupos de pesquisa voltados à questão indígena e em grupos de trabalho de congressos da área. Após sua graduação, em 2016, participou como bolsista recém-formada do projeto de extensão coordenado pelo professor Amaral, financiado pelo Programa Universidade Sem Fronteiras. A assistente social relatou que foi emocionante desenvolver tais atividades na mesma escola que estudou quando pequena.

Saiba mais:

Artigo do Professor Doutor Wagner Roberto do Amaral e demais pesquisadores: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/20701/15767

Sobre o Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica de Estudantes Indígenas da UEL, confiram os vídeos de Auto-Biografia Étnico-Comunitária produzidos pelos estudantes indígenas: https://www.youtube.com/results?search_query=cuia+uel

Outros artigos para consulta:

AMARAL, Wagner R.; FRAGA, Letícia; RODRI-GUES, Isabel C.; (org). **Universidade para indígenas: a experiência do Paraná**. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016.

LUCIANO. Gersem dos S. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Os povos indígenas de todo o Brasil encerraram o #JaneiroVermelho – Sangue Indígena, Nenhuma Gota a Mais, após

uma série de ações em todo Brasil, cujo objetivo era denunciar a crescente ameaça que os povos originários e seus territórios têm sofrido, bem como os retrocessos impostos pelo Estado brasileiro, no contexto de ampliação das violências, de retrocessos nos direitos conquistados.

As organizações indígenas e indigenistas têm demostrado preocupação com as declarações de autoridades do governo federal, absolutamente contrárias aos direitos dos

povos indígenas e demais povos tradicionais. Já no primeiro dia de governo, o presidente assinou a Medida Provisória (MP) nº 870, que transfere para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a atribuição de identificar, demarcar e registrar as terras indígenas (TIs), promovendo o esvaziamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro.

A Medida Provisória nº 870/2019 estabelece que compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), atividades de identificação, delimitação, demarcação e registro de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas. Tal definição fragiliza os direitos de povos indígenas, especialmente no cenário atual de fortalecimento dos interesses do agronegócio e de narrativas que potencializam conflitos.

Diversas comunidades estão sendo invadidas e atacadas de forma violenta, em flagrante violação aos direitos de posse e usufruto exclusivo das terras indígenas por parte dos povos indígenas. Tal realidade não está na agenda do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, responsável pela FUNAI, absolutamente fragilizado no reordenamento institucional do governo federal.

A demarcação de terras indígenas é parte fundamental da luta histórica dos povos originários. Expressa a garantia de proteção às florestas, à biodiversidade e aos demais bens naturais protegidos por esses povos.

Trata-se, igualmente, da possibilidade concreta e de direito, de reprodução física e cultural dos povos e comunidades indígenas, conforme assegura a Constituição Federal de 1988. O descumprimento dos objetivos do Estado Democrático

de Direito e o desrespeito aos direitos constitucionais desses povos, estão relacionados a investidas de interesses como o desmatamento; a invasão de áreas protegidas, o trabalho escravo; a extração ilegal de madeira, a atividade de mineradoras; a destruição da biodiversidade; os conflitos fundiários; a imposição de um padrão hegemônico de sociedade, resultando, inclusive, na morte de muitas lideranças e defensores de direitos do meio ambiente e das causas indígenas.



Sônia Guajaja da Articulação Nacional dos Povos Indígenas. Crédito: Kamikia Kisedje

Confira a análise jurídica sobre a MP 870/19, formulada pelo Ministério Público do Estado do Pará: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mp-870-e--os-povos-indigenas.pdf

Acompanhe os movimentos e organizações dos povos indígenas:

https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/ https://pib.socioambiental.org/pt/Organiza%C3%A7%-C3%B5es ind%C3%ADgenas



Texto: Wagner Roberto do Amaral (UEL).
Comissão de Comunicação CRESS-PR:
Jucimeri Silveira e Tamires de Oliveira.
Assessoria de Comunicação:
Agência Três Criativos.







O SUS PERTENCE AO POVO!

ASSISTENTES SOCIAIS EM DEFESA DO DIREITO À SAÚDE PÚBLICA E UNIVERSAL!

A Câmara Temática (CT) de Saúde do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná (CRESS-PR) tem uma trajetória importante na afirmação do conceito amplo de Seguridade Social, contribuindo para a interlocução das/os assistentes sociais de base, com as gestões do CRESS-PR, organizações e movimentos sociais, na perspectiva da proteção dos direitos sociais, sobretudo da saúde pública no Estado do Paraná. Reúne profissionais de referência que trabalham nas áreas de saúde de Atenção Básica, Saúde Mental, Saúde da/o Trabalhadora/or, assim como na formação em Residência Multiprofissional, com inserção nos Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos e movimentos populares em defesa da saúde pública, universal e de qualidade.

A CT Saúde tem como objetivo aprofundar os debates sobre a política de saúde, sua organização, financiamento, controle social e espaços de mobilização popular como as Frentes e Fóruns de Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). Tem como função, em interface com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), realizar estudos, pesquisas, debates, trocas de experiências para subsidiar a elaboração de orientações à categoria profissional. Representar o CRESS-PR nos Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos, nas Frentes e Fóruns de Defesa da Seguridade Social e demais políticas públicas com posicionamento intransigente em defesa da universalidade de acesso às políticas sociais e direitos humanos. Com este compromisso, a CT Saúde

apresenta o CRESS em Movimento Especial da Saúde, com vários textos elaborados por membros da Comissão e que expressam um conjunto de discussões acerca da política de saúde e o trabalho da/o assistente social neste que tem sido um campo privilegiado de inserção profissional.

Em tempo de retrocessos dos direitos sociais, o material não tem a pretensão de esgotar o debate, mas de demarcar um posicionamento ético e político acerca da defesa da saúde pública, democrática e universal, assim como contribuir com subsídios para o exercício profissional.

A expectativa é de que as/os assistentes sociais se identifiquem com o conteúdo produzido e que intensifiquem as ações em defesa do SUS e por melhores condições de trabalho na saúde, na perspectiva de responsabilização do Estado na condução das políticas sociais e contra as diversas modalidades de privatização da saúde, em articulação com os Fóruns e a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.

O SUS pertence ao Povo! Assistentes Sociais em defesa do Direito à Saúde Pública e Universal!

Câmara Temática de Saúde do CRESS-PR





CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TEMPOS DE RETROCESSOS:

a contribuição das/os Assistentes Sociais



Jucimeri Isolda Silveira Conselheira do CRESS-PR; Conselheira do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná; Professora da PUCPR

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é fruto de ampla mobilização social pelos direitos humanos das infâncias. Resulta do processo de construção do Estado Democrático de Direito, ameaçado no contexto de inviabilização de sistemas públicos estatais, notadamente Educação, Saúde, e Assistência Social. Ao mesmo tempo, o congelamento dos gastos sociais por meio da Emenda Constitucional nº 96/16 e as contrarreformas trabalhista e previdenciária, impactam na vida de crianças, adolescentes e jovens que residem em territórios mais desiguais e vulneráveis.

Por meio do ECA, crianças e adolescentes passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, sendo que estes são orientados pelo princípio constitucional da prioridade absoluta. Previsão legal que estabelece a primazia do Estado na garantia de condições políticas e institucionais para a materialização dos direitos humanos.

Conquistas importantes, como o acesso universal ao ensino fundamental, a redução da pobreza e da fome; a criação de mecanismos protetivos; acesso à saúde e redução da mortalidade infantil; entre outros avanços, mas que estão ameaçados e passam a compor, novamente, a agenda de lutas sociais.

O relatório "Child Rights Now: Análises da Situação dos Direitos da Criança" compara tópicos relacionados aos direitos de crianças e adolescentes a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU para 2030, com dados desde 1990, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado. O documento revela uma tendência de retrocesso desde 2015, no caso do Brasil, com relação aos direitos de crianças e adolescentes. Dentre os retrocessos destacam-se as seguintes violações: acesso à educação de qualidade; convivência familiar; desigualdades, abusos e violências de gênero; e extermínio de adolescentes e jovens negros.

O cenário apresentado é alarmante já que 33 milhões (61% do total) de crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza ou em privação de ao menos um direito humano, segundo a UNICEF.

Quanto à dimensão da pobreza e desigualdade, o Brasil diminuiu o índice de pobreza extrema de 25,5% para 3,5% entre 1990 e 2012. Entretanto, entre 2014 e 2017, esse número dobrou de 5,2 milhões para 11,8 milhões.

O Relatório revela o drama dos efeitos da desigualdade de renda e de gênero, quanto aos cuidados exercidos pelas mães. Afirma que as crianças vindas de famílias extremamente pobres, na maioria negras e periféricas, monoparentais, são filhos e filhas de famílias chefiadas, em sua maioria, por mulheres que assumem a responsabilidade de cuidar das/os filhas/os. Realidade que se agrava diante do processo de aprofundamento da questão social. Outros efeitos são perceptíveis no cotidiano de trabalho de assistentes sociais: acolhimentos institucionais; ausência e insuficiência de políticas sociais que deveriam ser universalizadas a partir do pacto federativo.

No que tange os jovens negros, eles constituem 77% do número de adolescentes que cumprem medidas de privação e restrição de liberdade no Brasil. No geral, a soma de adolescentes presos aumentou 58,6% nos últimos seis anos, dado obtido em uma pesquisa do levantamento anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo de 2018.

A partir do ECA, que completa 29 anos, uma série de legislações sociais regulam processos que buscam prevenir violações; garantir atenção e proteção; viabilizar a convivência familiar; entre outros direitos. Dentre as legislações, uma das mais recentes está na agenda e tem demandado amplo debate: a Lei nº 13.431/17 que "Estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência". Tal legislação estabelece a necessidade de profundo aprimoramento das ações integradas do SGD, especialmente quanto à

relação entre Sistema de Justiça e políticas sociais. Entretanto, sobressai o desafio da estruturação e redes locais que viabilizem acessos universais e integralizados.

A atuação na área da infância requer a compreensão da transversalidade dos direitos humanos nas políticas públicas, bem como da importância dos processos participativos, tanto em espaços institucionalizados, como os conselhos, quanto em redes e estratégias de organização sócio-política. Por isso, é fundamental partir de uma concepção contemporânea de direitos humanos, baseada nos princípios da universalidade, da integralidade, da indivisibilidade e da interdependência.

A compreensão de que os direitos humanos são socialmente construídos e que fazem parte das grandes conquistas, nos contextos de lutas sociais, contra os arbítrios e autoritarismos do Estado e das instituições, é base elementar da educação para a cidadania e das formas de resistência e incidência política, particularmente na formulação de políticas públicas para infâncias e juventudes. Direitos, nesse sentido, não são outorgas ou concessões do Estado. Os direitos resultam das relações em sociedade, dos processos de conquistas democráticas.

Neste CRESS em Movimento Especial, Assistentes Sociais inseridas/os em diferentes espaços de atuação profissional, posicionam desafios centrais na reafirmação da democracia e dos direitos de crianças e adolescentes.

Assistentes Sociais dão uma contribuição importante em defesa dos direitos de crianças, adolescentes, jovens e de suas famílias, no combate às violências e desigualdade! Assistentes Sociais atuam a partir dos princípios ético-políticos, o que nos impõe o desafio de educar em direitos humanos, diante da conjuntura de grave ameaça aos direitos e à democracia, de cultura do ódio e da violência; realizar estudos e pesquisas sociais, diagnósticos territoriais; incidir no ciclo das políticas públicas para incorporação de demandas em direitos; adotar estratégias político-pedagógicas que favoreçam a autonomia e a plena expansão dos sujeitos de direitos; formular políticas públicas, programas e projetos sociais que materializem direitos; fortalecer as lutas sociais e formas de organização da sociedade civil, especialmente aquelas cuja função é construir uma esfera pública de direitos na direção da emancipatória.

No ano em que se comemora 29 anos do ECA, iniciativas governamentais revelam a face do Estado penal e neoliberal. Alguns retrocessos podem ser destacados: redução de recursos para educação; flexibilização do uso de armas; avanço da militarização das escolas; aumento da violência, da pobreza e do aprofundamento da desigualdade; fechamento de Conselhos e Comissões, como a de erradicação do trabalho infantil; reforma da Previdência Social e redução de recursos para políticas sociais.

É neste cenário que muitas organizações da sociedade civil e órgãos de defesa dos direitos, têm fortalecido suas ações. Uma resistência que conta com o protagonismo de assistentes sociais no Sistema de Justiça (Ministério Público; Defensoria Pública e Tribunal de Justiça) e Segurança Pública; nas políticas sociais, nos CRAS, CREAS e Acolhimentos; nas Unidades de Saúde; em funções de gestão; em entidades e projetos sociais; em empresas; Universidades; entre outros espaços. Uma contribuição cotidiana que expressa o compromisso coletivo com a retomada de avanços e a consolidação dos direitos das infâncias e juventudes.

Confira e compartilhe!

REFERÊNCIAS

Relatório de Progresso dos Direitos das Crianças no Brasil. https://www.migalhas.com.br/arquivos/2019/7/art20190710-09.pdf

CONFIRA TAMBÉM:

Observatório Criança: https://observatoriocrianca.org.br/ Cadê Paraná: http://www.cadeparana.org.br/

VICLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

DESAFIOS NO FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS NO PARANÁ

Entre 2011 e 2017, foram registrados na Rede Pública de Saúde 184.524 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, conforme o boletim Análise Epidemiológica da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil (2018).

Destaca-se também, que no Sistema de Saúde são registrados dados estarrecedores sobre o fenômeno dos estupros no país. Dos casos de violência sexual, 68% das vítimas são crianças e adolescentes, sendo

Denise Colin Diretora de planejamento e gestão do Ministério Público do Paraná e professora PUC-PR

que quase um terço dos agressores das crianças são amigos e conhecidos da vítima e outros 30% são familiares mais próximos como pais, mães, padrastos e irmãos, de acordo com o Atlas da Violência 2018 (IPEA/FBSP).

Ao mesmo tempo, a conjuntura de difusão do ódio e da violência afeta o conjunto da sociedade especialmente as crianças, a exemplo do decreto que flexibiliza o porte de arma. Diz o parágrafo 6º do artigo 36 do Decreto 9.785 assinado pelo presidente Jair Bolsonaro: "A prática de tiro desportivo por menores de 18 anos de idade será previamente autorizada por um dos seus responsáveis legais, deverá se restringir tão somente aos locais autorizados pelo Comando do Exército e será utilizada arma de fogo da agremiação ou do responsável quando por este estiver acompanhado". Se o decreto permanecer, as violências vão aumentar de forma dramática em todos os âmbitos, especialmente nas famílias e escolas.

A violência letal contra jovens vem se agravando a cada ano. Dados de 2016 mostram que os homicídios respondem por 56% da causa de óbitos de homens entre 15 e 19 anos. "(...) a desigualdade das mortes violentas por raça/cor, que veio se acentuando nos últimos 10 anos, quando a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%, ao passo que a taxa de vitimização da população negra aumentou 23%". Atlas da Violência 2018 (IPEA /FBSP).

É um desafio implementar um conjunto de dispositivos que previnam violências, protejam crianças, assim como garantam a devida responsabilização, considerando o que preconiza o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítimas ou testemunhas de violência (Lei 13.431/2017). A diretora de planejamento e gestão do Ministério Público do Paraná, Denise Colin, ex-secretária Nacional de Assistência Social do governo de Dilma Rousseff, e professora na PUC-PR, afirma que os desafios são de diversas ordens, porque a lei é muito recente e requer uma atuação bastante diferenciada de todos os órgãos que compõem o Sistema de Justiça, de forma bastante alinhada com a rede de proteção e com o SGD.

Segundo ela, a legislação prevê desde a primeira abordagem interventiva, quando do relato espontâneo, até o procedimento de investigação e responsabilização, bem como o atendimento qualificado do caso. "A finalidade última é sempre resguardar o direito à proteção integral da criança e da/o adolescente, evitando a revitimização.

A assistente social conta que, nesse sentido, foi constituído grupo de trabalho composto pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública e OAB, que redigiram um protocolo contendo as atribuições de cada órgão e o respectivo fluxo de atendimento.

Cabe ressaltar que o Tribunal de Justiça do Paraná está convocando equipes técnicas do último concurso, integradas por assistentes sociais e psicólogas/os, para atuar na área em comarcas do interior do estado que não contam ainda com essas/ es profissionais.

O CRESS-PR tem acompanhado a implementação da Lei 13.431/2017, e a partir dos trabalhos do GT Requisições do Sistema de Justiça e Órgãos de Defesa de Direitos, posicionando e

sugerindo medidas que fortaleçam o SGD, estabeleça responsabilidades e condições para o exercício profissional.

Denise Colin aponta outro desafio, o que se refere à articulação com a rede de proteção e prestadora de serviços. Ou seja, tanto no que tange à capacitação para a escuta qualificada, a qual está sendo discutida em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca). "E ainda no tocante aos aspectos de prevenção que devem ser abordados. Quanto na relação a ser estabelecida com os Sistemas de Justica, particularmente

preservando as competências e atribuições de cada instituição", destaca a diretora de planejamento e gestão do MPPR.

Para a conselheira do Cedca/PR, em Londrina, Alexandra Alves, há um fator que ameaça ainda mais a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Segundo ela, estamos vivendo um momento de completa banalização dos direitos (como se os mesmos fossem *benesses* aos destinatários). "Falar e atuar em defesa de direitos no contexto atual é ser "rotulado" de propa-

gar ideologia partidária e com isso, sob a mesma argumentação, governos desconstroem e desmobilizam o que foi sendo construído até o momento".

Na opinião da assistente social, criança/adolescente nunca foi de fato prioridade absoluta em nenhuma pauta governamental em nenhuma esfera de governo, porém "agora nós, atores do SGD enfrentamos a dificuldade da desqualificação de nossas ações e a desmobilização de espaços importantes de de-

fesas de direitos e articulação", constata.

Um fato sobre o narrado acima é o decreto federal 9.759/2019, que fragiliza a participação social via conselhos e colegiados de modo geral.

Para Denise Colin, do MPPR, vale ressaltar o distinto papel desempenhado pelas/os assistentes sociais quando em atuação nos órgãos correspondentes: Tribunal de Justiça; Ministério Público; Defensoria Pública; serviços das políticas de educação; assistência social e saúde.

Ao longo do ano, assistentes sociais em todo o Brasil e municípios do Paraná promo-

vem ações preventivas e de educação em direitos humanos, de combate à violência e à exploração sexual contra crianças e adolescentes, um compromisso nacional e internacional em direitos humanos. Daí a importância de projetos que potencializem as redes de proteção de crianças e adolescentes.

Lei do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm



TRABALHO INFANTIL:

DESAFIO NA DEFESA DE DIREITOS E NO TRABALHO PROFISSIONAL

O direito de brincar é reconhecido internacionalmente desde 1959 na Declaração Universal dos Direitos da Criança, que o prevê como uma vertente do direito à liberdade de meninos e meninas.



*Alexandra Alves*Conselheira do Cedca-PR

Muitas crianças e adolescentes são submetidos à situação de trabalho infantil e pobreza, o que compromete, sobremaneira, o

pleno desenvolvimento. Diversas razões são apresentadas para justificar o injustificável: "É melhor trabalhar do que roubar ou ficar na rua" ou ainda, "Trabalhar não tira pedaço de ninguém".

Na atual conjuntura, o tema do trabalho infantil volta a ter centralidade, seja pelo aumento da pobreza e outras violações de direitos, ou por narrativas conservadoras, difundidas pelo presidente Bolsonaro, que defende o indefensável, como forma de ocultar a ausência do Estado.

A naturalização do trabalho infantil está sustentada em mitos passados de geração em geração e que destroem sonhos e expectativas, mas que segundo a conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca/PR), em Londrina, Alexandra Alves, são considerados aspectos positivos do trabalho infantil. "Infelizmente, nesse processo de retrocesso, a sociedade cada vez mais levada por um discurso de senso comum, acreditará que crianças e adolescentes devem trabalhar o quanto antes e que mesmo em um processo de exploração e supressão de outros direitos será benéfico", afirma.

Com relação aos impactos do encerramento da comissão de

enfrentamento do trabalho infantil e da Emenda Constitucional nº 95, que congela recursos por 20 anos, a conselheira considera que é a desmobilização de um importante espaço de discussão e proposição de ações de enfrentamento à temática. A EC 95 é o "retrato" do modelo de gestão adotado nos últimos anos. "Pela via democrática, o governo federal se utiliza de mecanismos "legais" para se isentar de investir em políticas públicas e promover a proteção e a garantia de direitos da população, em especial as que pertencem às camadas mais

vulneráveis". Segundo Alexandra Alves, mais uma vez direito fundamental e social "são vistos como benesses e não como garantias constitucionais da/o cidadã/ão, e na lógica do mercado, são as/os primeiras/os a serem impactadas/os, desta forma, como em tese não poderia haver supressão de diretos fundamentais, o governo, pela via legal, limita sua atuação e se exime de prestar garantias que lhe são devidas".

A assistente social aponta ainda como desafios no enfrentamento do trabalho infantil, a fragilidade das ações no âmbito das políticas públicas em relação a essa temática. "Estamos vivenciado diariamente a desmobilização do Programa de Aprendizagem Profissional, que é hoje uma das mais importantes estratégias de erradicação do trabalho infantil. A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti) está no rol dos colegiados a serem extintos pelo Decreto 9759/19", aponta Alexandra Alves.

Na visão da diretora de planejamento e gestão do Ministério Público do Paraná, Denise Colin, os principais desafios para enfrentamento ao trabalho infantil são: a identificação das situações que se caracterizam como trabalho infantil, porque muitas delas são entendidas como normais e parte da formação do indivíduo, tais como o doméstico, e no meio rural, etc; o aliciamento para atuação em ações ilícitas, como tráfico de drogas, trabalho escravo, exploração sexual, etc; a fragilidade dos dados que indicam a ocorrência de trabalho infantil; e por fim, a precariedade no monitoramento e acompanhamento dos casos.

Colin aponta a necessidade de articulação interinstitucional para execução do programa de erradicação do trabalho infantil, coordenado pela política de assistência social, por eixos (prevenção,

comunicação, atendimento, responsabilização e monitoramento). Segundo ela, o programa deve ser discutido em cada município e região, e deverá contar com o envolvimento de várias áreas de políticas públicas como saúde, educação, trabalho, esporte; organizações da sociedade civil; órgãos do Sistema de Justiça, etc.

Cabe aos pais e ao Estado, e não às crianças e às/aos adolescentes, suprirem as necessidades das famílias.



É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e à/ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las/os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL. Art. 227, Constituição, 1988).

A Carta Magna Brasileira garante proteção à infância, e estatísticas confirmam que houve avanços importantes nesse direito social, acompanhando as mudanças internacionais, mas nem todas as crianças e adolescentes foram alcançadas/os da mesma forma. Apesar das quedas sucessivas na exploração do trabalho infantil, os índices mantém-se elevados, o que pode provocar um recuo nos avanços se não houver incremento das políticas sociais.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada em 2015 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta queda de quase 20% no número de crianças na faixa dos 5 a 15 anos em situação de trabalho. De 2,82 milhões em 2004 para 1,06 milhão em 2015, quando 69% das/os trabalhadoras/es infantis eram meninos e 30%, meninas.

O trabalho infantil é um fenômeno que a história vem registrando desde o início da colonização do país, com crianças negras e indígenas sendo usadas no trabalho doméstico e em plantações da própria família.

LEGISLAÇÃO QUE IMPEDE TRABALHO INFANTIL

Desde os anos 1980, o país é signatário dos acordos internacionais para a proteção da infância, coordenados pela Organização das Nações Unidas (ONU), e membro fundador da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece regras para evitar a inserção antecipada no mundo do trabalho, o mesmo objetivo do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, do qual o Brasil também é signatário.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990

(BRASIL, Lei 8.069/90), e que normatiza o artigo 227 da Constituição Federal, proíbe o trabalho em condições de insalubridade, arriscado ou à noite, para quem tem menos de 18 anos.

Tanto a Constituição em vigor quanto o ECA e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, Lei 9.394/96) foram decisivos para que houvesse um número maior de políticas de proteção. Mas os números mostram que a legislação brasileira, considerada uma das mais avançadas no que se refere à proteção dos direitos de crianças e adolescentes por conta da diversidade e quantidade de instrumentos legais, não impede que a realidade continue dura para os mais de 2,4 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que são explorados no trabalho, segundo dados da Pnad Contínua/IBGE, de 2016. Um índice que corresponde a 6% do total de brasileiros dessa faixa etária. São reféns do trabalho infantil na área rural, no comércio, em residências, em locais ao ar livre, na construção civil, e em uma infinidade de outras situações, entre elas a prostituição e o tráfico de drogas, isto é, estão expostas/os às piores formas de trabalho.

O levantamento da Pnad revela ainda que, em média, 81% das crianças de 5 a 17 anos que trabalhavam à época da pesquisa, estavam estudando. E que 98% das crianças entre 5 e 13 anos que exerciam algum tipo de atividade, estavam na escola, contra 98% das que não trabalhavam. Enquanto isso, entre as/ os adolescentes de 14 a 17 anos ocupadas/os, 79% estudavam, contra 86% das/os não ocupadas/os.

Estar matriculada, não significa que a criança que é explorada não encontre dificuldades em acompanhar o ritmo dos estudos devido à rotina trabalhista. Muitas apresentam baixo rendimento, dificultando o seu acesso ao mercado de trabalho formal e que prossiga nos estudos.

Extinguir o trabalho infantil até 2025 é uma das metas do acordo Desenvolvimento Sustentável, da ONU, do qual o Brasil é signatário. Para tanto, as políticas públicas devem ter a capacidade de superar as desigualdades geográficas, sociais e étnicas, e valorizar a diversidade que existe no país.

ACIDENTES E MORTES

Segundo levantamento do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, o Brasil registrou de 2007 a 2018, quase 44 mil acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos. E nesse mesmo período, 261 meninas e meninos perderam a vida fazendo o que não deveriam estar fazendo: trabalhando.

Na avaliação do Ministério Público do Trabalho, criança que trabalha adoece e morre três vezes mais do que os adultos.

O combate ao trabalho infantil tem o respaldo da Constituição de 1988, mas a luta só avançou na metade da década de 1990, quando o mundo teve conhecimento, por meio de uma série de reportagens, que carvoarias da região de Três Lagoas

(MS) exploravam a mão de obra de crianças. Até então, só havia movimentos que militavam contra o trabalho infantil, mas em termos de política pública por parte do governo federal, só mesmo a Constituição.

Foi essa situação chocante que impulsionou a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que transferia renda para as famílias que viviam do trabalho naquelas carvoarias, desde que as crianças frequentassem a escola. O programa lançado em 1996 foi reformulado e ampliado, por meio do Programa Bolsa Família.

SERVIÇO SOCIAL E SEU PAPEL NO COMBATE À EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Foram os inúmeros fatores nefastos relacionados ao trabalho infantil que motivaram a Organização Internacional do Trabalho decidir em 2002, celebrar em 12 de Junho o "Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil", com objetivo de chamar a atenção da classe trabalhadora, de empregadores e governos para essa prática ainda tão presente nas sociedades, e que destrói aspirações e exclui direitos que são básicos a crianças e adolescentes.

O CRESS-PR aborda este tema para reafirmar o seu posicionamento contrário a todas as formas de exploração de crianças e adolescentes, e também, convocar a categoria de assistentes sociais para a execução de ações de combate ao trabalho infantil.

Para atuar no enfrentamento do trabalho infantil é fundamental: compreender o trabalho infantil como uma expressão da questão social; defender e formular políticas e programas, que assegurem a universalidade e a integralidade dos direitos; denunciar toda forma de violação dos direitos de crianças no exercício do trabalho degradante, penoso e humilhante; fortalecer formas de resistência e luta; defender as formas de democratização do Estado e da sociedade; subsidiar atuação profissional nos princípios da proteção integral, da prioridade absoluta e do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; defender a ampliação de recursos públicos, enfrentar a EC 95/16; retrocessos na área; entre outros desafios.

Diante de tantas violações de direitos que se tornam invisíveis socialmente, o Serviço Social possui o compromisso ético de explicitar, tanto os determinantes relacionados à desigualdade, quanto os fatores que criminalizam as famílias e expõem crianças e adolescentes às revitimizações ou reproduzem sua condição.

Para a conselheira do Cedca/PR, em Londrina, Alexandra Alves, o Serviço Social precisa "manter-se firme na defesa de seu projeto ético-político frente ao avanço do conservadorismo, da criminalização das pautas/lutas sociais e da precarização das condições de trabalho da categoria".

Necessário também, dar visibilidade ao trabalho infantil doméstico que atinge especialmente as meninas, às migrações forçadas, assim como, desconstruir discursos que naturalizam e reproduzem a pobreza que afeta a maioria da população que reside especialmente, em territórios desiguais e desprovidos de políticas públicas de qualidade. É preciso debater os efeitos regressivos impostos pelas reformas em curso e fortalecer a luta coletiva por direitos amplos, além de atuar cotidianamente no processo de educação em direitos humanos, na defesa de direitos, no fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, na construção de um amplo sistema de proteção social, por um país mais justo e igualitário e que proteja suas crianças e adolescentes.

À sociedade, cabe exigir a implantação de políticas públicas que combatam fortemente práticas tão violentas e abusivas, mas que frequentemente são consentidas pela própria sociedade, que garantam todos os direitos infantis e que possam ser efetivadas de forma prática. É de extrema importância que todos percebam as consequências negativas que trabalho

exercido abaixo da idade permitida causa na vida de crianças e adolescentes, e não se enganem com a concepção de que o trabalho fora da idade adequada é a única possibilidade para formar bons cidadãos e de afastá-los do mundo do crime e da ociosidade. Nesse sentido, a cooperação das várias áreas da sociedade é fundamental para assegurar esses direitos.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS:

http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2017/08/Cress-em-Movimento-Trabalho-Infantil.pdf

http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalhoinfantil/colunistas/descreve-sobre-a-situacao-das-criancas-e-adolescentes-no-brasil-e-como-se-encontram-nossas-criancas/http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l9394.htm

https://renastonline.ensp.fiocruz.br/noticias/dia-mundial-contra-trabalho-infantil-2019 https://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf https://conexaoto.com.br/2017/05/02/69-71-do-trabalho-infantil-e-feito-por-meninos-contra-30-29-das-meninas

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA, EXTENSÃO E ASSESSORIA

SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (NEPIA) NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES







Danuta Estrufika Cantóia Luiz - UEPG

Serviço Social. A partir desse momento de mudanças, houve a institucionalização de um espaço coletivo, o qual articulava a participação da sociedade civil e de entidades governamentais, criando assim, espaços para reflexões, debates, discussões e trocas de experiências voltadas para as políticas sociais na área da criança e adolescência dos municípios da Região dos Campos Gerais.

Em 2002, o Departamento de Serviço Social estabeleceu parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), e começou a desenvolver assessoria na área da infância e adolescência (capacitação, seminários, pesquisas, entre outros), voltada à formação continuada dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes (conselheiras/os, profissionais, etc.) consolidando o Núcleo de Estudo, Pesquisa, Extensão e Assessoria na Área da Infância e Adolescência – NEPIA.

Nesse sentido, o NEPIA se constitui em um espaço alternativo e complementar de formação profissional no qual, alunas/os de graduação, pós-graduação e professoras/es das áreas sociais, além de outras/os profissionais engajadas/os com a temática, possuem a oportunidade de fomentar a discussão com relação à criança e à/ao adolescente, fortalecendo a interdisciplinaridade, e assim, incentivando a produção de pesquisa, extensão e assessoria na área supracitada. Para atuar frente às situações de vulnerabilidades a que estão expostas crianças e adolescentes,

INTRODUÇÃO

Em 1996, o Departamento de Serviço Social criou o primeiro Núcleo de Estudos para discutir o tema Criança e Adolescente, bem como os determinantes histórico-culturais relacionados a essa temática. Posteriormente, em 1999, com a assessoria do Projeto de Extensão Pró-ONG ao Movimento de Meninos e Meninas de Rua, o Núcleo de Estudos abrangeu novas temáticas, envolvendo o trabalho do Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, professoras/es e acadêmicas/os da área social. No ano seguinte (2000), o Núcleo de Estudos sobre Família, Infância e Adolescência se consolidou como espaço permanente de formação do Departamento de

especialmente as vítimas de violência, são necessários o fortalecimento, a articulação e o reordenamento institucional dos órgãos de atendimento nos municípios, bem como a capacitação permanente dos atores do SGD.

O Núcleo contribui com o processo de formação continuada dos profissionais que atuam no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes na Região dos Campos Gerais/PR, discutindo e pesquisando com maior profundidade as temáticas relacionadas à política de atendimento a crianças e adolescentes previstas no ECA; a violência contra crianças e adolescentes (trabalho infantil, exploração sexual, violência doméstica, entre outras violações de direitos) e o Sistema de Garantia de Direitos, podendo assim desenvolver suas atividades, para atuar de forma conjunta com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares e outras entidades de atendimento à criança e à/ao adolescente, realizando reflexões e buscando novas estratégias de intervenção voltadas para efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente na região dos Campos Gerais/PR.





O Projeto de Extensão NEPIA apresenta como objetivos: Constituir um espaço permanente de reflexão, sistematização e produção de conhecimentos sobre a área da Infância e Adolescência, possibilitando a construção coletiva de estratégias de assessoria aos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes dos municípios da área de abrangência da Universidade Estadual de Ponta Grossa/

PR; e promover assessoria e capacitação às/aos profissionais do SGD para os municípios da área de abrangência da UEPG, com relação ao enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes, o trabalho Intersetorial e em Rede, as legislações que dispõem dos direitos de crianças e adolescentes, papel dos Conselhos, dentre outras temáticas emergentes.

METODOLOGIA

Os pressupostos metodológicos do Projeto de Extensão NE-PIA se expressam nos elementos citados abaixo que contribuem com o desenvolvimento tanto das/os profissionais, docentes e alunas/os envolvidas/os, bem como da comunidade externa:

- O caráter de formação interdisciplinar que rompe com um olhar fragmentado sobre a realidade social, permitindo um diálogo entre os saberes e uma atuação mais competente frente a questões complexas como a violência contra crianças e adolescentes;





- A geração de produtos acadêmicos como: a produção de artigos científicos a partir de pesquisas sobre demandas regionais na área da infância e da juventude, além da sistematização das ações desenvolvidas e a produção de conhecimento que serão compartilhados com a comunidade acadêmica (através de participação em eventos científicos) e com a sociedade civil organizada, de modo a publicizar os resultados do Projeto;



- A formação cidadã das/os acadêmicas/os que passam a se sensibilizar com questões como a violência, a dor e o sofrimento do outro, se comprometendo com formas coletivas de enfrentamento à violência, com estratégias de mediação de conflitos através de formas não-violentas, propagando o paradigma da Cultura da Paz.



A partir dessas diretrizes, operacionalmente, são proporcionados momentos de estudos e formação continuada para a equipe do Projeto de Extensão, buscando um alinhamento conceitual e o domínio das legislações pertinentes à área do Projeto. Também serão realizadas atividades de sensibilização e orientação voltadas para a comunidade em geral sobre os direitos de crianças e adolescentes e órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, através de oficinas e eventos referentes à temática da infância e da adolescência. Além de capacitações e assessorias para o enfrentamento às violências, o fortalecimento das redes de proteção dos municípios da área de abrangência da UEPG.



DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS

As atividades organizadas e desenvolvidas pelo NEPIA, em parceria com os órgãos da rede de proteção a crianças e adolescentes, buscam proporcionar um espaço de debate e reflexão sobre os principais desafios e possibilidades do trabalho de enfrentamento das diversas formas de violências contra crianças e adolescentes e, em alguns momentos, contra outros grupos sociais (mulheres, idosos, indígenas, população LGBTI e pessoa com transtorno mental). Mobilizam a sociedade para a busca dos direitos de crianças e adolescentes e na luta contra a violência sexual, estimulando e fortalecendo ações de proteção, propiciando o acesso a informações sobre a questão de violação de direitos, bem como sobre as formas de denúncia e atendimento às vítimas.



Nesse sentido, as ações do NEPIA são planejadas em parceria com as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, Ministério Público, Juizado, além de Conselhos Tutelares e demais entidades comunitárias dos municípios de abrangência da UEPG, buscando a articulação com os órgãos de proteção, de forma que se ampliem as possibilidades de enfrentamento das violências, mobilizando e sensibilizando as instituições e a sociedade em geral acerca dos direitos da população infanto-juvenil.



Anualmente, o Projeto estimula a comunidade a se mobilizar para o enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes, com a realização de eventos, campanhas e outras atividades socioeducativas planejadas conjuntamente com representantes da comunidade. Também busca articular-se com os órgãos de atendimento e proteção de crianças e adolescentes em ações de prevenção e de promoção dos direitos humanos infanto-ju-

venis, despertando para a necessidade de capacitação continuada de conselheiras/os e demais profissionais que atuam nessa área e promovendo espaços para a troca de conhecimentos e experiências por meio da participação de profissionais e acadêmicas/os de diversas áreas do conhecimento (Serviço Social, Direito, Psicologia e Pedagogia) nas ações realizadas.



Por outro lado, no que se refere à formação profissional cidadã, busca fomentar a realização de pesquisas e artigos científicos no âmbito da graduação sobre os temas estudados no Núcleo e sobre as atividades extensionistas desenvolvidas, através de um processo de reflexão-ação-reflexão, em uma práxis transformadora das realidades vivenciadas por acadêmicas/os, docentes e profissionais das comunidades envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há 18 anos, a UEPG vem desenvolvendo ações de prevenção e enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes. Foram inúmeros eventos, capacitações, oficinas, cursos, palestras, entre outras atividades extensionistas que geraram monografias, dissertações e teses, além de diversos artigos que foram apresentados em eventos nacionais e internacionais e publicados em periódicos, a partir da prática extensionista.



Mas, mais do que contabilizar o número de atividades realizadas e de pessoas atingidas com a extensão na área da infância e da juventude ao longo da história do NEPIA, é importante destacarmos o impacto dessas ações na formação profissional das/os acadêmicas/os e docentes envolvidas/os com o Núcleo

e, nada mais coerente do que dar voz aos sujeitos que participaram dessa riquíssima experiência e que hoje são profissionais comprometidas/os com as demandas da sociedade, especialmente aquelas que afetam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades sociais:

"(...) proporcionou não só enriquecer teoricamente com as discussões, estudos e pesquisas realizadas, como também enriquecer na experiência prática. Esse espaço fora da sala de aula, com possibilidade de conviver e trocar experiências não só com acadêmicas/os, mas também com profissionais, possibilitou a ampliação da visão em relação ao assunto a que propusemos discutir e em relação às experiências profissionais diferenciadas. Dessa forma, principalmente a/o acadêmica/o desenvolve o espírito crítico e aguçado tão importante no campo do Serviço Social." (Acadêmica do 3° Ano de Serviço Social).

"O NEPIA é um espaço onde é possível estudar de maneira diferente. Não existe a obrigatoriedade da presença, nem avaliação com provas ou notas por participação e apresentação de trabalhos. Cada participante é responsável pela própria presença de acordo com o interesse, o que favorece o processo de aprendizagem (...) é um modo de trabalhar diferente da sala de aula, sem hierarquia definida... É aberto a quem quiser participar, mesmo que sejam pessoas de outros cursos, o que enriquece ainda mais as discussões". (Acadêmica do 3°Ano de Jornalismo) 1

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Violência faz mal à saúde. Brasília, 2004.
______. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília, 2010 (Série Comunicação e Educação em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar.** Orientações para a prática em serviço. Brasília, 2002.

______. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069. htm>. Acesso em: 09 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Parâmetros de Funcionamento dos Conselhos Tutelares**. Brasília, 2001.

______. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento. Brasília, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos; BRASIL. Ministério da Educação. Guia Escolar: Métodos para a identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília, 2004.

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil: Uma Política em Movimento. Relatórios do Monitoramento 2003-2004. Brasília, 2006.

DESLANDES, S. F. Prevenir a violência. Um desafio para Educadores. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

LAVORATTI, Cleide. et all. Núcleo de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência/NEPIA: um espaco interdisciplinar de formação profissional. In: SCHIMANSKI. Edina; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. PESQUISA E EXTENSÃO: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES. Editora UEPG, Ponta Grossa, 2014.

PROTECÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E A DEFESA INTRANSIGENTE

DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.



Leôncio Santiago Educador Popular

Assistente Social na Associação Beneficente De Mãos Unidas

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A PROTEÇÃO INTEGRAL.

No último dia 13 de julho, o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 29 anos de sua promulgação. O Estatuto é, sem dúvida, o maior marco na legislação brasileira para as políticas voltadas a crianças e adolescentes e, talvez por isso, é aquele que encontra até hoje resistência de determinados setores da sociedade quanto a sua proposta.

A promulgação do ECA não significou apenas mudanças nas legislações, já que propõe uma concepção de mundo, sobretudo uma concepção de olhar e compromisso com a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes.

Assumir-se comprometida/o com os direitos humanos de crianças e adolescentes requer reconhecê-los como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, demandantes de atenção prioritária. Exige-se compromisso com a Proteção Integral.

AS AMEAÇAS AO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS.

A conjuntura política e econômica brasileira ameaça gravemente a garantia dos direitos humanos fundamentais, com impactos especialmente em crianças e adolescentes.

O chefe do poder Executivo Federal e sua equipe de governo mostram constantemente, o descompromisso com o que estabelece a doutrina da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes. Ainda durante a campanha eleitoral, o atual presidente declarou que o ECA "deveria ser rasgado e jogado na latrina", e mais recentemente, voltou a atacar o Estatuto da Criança e do Adolescente defendendo abertamente o trabalho infantil.

Além disso, o atual governo tem tido como marca registrada o constante desmonte das políticas públicas, com o corte de verbas públicas destinadas à saúde, educação e assistência social. A aprovação das alterações na Previdência, que vem avançando, impactará negativamente nas famílias com maior grau de vulnerabilidade econômica e social, comprometendo também a Política de Proteção Integral que propõe o Estatuto.

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O fortalecimento das políticas e dos serviços de proteção, defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes depende diretamente da participação e compromisso da sociedade como um todo. O fortalecimento e a ampliação dos

I Relatos contidos no artigo: "Núcleo de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência/NEPIA: um espaço interdisciplinar de formação profissional" de LAVORATTI, Cleide. et all. In: SCHIMANSKI, Edina; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. PESQUISA E EXTENSÃO: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES. Editora UEPG, Ponta Grossa, 2014.

Espaços de Participação Popular são primordiais. E é necessário que cidadãs/ãos e organizações da sociedade civil comprometidas com os Direitos Humanos ocupem esses espaços. No caso de crianças e adolescentes, dois espaços merecem atenção: os Conselhos Municipais de Crianças e Adolescentes, responsáveis por deliberar sobre os recursos e as políticas voltadas aos seus direitos; e os Conselhos Tutelares que, por excelência, são ocupados pela sociedade civil. O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e da/o adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.W

PROCESSO ELEITORAL PARA O CONSELHO TUTELAR 2019.

Como prevê o ECA, o Conselho Tutelar de cada munícipio - que conforme o tamanho, pode ter mais de um Conselho, será composto por cinco conselheiras/os eleitas/os pela sociedade civil, seguindo o que consta no ECA e nas leis municipais do referido órgão.

O Conselho Tutelar é um órgão de grande importância para o funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos, e por isso é necessário que nesse espaço estejam pessoas que tenham os direitos da criança e da/o adolescente como causa a ser defendida. E por isso o envolvimento de toda a sociedade é fundamental. O voto não é obrigatório e, muitas vezes a população sequer fica sabendo. Portanto, é preciso que conheçamos as/os candidatas/os e saibamos distinguir quem realmente tem compromisso com os direitos de crianças e adolescentes, daqueles que buscam o cargo apenas para atender interesses pessoais.

O mandato é de quatro anos e as eleições ocorrem de forma unificada, isto é, os municípios brasileiros realizam o sufrágio no mesmo dia. Em 2019, as eleições serão em **06 de outubro**.

É fundamental exercer nossa cidadania de forma crítica e comprometida com a defesa dos direitos de crianças e adolescentes das cidades paranaenses. Cabe às/aos assistentes sociais identificarem candidatas/os que apresentam perfil e agenda política em sintonia com o ECA, com um projeto de sociedade efetivamente democrática.

É preciso que os Conselhos Tutelares sejam ocupados por conselheiras/os que, sobretudo, tenham consciência crítica da importância do trabalho a ser realizado. Que a Defesa, Promoção e Garantia dos direitos de Crianças e Adolescentes, não sejam para as/os eleitas/os apenas uma função a ser desempenhada, mas, uma causa a ser defendida. As/os conselheiras/os tutelares devem entender-se como defensoras e defensores de Direitos Humanos.

É atribuição do conselho tutelar conforme artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990):

I - atender crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência;

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014).

Nós, Assistente Sociais, se comprometidas/os com nosso Projeto Ético-Político, sobretudo com a "Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo" e com "Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras", devemos nos inserir objetivamente neste processo: conhecendo as/os candidatas/os de nossos municípios, divulgando o processo de eleição das/os conselheiras/os e a importância de participar às/aos nossas/os usuárias/os. A escolha de pessoas competentes à função implica também, diretamente em nossos trabalhos, sendo o Conselho Tutelar um importante Integrante da Rede de Proteção.



Postando Finas Redes Sociais



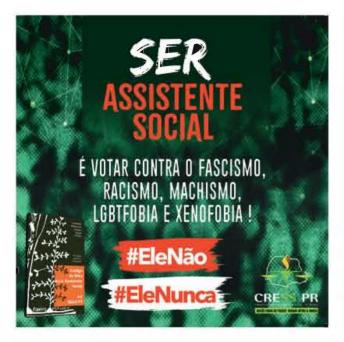




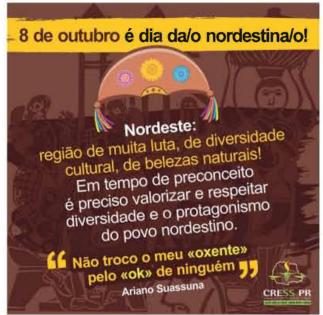
























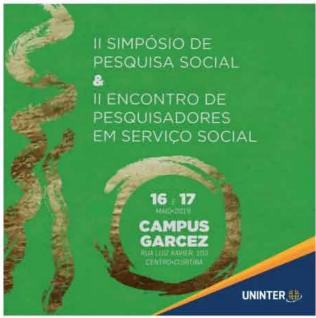




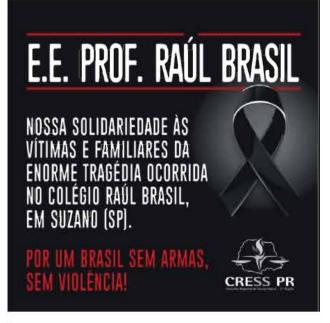
















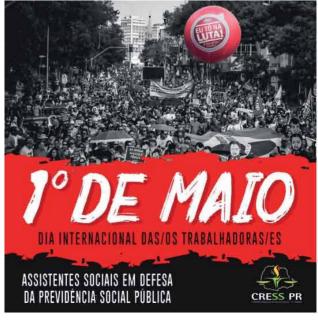




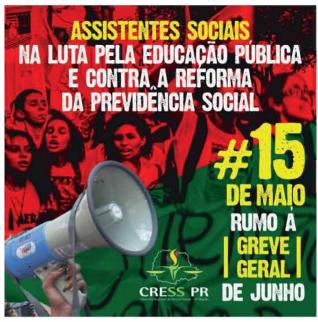
























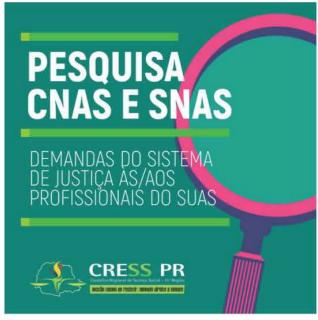














ASSISTENTES SOCIAIS

pela defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo





















ASSISTENTE SOCIAL

É RECONHECER A LIBERDADE COMO VALOR ÉTICO CENTRAL É LUTAR PELA
DEFESA INTRANSIGENTE
DOS DIREITOS
HUMANOS E RECUSAR
O ARBÍTRIO E O
AUTORITARISMO

É ATUAR
PROFISSIONALMENTE
PELA AMPLIAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO
DA CIDADANIA

É DEFENDER O
APROFUNDAMENTO DA
DEMOCRACIA, ENQUANTO
SOCIALIZAÇÃO DA
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
E DA RIQUEZA
SOCIALMENTE PRODUZIDA

É POSICIONAR-SE A FAVOR DA EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL, ASSEGURANDO UNIVERSALIDADE DE ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS

É EMPENHAR-SE NA
ELIMINAÇÃO DE TODAS
AS FORMAS DE
PRECONCEITO,
INCENTIVANDO O
RESPEITO À
DIVERSIDADE

É RESPEITAR AS
CORRENTES
PROFISSIONAIS
DEMOCRÁTICAS
EXISTENTES E
SUAS EXPRESSÕES
TEÓRICAS

É TER UM PROJETO
PROFISSIONAL VINCULADO
À CONSTRUÇÃO DE
UMA NOVA ORDEM
SOCIETÁRIA, SEM
DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO
DE CLASSE, RAÇA/ETNIA
E GÉNERO

É ARTICULAR AÇÕES EM DEFESA DA LUTA GERAL DAS/OS TRABALHADORAS/ES É ASSUMIR O
COMPROMISSO
COM A QUALIDADE
DOS SERVIÇOS
PRESTADOS
À POPULAÇÃO

É NÃO DISCRIMINAR,
NEM ACEITAR
DISCRIMINAÇÃO
POR QUALQUER
QUESTÃO NO
EXERCÍCIO
PROFISSIONAL



PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA/O ASSISTENTE SOCIAL